

2019

www.cm-lamego.pt

RELATÓRIO & CONTAS

MUNICÍPIO DE LAMEGO

Câmara Municipal de Lamego
Av. Pe. Alfredo Pinto Teixeira
5100-150 Lamego



Município
LAMEGO

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

RELATÓRIO & CONTAS

MUNICÍPIO DE LAMEGO
2019
www.cm-lamego.pt



Gerência de 01 de janeiro a 31 de dezembro

MANDATO – 2017/2021

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

Índice

1. Enquadramento legal	1
2. Composição do órgão executivo e deliberativo municipal	7
3. Descrição dos aspetos mais significativos da conta gerência 2019	17
3.1. Orçamento inicial versus final e execução	23
3.1.1. Análise comparativa orçamental	23
3.1.2. Resumo dos movimentos financeiros da gerência de 2019	25
4.1. Execução orçamental da receita	29
4.1.1. Receita	29
4.1.2. Execução orçamental da receita	33
4.1.3. Análise Orçamental e Equilíbrio	38
4.1.4. Transferências	39
4.1.5. Receitas de capital	40
4.2. Execução orçamental da despesa	41
4.2.1. Enquadramento	41
4.2.2. Despesa global	42
4.2.3. Despesas correntes na ótica dos pagamentos	47
4.2.4. Despesas estruturais e evolução	55
4.2.5. Serviço de dívida	62
4.2.6. Endividamento municipal – Dívida total ao abrigo do RFALEI	69
5. Endividamento líquido do Município	77
5.1. Balanço	77
5.1.1. Ativo	77
5.1.2. Dívida a terceiros	79
5.2. Demonstração de resultados	82
5.3. Evolução dos Balanços e Demonstração de Resultados desde 2016	83

5.4. Indicadores / Rácios de Gestão	86
5.4.1. Indicadores de liquidez	86
5.4.2. Indicadores de cobertura e de estrutura	87
6. Balanço e demonstração de resultados	93
6.1. Balanço analítico	93
6.2. Demonstração de Resultados	96
6.3. Demonstração dos fluxos de caixa	97
7. Responsabilidades Contingentes	120
8. Proposta de aplicação de resultados	122





ENQUADRAMENTO LEGAL



1. Enquadramento legal

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2019, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município de Lamego, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Assim, no cumprimento do preceito legal, apresenta-se o relatório de gestão relativo ao ano económico de 2019, para que dentro dos prazos previstos na Lei em vigor, seja apreciada pelo órgão deliberativo.

A estrutura do relatório que se segue, tem uma abordagem das contas muito idêntica aos anos anteriores, permitindo dessa forma uma análise comparativa em 4 anos, como também permite, comparar com os relatórios de gestão anteriores, desde 2008 a 2019, garantindo desta forma, análise sempre comparativa da evolução da situação económica e financeira do Município de Lamego, bem como permitir uma leitura com informação localizada dentro do padrão seguido ao longo de 11 anos.

Este relatório, tem, assim, por objetivos:

1. Explicitar os níveis de execução conseguidos referenciando-os aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal, no que respeita à sua natureza económica e financeira, nos domínios das receitas, das despesas e da tesouraria;
2. Apresentar a situação económica relativa ao exercício, analisando a evolução da gestão nos diferentes sectores da atividade da autarquia, designadamente no que respeita ao investimento, dívidas de curto prazo, médio e longo prazos, financiamento externo e condições de funcionamento;
3. Proposta de aplicação de resultados do exercício 2019.

O orçamento da autarquia para 2019, foi elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro e aprovado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em 29 de novembro de 2018, pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal em 19 de novembro.

Na execução orçamental do exercício 2019, salienta-se que foram utilizados, os métodos mais adequados à especificidade inerente aos modos de classificação das receitas e despesas, para que se tornem claras e visíveis situações e tendências que clarifiquem a situação financeira e patrimonial da Autarquia, sublinhando alguns pontos chave e alertando para as ocorrências mais significativas, recorrendo-se, para o efeito a mapas e quadros que permitem enriquecer a análise financeira de um ponto de vista dinâmico, justificando-se as variações das dotações, das disponibilidades e integrando-as na apreciação global das contas.

Face ao exposto,

Nos termos do artigo 6.º do POCAL, são apresentados como documentos de prestação de contas, os exigidos no POCAL e pelo Tribunal de contas, que obedecem a modelos uniformes.

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Assim, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de dezembro.

Nos termos do artigo 3.º Lei n.º 1-A/2020, de 19/03/2019, cria Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19.

Assim, as reuniões ordinárias dos órgãos deliberativos e executivos das autarquias locais e das entidades intermunicipais previstas para os meses de abril e maio podem realizar-se até 30 de junho de 2020.

O órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas, até 30 de junho, obrigatoriamente pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas, conforme resulta do n.º 4 do art.º 52.º da LOPTC, bem como da resolução n.º 3/2019.

No entanto e nos termos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, as entidades previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 51.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 97/98, de 26 de agosto), cuja aprovação de contas dependa de deliberação de um órgão colegial, podem remetê-las ao Tribunal de

Contas até 30 de junho de 2020, em substituição do prazo referido no n.º 4 do artigo 52.º da mesma lei.

De acordo com o Despacho n.º 1/2019- 2.º secção do Tribunal de Contas, a prestação de contas individuais de 2019 ao Tribunal de Contas por parte dos municípios, freguesias, áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais, associações de municípios e associações de freguesias de fins específicos e serviços municipalizados e intermunicipalizados, prevista na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e na Lei n.º 75/2015, de 15 de setembro, obedece ao disposto na Resolução n.º 4/2001-2a Secção 6 e na Resolução n.º 3/2019, independentemente de serem prestadas em regime simplificado, nos termos previstos nos n.ºs 12 e 17 desta última.

Atendendo ao adiamento na implementação do SNC-AP pelos Municípios, as mesmas prestarão as suas contas referentes a 2019 em POCAL na aplicação informática já disponível para o efeito em anos anteriores em www.tcontas.pt.

Na situação de falta injustificada de remessa das contas nos prazos estabelecidos no artigo 52º, n.º 4, da LOPTC poderá ser determinada a realização de uma auditoria ou de uma verificação externa, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 52.º, n.º 7, da LOPTC, com as inerentes consequências ao nível da responsabilidade financeira reintegratória e/ou sancionatória. Esta situação, a par da "apresentação de contas com deficiências tais que impossibilitem ou gravemente dificultem a sua verificação" é ainda suscetível, nos termos do disposto no artigo 65º, n.º 1, alínea n), e n.º 2 da LOPTC de gerar responsabilidade financeira sancionatória, sendo as multas aplicáveis no valor mínimo de 25 UC (2.550€) e máximo de 180 UC (18.360€).

Com vista a assegurar a gestão da sua gestão financeira, orçamental e patrimonial, os Municípios deverão ainda observar o previsto nos n.ºs 21 e 22 da Resolução n.º 3/2019, divulgando no seu sítio eletrónico o Balanço, a Demonstração de Resultados, o Mapa de Fluxos de Caixa, os Mapas do Controlo Orçamental da Receita e da Despesa e/ou outros documentos relevantes.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



COMPOSIÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL E SUMÁRIO EXECUTIVO

RESPONSABILIDADES DE GERÊNCIA



Município
LAMEGO

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

2. Composição do órgão executivo e deliberativo municipal

2.1 RESPONSABILIDADE DE GERÊNCIA:

2.1.1 Executivo Camarário:

- Presidente

Ângelo Manuel Moura | Partido Socialista - PS |

DAC - Divisão Administrativa e de Coordenação;
DFP - Divisão de Finanças e Património;
Gestão de Fundos Estruturais;
Gabinete de Apoio às Freguesias;
Gabinete de Auditoria Interna;
Serviços Municipais de Proteção Civil;
Provedor do Cidadão com Deficiência;
Gabinete de Comunicação;
Conselho Municipal de Segurança;
Conselho Municipal de Desenvolvimento Económico.
Representação do Município (Águas do Norte, Resinorte, CIM Douro, Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, Associação Beira Douro, Régiefutas, Douro Alliance, Associação de Municípios Portugueses do Vinho, Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, Conselho Económico e Social, Conselho Regional do Norte e outras- **Vereadores com pelouro**

Vice-Presidente e Vereador de Obras e Urbanismo e Serviços Urbanos

- António Alves da Silva | Partido Socialista – PS |

DOU - Divisão de Obras e Urbanismo (planeamento urbano; obras particulares e loteamentos; reabilitação urbana; obras municipais);
DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (parques, cemitérios e jardins; limpeza urbana e higiene pública; transportes públicos urbanos e transportes escolares; gestão de redes de água, saneamento e eletricidade; manutenção de vias de comunicação e trânsito; manutenção de edifícios e equipamentos; oficinas municipais);
Serviços de Veterinária Municipal;
Gabinete de Fiscalização;
Cinegética e Assuntos Florestais;

Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura, Desporto e Turismo –

Catarina Rocha | Partido Socialista – PS |

Gestão dos Recursos Humanos;

DEASC - Divisão de Educação, Ação Social e Cultural (cultura; educação e formação; bibliotecas, arquivos e documentação; ação social - CLAS, gabinete de apoio ao emigrante, mediador da comunidade cigana, habitação social e fundo de solidariedade e outros assuntos sociais);

Gabinete da CPCJ;

Gabinete das Atividades Económicas e Turismo (apoio ao empreendedorismo, feiras, mercados, publicidade, turismo, festas, eventos, tradições);

Cantina Municipal;

Desporto e Juventude; Loja ponto já; Espaço Internet Lamego Digital; Centro Europe Direct;

Conselho Municipal da Juventude.

- Vereadores sem Pelouro:

Ernesto da Siva Rodrigues | Partido Social Democrata - PSD

António Pinto Carreira | Coligação CDS/PPM

Fernando Silvério Cardoso de Sousa | Partido Social Democrata - PSD

José Correia da Silva | Coligação CDS/PPM

2.1 Membros da Assembleia Municipal:

JOSÉ RODRIGUES LOURENÇO

Presidente da Assembleia Municipal de Lamego | PSD |

MEMBROS:

MANUEL ANTÓNIO REBELO FERREIRA	PS
JOSÉ ANTÓNIO CARRAPATOSO OLIVEIRA	CDS/PPM
JOSÉ MANUEL RODRIGUES LOURENÇO	PSD
MIGUEL ÂNGELO SOUSA DIAS FERREIRA DA MOTA	PS
ROSA MARIA PIRES MONTEIRO MOUTINHO	CDS/PPM
MANUEL MONTEIRO AFONSO	PSD
NUNO ROMEU CARDOSO SEQUEIRA	PS

RICARDO LUIS ALBERGARIA SAMARA ANTUNES ROBALO	PS
MANUEL JOSÉ DO CARMO COUTINHO	CDS/PPM
ISABEL MARISA DUARTE RODRIGUES NUNES	PSD
SOFIA ALEXANDRA CORREIA PEREIRA	PS
JOSÉ MANUEL LOURENÇO CORREIA	CDS/PPM
CARLOS MANUEL PEREIRA SANTOS ALMEIDA	PSD
ANTÓNIO MANUEL FERREIRA PENELA	PS
MARIA LILIANA SANTOS MONTEIRO	CDS/PPM
VITOR NUNO GOMES SANTOS	PS
JORGE OSÓRIO AUGUSTO	PSD
ALEXANDRE COSTA SOUSA HOFFMANN CASTELA	PCP/PEV
ANA BRANCA DA SILVA SOEIRO DE CARVALHO	PS

Presidentes de Junta

MACÁRIO CARDOSO REBELO	AVÕES - INDEPENDENTE
GERMANO CORREIA RIBEIRO	BRITIANDE - PSD
ADELINO GOMES MAGALHÃES	CAMBRES - PS
LUDGERO DUARTE PEREIRA SILVA	FERREIRIM - PSD
ANTÓNIO PATRICIO RIBEIRO ESTEVES	FERREIROS - CDS/PPM
JOAQUIM MAGALHÃES CORREIA	FIGUEIRA - INDEPENDENTE
BRUNO MIGUEL DE MORAIS CARNEIRO	LALIM - PSD
ANTÓNIO MANUEL COSTA ROÇADO	LAMEGO (ALMACAVE E SÉ) - PSD
PAULO HENRIQUE ALMEIDA LOUREIRO	LAZARIM - PSD
CLAUDIA CRISTINA ALMEIDA GOMES AZEVEDO	PENAJÓIA - PS
GASPAR GONÇALVES	PENUDE - INDEPENDENTE
MARIA ALZIRA RIBEIRO DE SOUSA GUEDES COELHO	SAMODÃES - PS
MARIA DO SAMEIRO MORAIS RODRIGUES GREGÓRIO (POR RENÚNCIA EM ABRIL 2018 DE SEBASTIÃO RIBEIRO	SANDE - CDS/PPM

DE PAIVA)	
GILBERTO RIBEIRO DA SILVA	UNI.BIGORNE,MAGUEIJA E PRETAROUCA - PS
ANTÓNIO MANUEL DOS SANTOS RODRIGUES	UNI.CEPÕES, MEIJINHOS E MELCÕES - PSD
ANTÓNIO MARGARIDO NUNES XAVIER	UNI.PARADA DO BISPO E VALDIGEM - INDEPENDENTE
CARLOS MANUEL FERREIRA RODRIGUES	VÁRZEA DE ABRUNHAIS - CDS/PPM
ARCILIO JORGE SOUSA LAMELAS	VILA NOVA DE SOUTO DÉL REI - PS

2.2 Sumário executivo

Nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referenciados no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da autarquia. **Tais informações destinam-se, não só para apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal,** mas também para julgamento do Tribunal de Contas, instituições financeiras e cidadãos Lamecenses, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O relato financeiro às contas do Município de Lamego, procura seguir as orientações da Comissão de Normalização Contabilística (CNC)¹ quanto a informação financeira obedecer determinadas características, cumprindo com objetivos e proporcionar informação qualitativa.

Entende-se por objetivos da informação, as demonstrações financeiras devem proporcionar informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das

¹ <http://www.cnc.min-financas.pt>

operações, para que sejam úteis a investidores, a credores e a outros utentes, a fim de investirem racionalmente, concederam crédito e tomarem outras decisões; contribuem assim para o funcionamento eficiente dos mercados de capitais.

A informação deve ser compreensível aos que a desejam analisar e avaliar, ajudando-os a distinguir os utentes de recursos económicos que sejam eficientes dos que não sejam, mostrando ainda os resultados pelo exercício da gerência e a responsabilidade pelos recursos que lhe foram confiados.

A responsabilidade pela preparação da informação financeira e pela sua apresentação é primordialmente das administrações. Isto não invalida que estas também não estejam interessadas nessa informação, apesar de terem acesso a informação adicional, que as ajuda a executar e a cumprir as responsabilidades do planeamento e do controlo e de tomar decisões.

Já no que se refere as características qualitativas, é entendida com a qualidade essencial da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras é a de que seja compreensível aos utentes, sendo a sua utilidade determinada pelas seguintes características: **RELEVÂNCIA; FIABILIDADE; COMPARABILIDADE.**

Em anexo ao presente relatório & Contas, consta o relatório de acompanhamento e controlo do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), dando cumprimento ao preceituado legal que o obriga.

Conforme já referido anteriormente, posteriormente, o órgão executivo remeterá para o Tribunal de Contas, pela via eletrónica, os documentos de prestação de contas. A Câmara Municipal deliberou, ainda, enviar os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 35.º e alínea ww) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, independentemente da sua aprovação e apreciação e votação da Exma. Assembleia Municipal.

Nos termos do art.º 78.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, para efeitos da prestação de informação relativamente às contas, os municípios remetem à DGAL a prestação de contas anuais depois de aprovadas, incluindo, sendo caso disso, os consolidados, nos 10 dias subsequentes, respetivamente à sua aprovação e ao período a que respeitam.

A prestação de contas e Relatório & Contas do exercício 2019, será disponibilizada no respetivo sítio em <http://www.cm-lamego.pt/documentos-financeiros/prestacao-de-contas>, art.º 79.º da Lei anteriormente citada.

2.3 Fiscalização interna

A **Assembleia Municipal**, como órgão deliberativo do município, tem competências de apreciação das grandes linhas da política municipal, sob proposta da câmara, mas também a competência fiscalizadora, em matérias entre outras matérias, destaca-se as finanças públicas do Município, consagradas no n.º 2 do art.º 25.º na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais), a saber:

- a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;
- b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;
- c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e **da situação financeira do município**, a qual deve ser enviada ao Presidente da Assembleia Municipal com a antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;
- d) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;
- e) Conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;
- f) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e **votar os documentos de prestação de contas**;

Como órgão representativo do município, cabe à Assembleia Municipal tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município.

As competências da Assembleia Municipal estão fixadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que consta do Anexo 1 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, com destaque para os artigos 24º a 26º

Mas ainda,

Fiscalizar o cumprimento do PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO (PAF), plano que teve, em 2013, como objetivo o saneamento financeiro do Município através de empréstimos de longo prazo, no âmbito do art.40º da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro) e do Decreto-Lei nº 38/2008, de 7 de Março, e que configurou ainda os pressupostos fundamentais para adesão ao Programa de Apoio à Economia Local, na sua versão Programa II, observando o Município no presente **uma situação de desequilíbrio financeiro conjuntural**. O programa foi regulado pela Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto e pela Portaria n.º 281-A/2012, de 14 de setembro.

O Município de Lamego aderiu ao PAEL, com contrato celebrado em 16 de novembro de 2012, tendo sido *a posteriori* averbado um aditamento, ajustando-se ao montante de € 11.826.491,48, tendo este sido complementado com a contratação do empréstimo de Saneamento Financeiro, de forma a reprogramar a dívida remanescente, com contrato celebrado em 21 de dezembro de 2012, também este ajustado para a base contratual no montante de € 3.965.567,05.

O processo – Plano de Ajustamento Financeiro – e contratos, foram visados pelo Tribunal de Contas em 27 de março de 2013, este elaborado em estrito cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, conjugado com a Lei n.º 7/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais).

A monitorização do PAF é efetuada através de relatórios de execução, que tem como finalidade a sua apresentação à Assembleia Municipal, para que estes possam proceder a uma monitorização atenta, conforme presente documento, evidenciar e proceder a uma abordagem sobre a situação do cumprimento do plano de ajustamento com vista atingir o equilíbrio das contas públicas do Município, a médio prazo, com as devidas correções nas

medidas de contenção de despesa e revisão da política matérias de impostos e taxas da receita, se necessário, para atingir esse objetivo.

Submetido pelo Presidente da Câmara, o relatório deverá ser dado continuidade nos seguintes termos:

- Enviar aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, em cumprimento do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março;
- Remeter para aprovação à Assembleia Municipal, para apreciação, nos termos do n.º 6 do artigo 59.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais);
- Publicitar no sítio da internet do município, após apreciação da Assembleia Municipal, em cumprimento do artigo 79.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

A Assembleia desempenha assim, um importante papel de fiscalização do executivo municipal, podendo votar moções de censura, acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal e das empresas municipais. Para isso, qualquer deputado pode requerer à câmara todas as informações e esclarecimentos que pretenda.

Como órgão representativo do município, cabe à Assembleia tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o Município e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do Município.

As competências da Assembleia Municipal estão fixadas no Regime Jurídico das Autarquias Locais, que consta do Anexo 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, com destaque para os artigos 24º a 26º.

O auditor externo, Dr. José Alberto Lima, é o responsável pela certificação legal de contas do Município, pertencendo à sociedade de revisores **FERNANDO PEIXINHO & JOSÉ LIMA, SROC, LDA**, nomeado pela Assembleia Municipal, sob proposta do órgão executivo, nos termos do art.º 77 da Lei anteriormente citada.

O presente relatório foi elaborado pela Divisão de Finanças e Património, sob a responsabilidade e relato do Chefe de Divisão de Finanças e Património.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



**RESUMO DA CONTA DE
GERÊNCIA DO EXERCÍCIO
2019**



Município
LAMEGO

**“ 85,99% da
despesa
realizada foi
paga”**

**“ 85,2% da
receita foi
efetivamente
cobrada”**

3. Descrição dos aspetos mais significativos da conta gerência 2019

- As Grandes Opções Plano & Orçamento para 2019, foi aprovado pelo órgão executivo e deliberativo, em 19/11/2018 e 29/11/2018, respetivamente.
- O orçamento inicial da receita para 2019 foi aprovado com uma previsão de receitas no montante de 29.350.000,00€, sendo 20.280.000,00€ de receitas correntes e 9.070.000,00€ de receitas de capital.
- Durante o ano de 2019, o orçamento sofreu um ajustamento, tendo sido efluído de **uma diminuição de 3.368.900€**, resultando num orçamento final de 25.981.100,00€.
- A modificação resultou numa diminuição das despesas correntes de - 47.335,00€ e diminuição na despesa de capital em -3.321.565,00€
- A receita cobrada bruta totalizou o montante de 22.126.222,59€, sendo 19.098.989,87€ de receitas correntes, 3.024.201,03€ de receitas de capital e 3.031,69€ de outras receitas.

A taxa de execução da receita foi de 85,2%, sendo uma taxa de execução com a receita correntes de 94% e de capital 53,1%.

- O **Saldo de Gerência do exercício foi de 794.209,82€**.
- Os valores expressos no relatório são em euros (€);

QUADRO 1- Principais fontes de receita:

Descrição	Valor (Euros)	%
Receitas Fiscais	4.340.567	19,6
FEF/FSM/Participação Fixa IRS 5%	9.174.988	41,5
Receitas Próprias	1.020.224	4,6
Comparticipações externas	1.855.166	8,4
Venda e Bens e Serviços Correntes	5.023.727	22,7
Rendimentos da Propriedade	2.900	0,0
Venda de bens de investimento	178.964	0,8
Outras Receitas Correntes	18.947	0,1
Outras transferências Correntes	507.708	2,3
Outras Receitas	3.032	0,0
TOTAL	22.126.222,59	100,0

O orçamento encerrou com uma dotação final de 25.981.100€, dos quais 23.787.135,53€ de compromissos assumidos registados no mapa de controlo orçamental. **Assim, a taxa de execução da despesa paga foi de 86%.**

- Da situação apresentada no ponto anterior, resultou de **compromissos assumidos e não pagos no valor de 1.445.470,80€**.
- Os movimentos de entradas de operações de tesouraria, totalizaram 1.334.277,04€ e os movimentos de saída somaram 1.276.439,59€. Tendo sido o saldo transitado de 2018 de 203.719,15€, o saldo final de operações de tesouraria resultou em 261.556,60€.

QUADRO 2- Principais agregados da despesa (valores em €):

Descrição	Prestação de Contas 2019				Transita para 2020
	Compromisso [1]	%	Paga [2]	%	Varição [1-2]
Despesas com pessoal	6.313.406,38	26,54%	6.293.883,91	28,2%	19.522,47
Despesas de capital	4.091.878,83	17,20%	3.669.653,19	16,4%	422.225,64
Transferências para as Freguesias	894.967,52	3,76%	858.846,60	3,8%	36.120,92
Transferências para associações e famílias	603.731,06	2,54%	589.826,10	2,6%	13.904,96
Juros e amortizações	3.218.478,62	13,53%	3.207.901,28	14,4%	10.577,34
Aquisição de bens e serviços	8.664.673,12	36,43%	7.721.553,65	34,6%	943.119,47
TOTAL	23.787.135,53	100,00%	22.341.664,73	100,0%	1.445.470,80

De referir que os compromissos transitados comprometem o desempenho dos orçamentos futuros e a capacidade de alcançar prazos médios de pagamentos inferior a 60 dias.

Se consideramos que o valor transitado que consta do relatório do exercício de 2018, no montante de 4 670 299€ de compromissos transitados, dos quais 2.360.612,59€ de dívidas curto prazo com fornecedor Águas do Norte S.A, é notável a melhoria do desempenho no ano em análise, correspondente a uma diminuição dos compromissos transitados de -69% (-3 224 827,79€). O acordo celebrado com Águas do Norte, S.A, nos termos do disposto no n.º1, do Artigo 83.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2018, conjugado as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de Maio e o Decreto -Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, criaram as condições para a celebração do Plano de Pagamentos a 15 Anos no valor de 2.251.457,26€ com Águas do Norte, S.A. **Esta operação permitiu melhorar substancialmente o desempenho do Município a curto prazo, conforme se relata no presente documento.**

QUADRO 3- Distribuição da despesa paga por funções, das atividades executadas pelos serviços municipais:

Funções gerais	1.822.704,73	19%
Administração geral	1.586.814,11	79,05
Proteção civil e luta contra incêndios	235.890,62	94,37
Funções sociais	5.991.840,64	64%
Educação	686.612,66	51,72
Saúde	61.734,34	64,31
Ação social	78.160,29	58,92
Ordenamento do território	72.833,11	89,92
Saneamento	1.396.478,80	88,25
Abastecimento de água	1.445.660,34	83,57
Resíduos sólidos	1.162.964,38	94,17
Proteção meio ambiente e conserv. natureza	162.228,89	85,09
Cultura	240.932,64	64,46
Desporto, recreio e lazer	684.235,19	77,16
Funções económicas	973.638,73	10%
Indústria e energia	840.819,15	75,42
Transportes e comunicações	132.819,58	79,72
Outras funções	653.044,45	7%
Operações da dívida autárquica	452.069,45	90,41
Transferências entre administrações	200.975,00	99,99
TOTAL	9.441.228,55	100%

- O saldo gerência orçamental de 2019 para 2020 é de 794.209,82 €.

QUADRO 4- Dívidas a terceiros em 31.12.2019 (€) (1):

“↙ 18,9%
das dívidas
a
terceiros”

Descrição	31/12/2019
Fornecedores c/c	759 160
Fornecedores c/c com Factoring	0
Fornecedores c/c - faturas em recepção e conferência	1 043 900
Sub-Total	1 803 060
Fornecedores Imobilizado sem Factoring	11 632
Fornecedores com Acordos de Pagamento	2 975 257
Sub-Total	2 986 889
Outros Credores	165 607
FAM	29 425
Estado e Outros Entes Públicos	145 856
Internalização Lamego Renova, S.A - Passivo Outros credores	150 000
Sub-Total	490 888
TOTAL	5 280 836

(1) Não inclui a dívida registada em provisões para riscos e encargos de processos em litígio;

QUADRO 5- Empréstimos (€):

Descrição	31/12/2019
Exigível de Curto Prazo (para 2019)	2 499 013
Exigível de Médio e Longo Prazo	23 536 683
TOTAL DÍVIDA COM EMPRÉSTIMOS:	26 035 696
<i>Dos quais:</i>	
Saldo com Empréstimo MLP internalizado LM GCV *	347 145
Saldo com Empréstimo MPL internalizado LAMEGO RENOVA S.A †	13 830 867

“ Em 2019,
PMP de 69
dias”

- **Prazo médio de pagamento (PMP)²:**

Nos termos da legislação em vigor, n.º 4, do artigo 23º do Decreto-Lei n.º 25/2017 de 3 de março, compete à DGAL divulgar trimestralmente a lista dos municípios que tenham um prazo médio de pagamentos (PMP) superior a 60 dias e no final do ano, os PMP de todos os municípios.

Em cumprimento ao estipulado no n.º 20 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, a Direção-Geral publicou na sua página eletrónica na Internet, até ao final do mês de abril, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) registado por cada município, no final do 4.º trimestre de 2019.

Da situação do Município de Lamego, resultou um prazo médio de pagamentos de 409 dias, **o que não retrata a situação real, por ter sido detetado um lapso de reporte dos dados, imediatamente corrigido na plataforma SIIL para 166 dias³.**

No entanto, nos termos do artigo 3.º Lei n.º 1-A/2020, de 19/03/2019, cria Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, o prazo de fecho da prestação de contas, foi prolongado e não considerado pela DGAL aquando a publicação anteriormente referida.

Assim, o município procedeu ao envio dos mapas de acordo com os procedimentos de fecho de contas, em cumprimento com os princípios previstos no POCAL, de forma a

² A fórmula de cálculo do prazo médio de pagamentos calculado pela DGAL resulta da aplicação da fórmula constante do n.º 6 da Resolução de Conselho de Ministros, n.º 34/2008, publicada no DR n.º 38, 1ª série, de 22 de fevereiro, atualizado pelo Despacho Normativo n.º 9870/2009 de 13 de abril, que alterou a fórmula de cálculo do PMP, que passou a ser a seguinte:

PMP – Prazo Médio de Pagamento: DF – valor da dívida de curto prazo a fornecedores observados no final de um trimestre; A – aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre. O cálculo traduz-se na relação do valor médio trimestral da dívida de curto prazo a fornecedores (DF) e soma das aquisições de bens e serviços nos últimos quatro trimestres (A).

Na DF entram as contas 22, 252, 261, 265, 266, 267; e, na A entram as contas 31, 62, 42, 442, 445 e 45.

³ A justificação para a correção: Da fórmula utilizada, a conta 22- Fornecedores C\C inclui a dívida de 2.340.648,52€ do Acordo de Regularização de dívida celebrado em agosto de 2019 e aprovado em Assembleia Municipal em 28/02/201, com a empresa Águas do Norte, S.A pelo período de 15 anos. Ora o acordo de longo prazo (15 anos) contempla justamente faturas vencidas a mais de 1 ano.

retratar a situação real, apresentando um **PMP final em 31.12.2019 de 69 dias**, conforme a ficha do município retirada da DGAL e utilizada para análise comparativa dos períodos homólogos.

Os dados utilizados foram retirados da **ficha do Município do 4.º trimestre de 2019 da aplicação informática SIIAL em 26 de maio de 2020**, de acordo com a informação reportada pelos municípios.

- **Evolução do PMP calculado de acordo com a fórmula publicada no Despacho n.º 9870/2009, publicado no DR n.º 71, de 13 de abril, 2.ª Série, Parte C⁴:**

	PMP (n.º dias)				
	31/12/2018	31/03/2019	30/06/2019	30/09/2019	31/12/2019
PMP - Método DGAL (dias)	167	140	122	94	69

PMP > A 60 DIAS

“ Não tem atrasos de pagamentos superiores a 90 dias da data de vencimento”

Fonte: Dados reportados pelas autarquias locais através do SIIAL, extraídos a 26-05-2020

O município apresenta um **PMP ainda superior a 60 dias**, no entanto, o **PMP de 69 dias**, foi uma redução substancial, correspondente uma diminuição de 98 dias aos pagamentos a fornecedores. Resulta dessa diminuição, o esforço com prioridades de contenção da despesa face às receitas reais cobradas, mas também da conversão de maturidade da dívida com a celebração do acordo de pagamento com Águas do Norte, S.A.

• **PAGAMENTOS EM ATRASO SUPERIOR A 90 DIAS DA DATA DE VENCIMENTO⁵:**

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, que iniciou vigência em 2012, veio regular esta matéria de modo direto ao implementar rotinas de monitorização e também

⁴ É adaptado o indicador de prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP) previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, que passa a basear-se na seguinte fórmula: em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às aquisições de bens e serviços efectuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas. a) No caso dos serviços da administração directa e indirecta do Estado, as dívidas de curto prazo a fornecedores (DF) correspondem aos encargos assumidos e não pagos a fornecedores de bens e serviços correntes e de capital, enquanto as aquisições de bens e serviços (A) correspondem à soma das despesas registadas nas rubricas de classificação económica 02 e 07 acrescida da variação de DF registada no trimestre.

⁵ Pagamentos em atraso LPCA - as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento desse stock na vigência da Lei.

Em 31.12.2019, o Município de Lamego, não tem faturas em conformidade para pagamento, vencidas a mais de 90 dias, posteriores a data de vencimento registada no documento, conforme mapa dos Pagamento em Atraso submetidos à DGAL.

3.1. Orçamento inicial versus final e execução

3.1.1. Análise comparativa orçamental

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como, a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadado pelo município.

QUADRO 6- Orçamento Inicial versus Final e Execução (Paga)

Designação	Orçamento		Execução (Paga) (c)	Desvio		Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)		(b) – (a)	(c) – (b)	
Saldo de Gerência Anterior		1.009.651,96				
Receitas	29.350.000,00	25.981.100,00	22.126.222,59	-3.368.900,00	-3.854.877,41	85,2
Correntes	20.280.000,00	20.280.000,00	19.098.989,87	0,00	-1.181.010,13	94,2
Capital	9.070.000,00	5.701.100,00	3.027.232,72	-3.368.900,00	-2.673.867,28	53,1
Despesas	29.350.000,00	25.981.100,00	22.341.664,73	-3.368.900,00	-3.639.435,27	86,0
Correntes	18.140.000,00	18.092.665,00	15.502.196,99	-47.335,00	-2.590.468,01	85,7
Capital	11.210.000,00	7.888.435,00	6.839.467,74	-3.321.565,00	-1.048.967,26	86,7

“ Taxa de execução da receita em 2019 é de 85,2% ”

Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, a DGAL alerta e informa, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, na primeira reunião ou sessão seguinte, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º, no caso de o município registar **durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 %**. Trata-se de uma medida de alerta precoce de desvios.

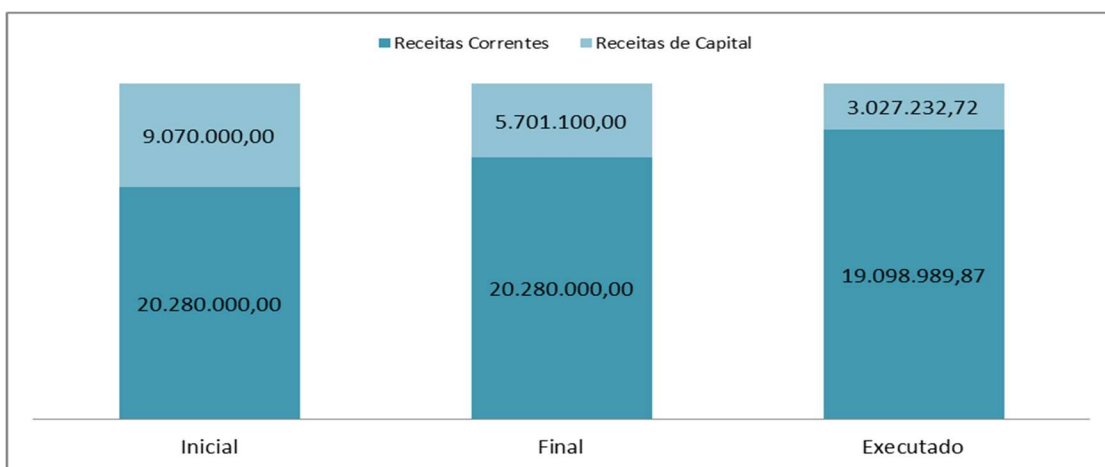
A taxa de execução da receita:

TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA			
31-12-2016	31-12-2017	31-12-2018	31-12-2019
89,2%	74,5%	86,7%	85,2%

Importa referir que na apreciação do presente capítulo, a taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva, e à taxa de execução da despesa, **respeita aos pagamentos efetuados e não à despesa realizada com compromissos assumidos e não pagos.**

O orçamento inicialmente aprovado para 2019 totalizava 29.350.000,00€, tendo sido realizadas no decurso do exercício **9 modificações**, o que levou, no final do exercício a **uma diminuição** da dotação global do orçamento para 25.981.100,00€.

GRÁFICO 1- COMPARAÇÃO ENTRE RECEITA INICIAL, FINAL E EXECUTADO

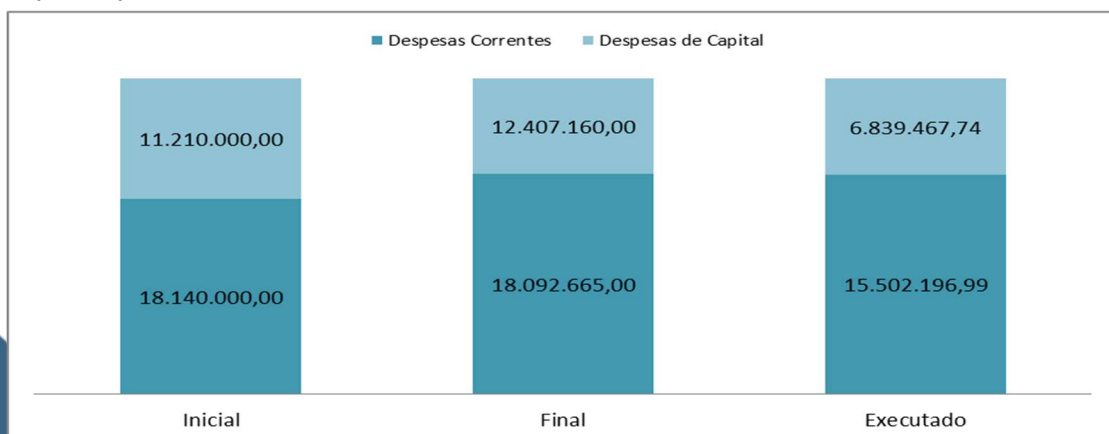


“ Taxa de execução da DESPESA (PAGA) é de 86% ”

O montante da receita arrecadada em 2019 ascendeu a 22.126.222,59€, sendo de salientar que a receita corrente do ano em análise teve um **desvio negativo de - 1.181.010,13€**, da relação entre o orçamento final e o efetivamente executado, com uma **taxa de execução de 94,2%**.

A despesa realizada ascendeu em 22.341.664,73€, sendo de salientar que a despesa corrente teve um desvio negativo de -2.590.468,01€, da relação entre o orçamento final e o efetivamente executado, **com uma taxa de execução de 85,7%**.

GRÁFICO 2- COMPARAÇÃO ENTRE DESPESA INICIAL, FINAL E EXECUTADO (PAGA)



As receitas de capital ficaram abaixo do previsto obtendo **um desvio negativo de €2.673.867,28€**, a que corresponde em termos percentuais a 53,1%.

O orçamento municipal sendo um documento previsional, a sua concretização acarreta naturalmente desvios, os gráficos são demonstrativos das diferenças apuradas entre o orçamento inicial, final e executado, para cada uma das rubricas da receita e da despesa. No entanto, para um desempenho orçamental positivo, espera atingir os objetivos previstos em orçamento.

Em termos de taxa de execução da receita em relação ao ano anterior (86,7%), verificamos uma ligeira redução **na cobrança das receitas em 1,5%**.

3.1.2. Resumo dos movimentos financeiros da gerência de 2019

O resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência em análise, aparecem consubstanciados no quadro seguinte, verificando-se que as entradas de fundos **ascenderam em 23.460.499,63€**. Deste montante 22.126.222,59€ são provenientes de receitas orçamentais e 1.334.277,04€ correspondentes a entradas de fundos por operações de tesouraria. Por sua vez, constata-se que a despesa global paga é superior em 157.604,69€, à receita efetivamente cobrada e, existindo um saldo inicial de 1.213.371,11€, o saldo transitado para a gerência seguinte é de 1.055.766,42€. Este saldo para 2019 decompor-se-á em 794.209,82€ como saldo de operações orçamentais e 261.556,60€ como saldo de operações de tesouraria.

QUADRO 7- Resumo da Conta de Gerência do ano 2019

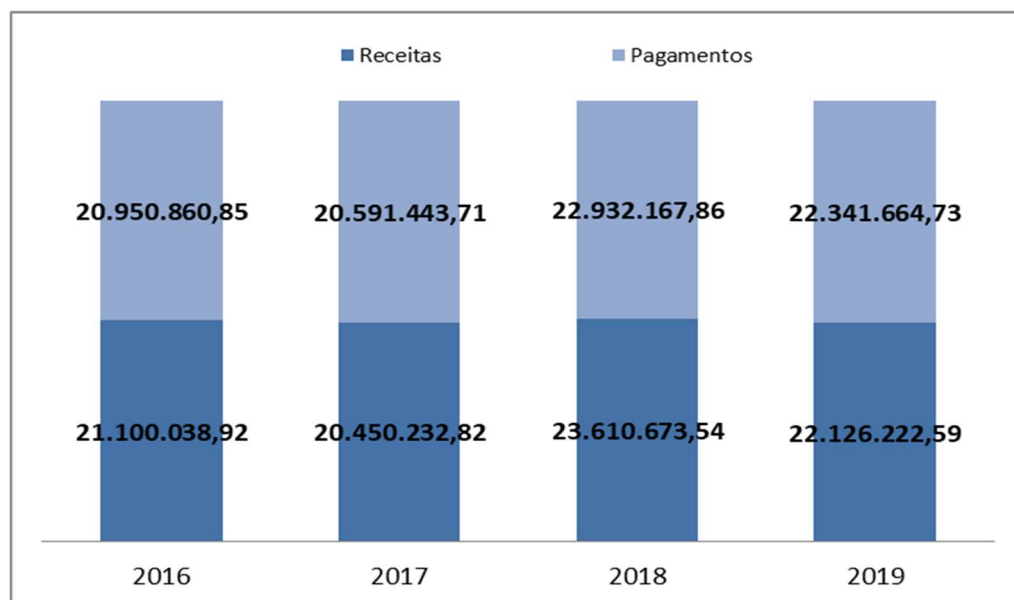
Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2018	1.009.651,96	203.719,15	1.213.371,11
(2) Receitas arrecadadas*	22.126.222,59	1.334.277,04	23.460.499,63
(3) Despesas pagas	22.341.664,73	1.276.439,59	23.618.104,32
Saldo a transportar para (1+2-3)	2020 794.209,82	261.556,60	1.055.766,42

O gráfico seguinte ilustra a evolução da **situação de tesouraria entre 2016 e 2019**, traduzindo em termos de recebimentos e pagamentos, dado que compara a evolução da receita, com a despesa paga sendo que, a coincidência quase absoluta da linha de despesa com a linha da receita, é bem demonstrativa das necessidades crescente de financiamentos

externos e receitas próprias, face à absorção da globalidade dos recursos financeiros disponíveis.

GRÁFICO 3- Evolução dos Recebimentos e Pagamentos

*“ Diminuição
6,3% dos
recebimentos
e 2,6% nos
pagamentos”*



Pela análise da evolução dos recebimentos e pagamentos, no ano em análise verificou-se uma **diminuição de 2,6% nos pagamentos e de 6,3% nos recebimentos**, justificado pela variação negativa de 2.673.867,28€ nas receitas de capital, em relação as previsões orçamentais.

No capítulo a seguir será analisada a evolução analítica da receita por capítulos.

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



RELATO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DESPESA



Município
LAMEGO

4.1. Execução orçamental da receita

4.1.1. Receita

4.1.1.1. Evolução global da receita

No que concerne à evolução das receitas e com base no quadro evolução das receitas, constata-se que as receitas totais registaram uma diminuição de 649.806,10€ de 2016 para 2017, seguindo-se aumento de 2.460.440,72€ de 2017 para 2018, aproximadamente 12%.

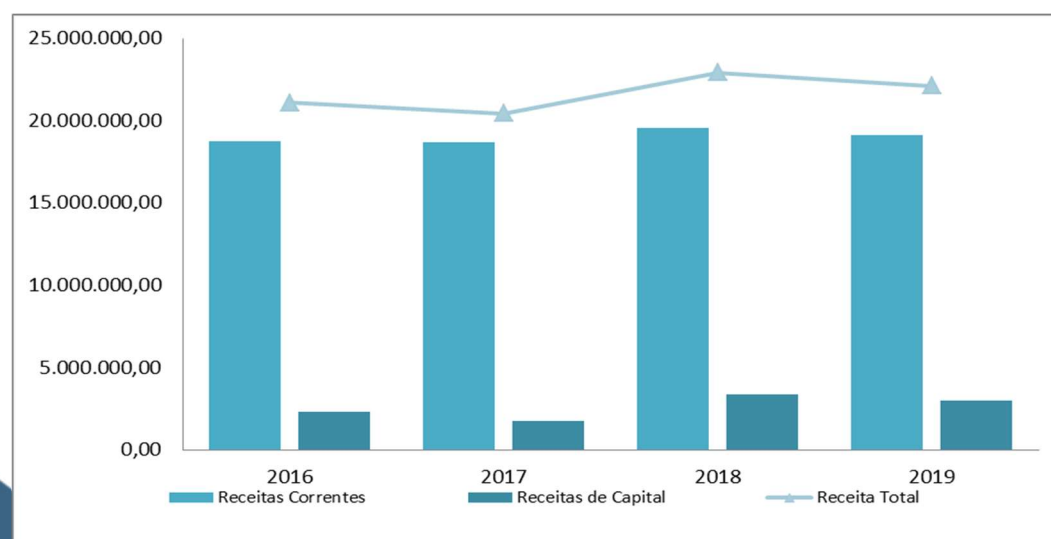
No que diz respeito ao ano 2019, houve uma ligeira diminuição quando comparado com o ano anterior, de -784.450,95€, €, passando de 22.910.673,54€ para 22.126.222,59€ a que correspondeu uma diminuição de **3,4%**.

Nas **receitas correntes verificou-se uma variação de -454.924,15€ em relação ao ano anterior**, que corresponde em termos absolutos numa diminuição de **2,3%**, sobretudo a: **↘ 11%** de impostos diretos; **↘ 10%** de impostos indiretos; **↘ 2%** de taxas, multas e outras penalidades; **↘ 47%** em rendimento da propriedade, **↗ 5%** nas transferências correntes; **↘ 5%** na venda de bens e serviços correntes e nas outras receitas correntes **↘ 63%**.

No que se refere as **receitas de capital verificou-se uma variação de -329.526,80€ em relação ao ano anterior**, que corresponde em termos absolutos numa **diminuição de 9,8%**. Esta diminuição deveu-se, sobretudo a: **↘ 5,0%** nas transferências de capital; **↗ 94%** na venda de bens de investimento e **↘ de 100%** nas outras receitas de capital.

O gráfico a seguir, permite visualizar não só a evolução global das receitas como o comportamento de cada uma das suas componentes económicas: **receitas correntes e receitas de capital**.

GRÁFICO 4- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ENTRE 2016 – 2019

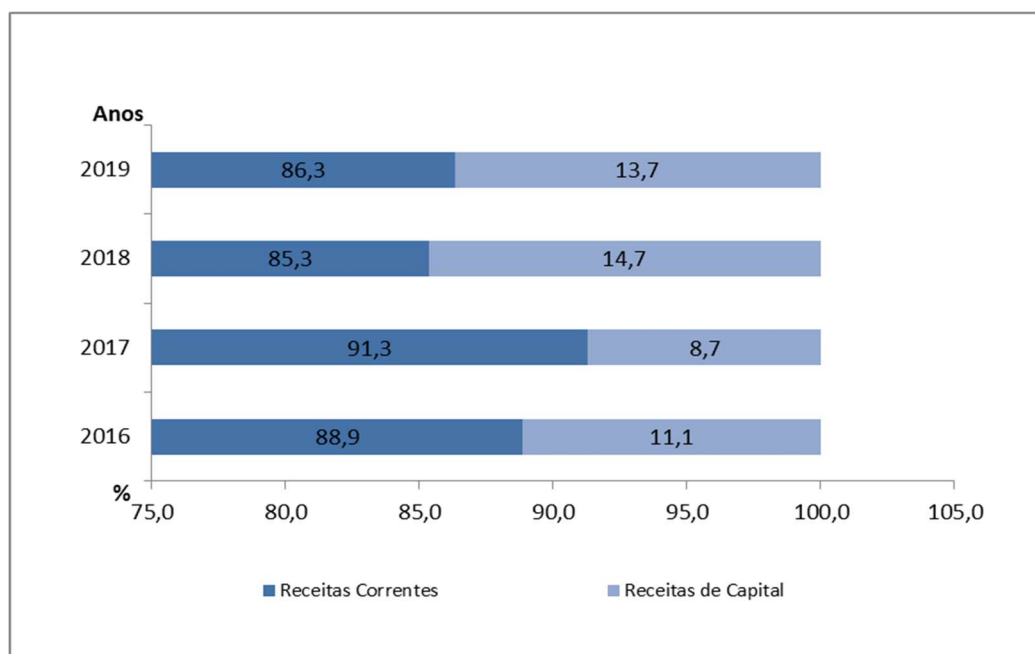


**“ Diminuição
3,4% da
receita
global”**

As transferências provenientes do OE de 2019, apresentou **um aumento em relação ao ano anterior de 2%** (217.213,26€).

O gráfico seguinte permite apreciar a evolução da relação entre as receitas correntes e as receitas de capital no total arrecadado.

GRÁFICO 5- RELAÇÃO ENTRE AS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (%)



**“86,3%
receitas
correntes e
13,7%
receitas de
capital”**

De acordo com o gráfico, em 2016 o **peso da receita corrente** foi substancial tendo por referência o total da receita, chegando a uma percentagem de 88,9% da receita total. Em 2017 e 2018 o peso da receita corrente foi 91,3% e 85,3%, respetivamente. No ano em análise, apesar da diminuição da receita corrente em relação ao ano anterior (2,3%), verificou-se um aumento do peso da receita corrente para 86,3%. Este aumento deveu-se à diminuição da receita de capital, que teve um peso na receita total de 13,7%.

Da observação do quadro que a seguir se plasma, existem grupos de receita que se revelam de grande importância no total da receita global (corrente e de capital), nas quais se destacam:

- Impostos diretos: 11,1%
- Transferências (correntes e de capital): 12,5%;
- Venda de bens e serviços correntes e capital: 3,5%.
- Participação comunitária: 32%

QUADRO 8- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS NOS ÚLTIMOS 4 ANOS*

Cod.	Designação	2016		2017		2018		2019	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total da Receita Corrente		18.752.012,75	87,5	18.671.400,25	89,2	19.553.914,02	81,7	19.098.989,87	86,3
01	Impostos diretos	4.321.098,40	20,2	4.356.325,76	20,8	4.879.962,51	20,4	4.340.566,74	19,6
02	Impostos indiretos	148.668,06	0,7	366.386,21	1,8	374.864,50	1,6	338.034,61	1,5
04	Taxas, multas e outras penalidades	701.907,78	3,3	799.949,24	3,8	693.454,31	2,9	682.189,12	3,1
05	Rendimentos da propriedade	41.967,48	0,2	10.319,29	0,0	5.454,44	0,0	2.900,33	0,0
06	Transferências correntes	8.090.505,89	37,8	8.243.257,49	39,4	8.249.189,74	34,5	8.692.624,65	39,3
	Orçamento de Estado (LFL)	7.637.705,00	35,7	7.847.221,00	37,5	7.969.445,00	33,3	8.184.917,00	37,0
	Outras Transferências	452.800,89	2,1	396.036,49	1,9	279.744,74	1,2	507.707,65	2,3
07	Venda de bens e serviços correntes	4.984.338,23	23,27	4.848.662,56	23,17	5.299.800,42	22,14	5.023.727,31	22,7
08	Outras receitas correntes	463.526,91	2,16	46.499,70	0,22	51.188,10	0,21	18.947,11	0,1
Total da Receita de Capital		2.668.026,17	12,5	2.251.189,74	10,8	4.386.759,52	18,3	3.027.232,72	13,7
09	Venda de bens de investimento	217.350,50	1,0	64.695,20	0,3	92.372,82	0,4	178.964,20	0,8
10	Transferências de Capital	1.494.983,21	7,0	1.263.863,24	6,0	3.007.863,75	12,6	2.845.236,83	12,9
12	Passivos Financeiros	600.000,00	2,8	450.000,00	2,2	700.000,00	2,9	0,00	0,0
13	Outras Receitas de Capital	0,00	0,0	0,00	0,0	250.831,32	1,0	0,00	0,0
15	Repos. não abatidas nos pagamentos	35.692,46	0,2	274,13	0,0	5.691,63	0,0	3.031,69	0,0
16	Saldo da Gerência Anterior	320.000,00	1,5	472.357,17	2,3	330.000,00	1,4	0,00	0,0
TOTAL		21.420.038,92	100,0	20.922.589,99	100,0	23.940.673,54	100,0	22.126.222,59	100,0

* Este mapa inclui o saldo de gerência anterior e passivos financeiros (curto prazo)

“↘ **9,14%**
receitas
próprias e

↗ **2,50%**
receitas
externas”

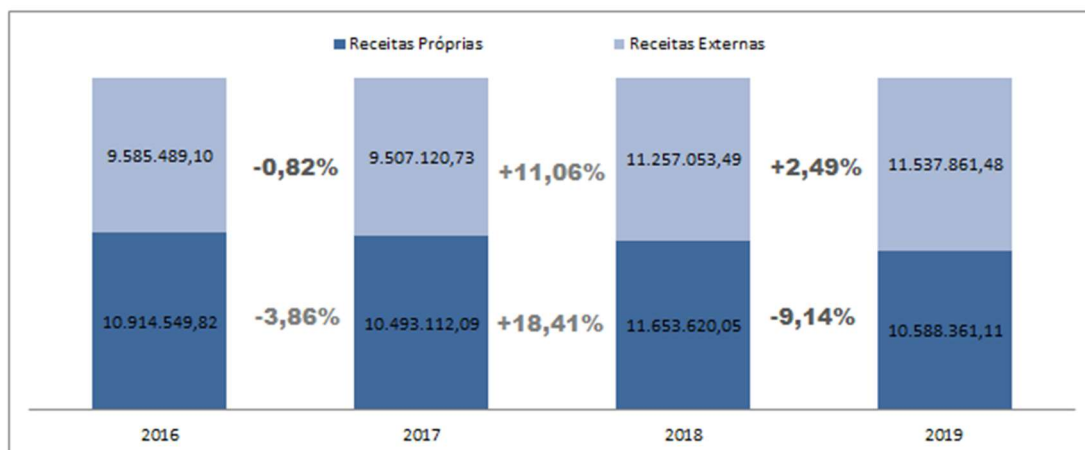
Do gráfico em evidência, verificamos em 2019 **uma variação de – 3,4% no conjunto da receita (próprias e externas), comparando com o ano anterior, o que representou - 784.450,95€ (excluindo empréstimos de curto prazo)**

Recordamos que, em 2018, verificou-se uma variação positiva de 18,41% nas receitas externas e de 11,06% nas receitas próprias, sendo que no total cresceram 14,55%.

No ano em análise, a tendência inverteu-se com **uma descida das receitas na sua globalidade de 3,4%**, sendo, nas receitas próprias -9,14% e nas receitas externas, de + 2,50 %, face ao ano anterior.

De referir que em 2019 as receitas próprias, representam uma diminuição de 1.065.258,94€ e as receitas externas um aumento 280.807,99€.

GRÁFICO 6- Relação entre as receitas próprias e externas (€)



“Taxa de execução da receita de 85,16%”

4.1.1.2. Grau de execução da receita

A observação do quadro seguinte permite a comparação da receita cobrada com a receita prevista em termos de orçamento final e consequentemente determinar os correspondentes desvios e taxas de execução.

QUADRO 9- COMPARAÇÃO DA RECEITA COBRADA COM A RECEITA PREVISTA

COD.	Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio		Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Receita Corrente	20 280 000,00	78,06	19 098 989,87	86,32	-1 181 010,13	-5,82	94,18
01	Impostos diretos	4 602 980,00	17,72	4 340 566,74	19,62	-262 413,26	-5,70	94,30
02	Impostos indiretos	368 019,00	1,42	338 034,61	1,53	-29 984,39	-8,15	91,85
04	Taxas, multas e outras penalidades	937 325,00	3,61	682 189,12	3,08	-255 135,88	-27,22	72,78
05	Rendimentos da propriedade	8 175,00	0,03	2 900,33	0,01	-5 274,67	-64,52	35,48
06	Transferências correntes	8 596 456,00	33,09	8 692 624,65	39,29	96 168,65	1,12	101,12
07	Venda de bens e serviços correntes	5 705 255,00	21,96	5 023 727,31	22,70	-681 527,69	-11,95	88,05
08	Outras receitas correntes	61 790,00	0,24	18 947,11	0,09	-42 842,89	-69,34	30,66
	Receita de Capital	5 701 100,00	21,94	3 027 232,72	13,68	-2 673 867,28	-46,90	53,10
09	Venda de bens de investimento	1 400 200,00	5,39	178 964,20	0,81	-1 221 235,80	-87,22	12,78
10	Transferências de Capital	4 041 946,00	15,56	2 845 236,83	12,86	-1 196 709,17	-29,61	70,39
13	Outras Receitas de Capital	254 038,00	0,98	0,00	0,00	-254 038,00	-100,00	0,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 916,00	0,02	3 031,69	0,01	-1 884,31	-38,33	61,67
TOTAL		25 981 100,00	100,00	22 126 222,59	100,00	-3 854 877,41	-14,84	85,16
Saldo de Gerência Transitado		1 009 651,96						

O saldo de gerência transitado não foi refletido em modificação orçamental.

Um dos primeiros aspetos a realçar da análise do quadro anterior, prende-se com as diferenças que se verificam entre a **previsão orçamental corrigida (Final)** e o **valor efetivo das cobranças (executado)**, ambos sem o saldo transitado do ano anterior, valor que traduz **uma taxa de execução da receita de 85,16%**.

Por outro lado, existe uma **receita por cobrar no final do ano, no montante de 1.345.883,32€**, um aumento em relação ao ano anterior de **20% (222.628,67€)**.

É importante referir que, para reverter a tendência de diminuição das receitas próprias, é fundamental concentrar esforço na articulação entre serviços, nomeadamente no que se refere aos impostos diretos, nomeadamente parceria com serviços do urbanismo do município e da Administração Tributária (na cobrança do imposto diretos), de forma a aumentar a fiscalização e controlo dos valores patrimoniais tributáveis (IMI). Também nas vendas de bens e prestação de serviços e nas taxas, multas e outras penalidades é possível aumentar a receita com maior eficácia na fiscalização e cobranças das receitas.

**“taxa de
execução da
receita
corrente de
94,18%”**

4.1.2. Execução orçamental da receita

4.1.2.1. Estrutura e execução das receitas correntes

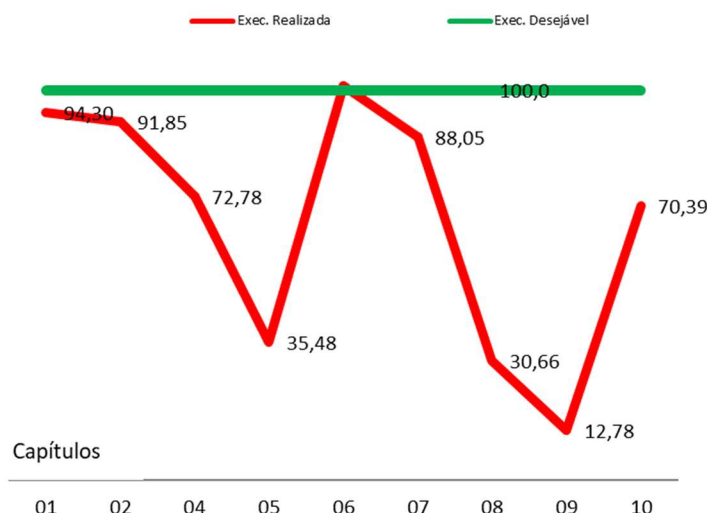
As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia, já que se trata de um fluxo monetário corrente e constante. Com uma execução de **94,18%**, a autarquia **não consegue arrecadar o montante 1.181.010,13€ de receitas correntes**, face as previsões em orçamento, que lhe permitisse financiar um conjunto de **despesas certas e permanentes**, em **cerca de -995 995,73€ a aquisição de bens e serviços (certas e permanentes) e -449 475,07 com a aquisição de bens de capital**, de forma a garantir um equilíbrio sustentáveis das contas municipais, tal como o equilíbrio corrente.

**“Desvio
orçamental
na receita
correntes de
-1.181.010€**

Conforme se pode observar na composição da receita, os seus elementos primordiais são os impostos diretos (IMI, IMT, IUC), as transferências correntes (FEF, FSM, participação financeira no IRS) e a venda de bens e prestações de serviços (água, saneamento, RSU, etc...) que permitem alcançar um peso das receitas totais arrecadadas de **94,54%** das receitas correntes.

GRÁFICO 7- COMPARAÇÃO ENTRE OS NÍVEIS DE EXECUÇÃO DE RECEITAS REALIZADAS E DISPONÍVEIS – 2019 (%)

“ \angle 10% das
receitas
fiscais”



4.1.2.2. Receitas fiscais e taxas

“Restituição
em 2019
113.845,23€
de IMT”

Atendendo à sua importância desenvolver-se-á, de seguida, o estudo mais detalhado da **receita tributária**, parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada. No quadro que a seguir se apresenta expõe-se a estrutura deste agregado de receitas em termos previsionais e em termos de execução real.

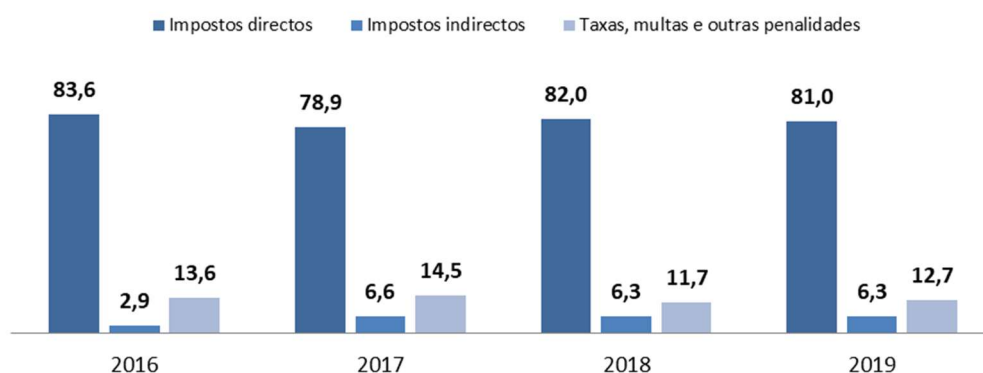
QUADRO 10- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS

Constata-se que a arrecadação da receita de impostos diretos em 2019 foi de 4.340.566,74€ apresentando um **desvio negativo de 539.395,77€ (11,0%)**, dos quais 425.550,47€ dizem respeito à diminuição da atividade económica e **113.845,23€ deveram-se à restituição parcial da receita com IMT (Imposto Municipal de Transmissões Onerosas)**, que teve como fundamento, a isenção do IMT na aquisição de imóveis para o Fundo de Investimento Imobiliário, que o artigo 319.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2019), revogou expressamente o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 1/87, de 3 de janeiro, com efeitos reportados a 2019-01-01 (conforme artigo 351.º do mesmo diploma legal), que originou num valor total a devolver de **719.875,00€** entre 2019 e 2020.

O gráfico a seguir evidencia a evolução em termos percentual do quadriênio do peso dos impostos diretos e indiretos e taxas, multas e outras penalidades sobre o total das receitas fiscais.

“↘ 12,4%
dos
impostos
diretos”

GRÁFICO 8- EVOLUÇÃO % DAS RECEITAS FISCAIS POR CAPÍTULOS 2016- 2019



QUADRO 11.1- COMPARAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS DOS IMPOSTOS DIRETOS 2016- 2019

	2017		2018		2019		Variação	%
IMI	2.827.701,97	65%	2.816.654,75	58%	2.812.781,61	65%	-3.873,14	-0,1%
IUC	520.603,22	12%	555.170,45	11%	572.430,28	13%	17.259,83	3,1%
IMT	639.966,94	15%	1.190.915,97	24%	558.558,68	13%	-632.357,29	-53,1%
SISA	19.652,70	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	#DIV/0!
DERRAMA	348.400,93	8%	317.221,34	7%	396.796,17	9%	79.574,83	25,1%
TOTAL	4.356.325,76	100%	4.879.962,51	100%	4.340.566,74	100%	-539.395,77	-11,1%

Nos impostos diretos no ano em análise verificou-se uma descida de 11%, justificada pelo decréscimo do imposto municipal incidente sobre as transmissões onerosas de bens imóveis (IMT) em 53%, pelo decréscimo de 0,1% do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), em relação ao ano anterior. O IUC e a Derrama tiveram um crescimento de 3% e 25%, respetivamente. A derrama é um imposto municipal relativo ao lucro tributável das pessoas coletivas, em sede de IRC, dos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150.000,00€ e isenção da derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior ou igual a 150.000,00€.

Deliberação dos impostos em 2019 com benefícios fiscais:

- ❖ **IMI:** Alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI [0,3% a 0,45 OU 0,5% para Município em recuperação financeira] - **Taxa aprovada 0,38%;**
- ❖ **IRS** - Art.º 26.º da lei que estabelece o RFAL e EI – Lei n.º 73/2013 de 03.09- **Taxa máxima 5%; Taxa aprovada 4% para o Município devolve 1% para os contribuintes;**
- ❖ **DERRAMA:** - Volume de negócios superior a € 150.000,00 – 1,5%
 - Volume de negócios que não ultrapasse os € 150.000,00 – Isento
- ❖ **IMI FAMILIAR:** Dedução fixa ao IMI à taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no art.º 13.º do CIRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro:
 - a) 1 Dependente: 20€; b) 2 Dependente: 40€; c) 3 ou mais dependentes: 70€

QUADRO 11.2- COMPARAÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS DOS IMPOSTOS DIRETOS 2016- 2019 - DESAGREGADO

COD.	Designação	2016	2017	2018	2019	2018/2019	
01	Impostos diretos	4.321.098,40	4.356.325,76	4.879.962,51	4.340.566,74	-539.395,77	-11,1%
	Imposto Municipal sobre imóveis	2.829.105,57	2.827.701,97	2.816.654,75	2.812.781,61	-3.873,14	-0,1%
	Imposto Único de Circulação	497.674,06	520.603,22	555.170,45	572.430,28	17.259,83	3,1%
	IMT	608.176,70	639.966,94	1.190.915,97	558.558,68	-632.357,29	-53,1%
	Contribuição Autárquica	5.223,08	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	Sisa		19.652,70	0,00	0,00		#DIV/0!
	Derrama	380.918,99	348.400,93	317.221,34	396.796,17	79.574,83	25,1%
02	Impostos indiretos	148.668,06	366.386,21	374.864,50	338.034,61	-36.829,89	-9,8%
	Loteamentos e obras	115.203,60	257.972,52	237.944,24	206.477,78	-31.466,46	-13,2%
	Ocupação da via pública	10.948,95	79.214,00	78.358,65	85.646,69	7.288,04	9,3%
	Publicidade	12.862,22	25.630,85	47.197,26	37.263,38	-9.933,88	-21,0%
	Utilização da rede viária	3.308,50	2.036,00	3.817,50	2.290,50	-1.527,00	-40,0%
	Outros	6.344,79	1.532,84	7.546,85	6.356,26	-1.190,59	-15,8%
04	Taxas, multas e outras penalidades	701.907,78	799.949,24	693.454,31	682.189,12	-11.265,19	-1,6%
	Mercados e feiras	97.937,09	88.607,06	127.179,39	138.167,66	10.988,27	8,6%
	Loteamentos e obras	183.571,69	181.251,19	153.628,43	160.458,25	6.829,82	4,4%
	Ocupação de via pública	28.691,56	28.199,37	11.112,73	13.018,96	1.906,23	17,2%
	Caça, uso e porte de arma	17,70	0,00	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	Saneamento	217.814,02	206.614,91	230.413,69	209.600,60	-20.813,09	-9,0%
	Outras	130.973,25	135.611,65	149.818,35	136.982,99	-12.835,36	-8,6%
	Juros de mora	26.687,26	156.045,06	8.061,41	9.611,54	1.550,13	19,2%
	Juros compensatórios	15.044,61	2.492,40	2.321,88	1.260,49	-1.061,39	-45,7%
	Multas e penalidades diversas	1.170,60	1.127,60	10.918,43	13.088,63	2.170,20	19,9%
	TOTAL	5.171.674,24	5.522.661,21	5.948.281,32	5.360.790,47	-587.490,85	-9,9%

Destaca-se que, estando o Município de Lamego abrangido no Programa de Ajustamento Financeiro (PAF), ao abrigo do PAEL, ainda é evidente a situação financeira muito débil em que se encontra, por não garantir a um equilíbrio sustentável das contas municipais, **nomeadamente com o equilíbrio orçamental, que não cumpre, com a regra estabelecida no art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09 (RFALEI), como se analisa a seguir.**

O não aplicar as taxas máximas de imposto direto, em especial no Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)⁶, merece especial cautela, uma vez que trata de uma receita determinante para equilibrar a gestão financeira do Município. O IMI representou 2.812.782€ da receita corrente em 2019, mas poderia ter sido maior com aplicação das taxas que o PAF impõe até se verificar sustentabilidade das contas. **Recomenda-se, por isso, prudência aquando a aprovação de taxas, em especial no abaixamento de impostos e taxas que coloca em causa a sustentabilidade financeira do Município. Sublinhar, conforme se tem acima verificado, a receita global diminuiu -1.181 010,13€, face ao previsto, mas as despesas aumentaram, como se poderá a seguir verificar.**

A variação negativa verificada nos impostos, conforme se evidencia no quadro anterior, deveu-se **exclusivamente à diminuição do imposto IMT**. Ora, lembramos que o IMT varia de acordo com as transmissões imobiliárias no Concelho de Lamego, sendo este um mercado dinâmico, por isso **recomenda-se que o IMT não seja uma receita que contribui para as despesas correntes certas e permanentes, mas sim para realização de investimentos**. Assim, no ano em análise, a descida da receita desse imposto, conforme se poderá verificar a seguir nas transferências correntes, **contribuiu para o não pagamento desse grupo de despesas, bem como para a não realização de investimentos. Destaca-se como fator de risco para o agravamento da despesa corrente permanente.**

⁶IMT visa tributar as transmissões onerosas do direito de propriedade sobre bens imóveis, situados em Portugal, ou figuras parcelares desse direito, bem como outros negócios jurídicos que confiram um resultado económico equivalente. Como regra geral, o IMT incide sobre o valor do ato ou contrato ou sobre o VPT do imóvel, determinado de acordo com o estabelecido no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), consoante o que seja mais elevado. Para além de IMT, sobre as transmissões onerosas de bens imóveis situados em território português poderá ainda incidir Imposto do Selo. A aquisição de mais de 75% do capital social de uma sociedade por quotas que seja proprietária de imóveis situados em território português determina a incidência de IMT.

4.1.3. Análise Orçamental e Equilíbrio

O n.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece a regra clássica do equilíbrio formal: «[o]s orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas». Para além do equilíbrio formal, o n.º 2 do mesmo artigo impõe também a regra do equilíbrio corrente corrigido das amortizações dos empréstimos: «... a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo».

“**≥ 5,4% das transferências capital em 2019**”

QUADRO 12- EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

				(em euros)
	Regras legais	Cálculo	Execução orçamental receita	Execução Orçamental (paga)
			[1]	[3]
a	Receita Total		23 610 673,54	
b	Receita corrente bruta cobrada		19 553 914,02	
c	Despesa total			22 341 664,73
d	Despesa corrente			15 502 196,99
e	Amortização médias de empréstimo m/l prazo	2 592 951,31		
f	Equilíbrio formal	a >= c (*)	f = a - c	1 269 008,81
g	Equilíbrio corrente corrigido	b >= (d+e) (**)	g = b - (d+e)	1 458 765,72

(*) N.º 1 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09; e primeira parte da alínea e) do ponto 3.1.1 do POICAL

(**) N.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09;

“**Cumpra a regra do equilíbrio corrente**”

A regra do equilíbrio foi observada no base na **execução orçamental (Despesa Paga)**, no entanto, sublinhamos a importância da celebração do acordo celebrado com as Águas do Norte, S.A que permitiu uma redução significativa na despesa corrente comprometida, originando assim, ao contrário de anos anteriores, **o cumprimento da regra do equilíbrio corrente**, com a receita corrente a conseguir acomodar a despesa corrente mais as amortizações a médias dos empréstimos, definida no n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental deve ser garantido, relativamente a cada ano económico, no momento da elaboração do orçamento, das respetivas modificações e em termos de execução orçamental.

4.1.4. Transferências

As transferências (correntes e de capital) representam uma fonte privilegiada de financiamento, ao totalizar **52% de receita total da autarquia**. De seguida, procede-se, à análise mais detalhada deste tipo de receita, procurando centrá-la nas suas diferentes origens.

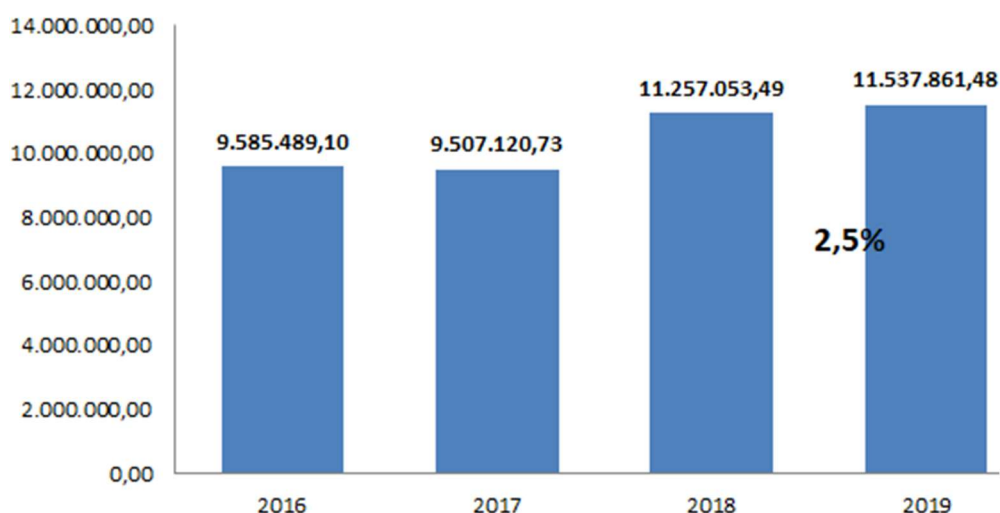
O quadro abaixo, para além de discriminar a proveniência das transferências correntes e de capital, também faculta uma visão da evolução nos últimos 4 anos, por cada componente no universo desta receita cobrada, permitindo assim determinar linhas de tendências desta fonte de financiamento.

No ano em análise, verificou-se que nas **transferências de corrente** houve um acréscimo, comparando com ano anterior, de 5,4, % (443.434,91€).

Em relação as **transferências de capital** houve um decréscimo em relação ao ano anterior 5,4% (162.626,92€). Esta variação verifica-se devido à conclusão da obra “Requalificação da Escola secundária Latino Coelho”. Foi recebida uma nova transferência do OE 2019, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013 “O excedente resultante do disposto nos números anteriores é distribuído de forma proporcional pelos municípios que não mantenham, em três anos consecutivos, a CMN (capitação média nacional), o que permitiu a arrecadação de 238.962,00€.

“**↗ 2,5% das transferências em 2019**”

GRÁFICO 10- EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS (€)



QUADRO 13- EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PROVENIENTES DE TRANSFERÊNCIAS

COD.	Designação	Orçado		Executado		Desvio		Taxa de Execução(%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
06	Transferências correntes	8.596.456,00	68,0	8.692.624,65	75,34	96.168,65	1,12	101,12
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	6.759.984,00	53,5	6.759.984,00	58,59	0,00	0,00	100,00
	Fundo Social Municipal	721.311,00	5,7	721.311,00	6,25	0,00	0,00	100,00
	Participação Fixa no IRS	703.622,00	5,6	703.622,00	6,10	0,00	0,00	100,00
	Outras	411.539,00	3,3	507.707,65	4,40	96.168,65	23,37	123,37
10	Transferências de Capital	4.041.846,00	32,0	2.845.236,83	24,66	-1.196.609,17	-29,61	70,39
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	751.109,00	5,9	751.109,00	6,51	0,00	0,00	100,00
	Cooperação Técnica e Financeira	100,00	0,0	0,00	0,00	-100,00	-100,00	0,00
	Transferências de capital - administração central - estado	238.962,00	1,9	238.962,00	2,07	0,00	0,00	100,00
	Outras	12.000,00	0,1	302.436,58	2,62	290.436,58	2420,30	2520,30
	Participação Comunitária em Projectos Co-financiados	3.039.675,00	24,1	1.552.729,25	13,46	-1.486.945,75	-48,92	51,08
TOTAL		12.638.302,00	100,0	11.537.861,48	100,0	-1.100.440,52	-8,71	91,29

4.1.5. Receitas de capital

4.1.5.1. Estrutura da receita de capital

O núcleo essencial da receita de capital é constituído por: vendas de bens de investimento, transferências e empréstimos bancários de curto e médio e longo prazo, representando na sua globalidade **13,7%** das receitas totais executadas.

Verifica-se uma diminuição das **transferências de capital de 5,4%**, justificado no quadro a seguir.

No que se refere **ao montante orçado e executado**, a venda de bens de investimento e as transferências de capital, tiveram apenas uma execução de 12,78% e 70,39%, respetivamente, **representando em termos de montante um desvio de 2.417.844,97€**.

Assim, no ano em análise, ao totalizar 3.027.232,72€, a receita de capital diminuiu em relação ao ano anterior 9,81% representando um decréscimo de receita de 329.526,80€. A componente que contribui para esta descida são as participações comunitárias em projetos cofinanciados em curso.

QUADRO 14- ESTRUTURA E EXECUÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

COD.	Designação	Orçado		Executado		Desvio		Taxa de Execução (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
09	Venda de Bens de Investimento	1.400.200,00	25,73	178.964,20	5,92	-1.221.235,80	-87,22	12,78
	Terrenos	100,00	0,00	27.336,00	0,90	27.236,00	27236,00	27336,00
	Habitacões	100.000,00	1,84	0,00	0,00	-100.000,00	-100,00	0,00
	Edifícios	1.300.000,00	23,89	151.628,20	5,01	-1.148.371,80	-	-
	Outros bens de investimento	100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-	-
10	Transferências de Capital	4.041.846,00	74,27	2.845.236,83	94,08	-1.196.609,17	-29,61	70,39
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	751.109,00	13,80	751.109,00	24,84	0,00	0,00	100,00
	Cooperação Técnica e Financeira	100,00	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00	0,00
	Transferências de capital - administração central - estado	238.962,00	4,39	238.962,00	7,90	0,00	0,00	100,00
	Outras	12.000,00	0,22	302.436,58	10,00	290.436,58	2420,30	2520,30
	Participação Comunitária em Projectos Co-financiados	3.039.675,00	55,86	1.552.729,25	51,34	-1.486.945,75	-48,92	51,08
Total		5.442.046,00	100,0	3.024.201,03	100,00	-2.417.844,97	-44,43	55,57

**Taxa de execução
91,29% das
transferências**

O capítulo 09- venda de bens de investimento, este apresenta uma discrepância face ao valor orçado ao executado, apresentando um desvio – 1.221.235,80€. A taxa de execução foi de apenas 12,78%.

4.1.5.2. Conclusão da Execução da Receita:

Conforme referido anteriormente, o equilíbrio orçamental do Município de Lamego passa pela revisão do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), com definição de uma estratégia orçamental, a médio e longo prazo, assente numa política de estabilidade a nível dos imposto e receitas próprias, onde seja incluído também um plano estratégico ao investimento estruturante, sendo de maior intensidade da execução de projetos cofinanciadas pelo Portugal 2020/2030. A revisão ao PAF pressupõe um compromisso firme dos decisores políticos a médio e longo prazo, isto para atingir o equilíbrio financeiro do Município de Lamego, que, conforme está bem patente na análise efetuada a receita cobrada, não é suficiente para cobrir a despesa orçada.

Taxa de execução de apenas 12,78% da venda de património”

Tendo em consideração designadamente, o disposto na referida Lei n.º 73/2013, é recomendável que o órgão executivo e deliberativo devem observar um maior rigor na aprovação dos orçamentos municipais bem como ter em atenção os mecanismos de alerta precoce de desvios estipulados no artigo 56.º da referida Lei, quanto às medidas a tomar nos casos em que se verifiquem, em dois anos consecutivos, taxas de execução da receita previstas nos orçamentos respetivos inferiores a 85%.

4.2. Execução orçamental da despesa

4.2.1. Enquadramento

Neste ponto efetuar-se-á a análise da despesa na ótica económica. Assim, depois de uma breve referência aos valores orçamentados e da sua comparação com valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas, **(despesas assumidas e não pagas e pagas)** apurar os eventuais desvios, será dado destaque às despesas afetas às grandes opções do plano e em especial às executadas no âmbito do plano plurianual de investimentos, com o objetivo de se avaliar da sua execução e do alcance dos objetivos previstos naquele documento.

**“ Taxa de
execução
despesa
assumida
91,6%”**

Na análise da execução orçamental, propriamente dita, será feita a **comparação entre a despesa prevista (orçamento inicial) e a despesa paga**, sob a perspetiva económica (que permite identificar quer o destino privilegiado das despesas – correntes ou de capital, - quer na sua natureza – gastos com pessoal, aquisição de bens e serviços, transferências, subsídios, etc.)

Pretende-se, finalmente, comparar a despesa, e o comportamento das suas componentes, sendo os valores de 2019 comparados com os anos anteriores.

Realçar, conforme referido anteriormente a **diminuição das receitas, registando um desvio negativo na execução da receita corrente de -1.181.010,13€**, reflete-se também pela negativa na despesa paga, em particular da despesa corrente.

Assim, a despesa comprometida no exercício económico foi sustentada numa dotação previsional de **receita previsional**. Isto significa que, o **Município apresenta um défice orçamental de aproximadamente de 1.145.000€**, não considerando o acordo de regularização de dívidas com Águas do Norte, S.A, conforme foi já referido anteriormente e evidenciado a seguir.

4.2.2. Despesa global

4.2.2.1. Estrutura e execução da despesa

A despesa global paga, foi de **22.341.664,73€**, registando-se uma **diminuição de 590.503,13€** que o valor pago no ano anterior, o que traduz um decréscimo de 2,6%, e apresenta um **desvio negativo de -1.445.470,80€**, relativamente ao valor comprometido, traduzindo uma **taxa de execução orçamental da despesa de 86% da despesa paga**.

O desvio verificado incide sobre a despesa corrente com **aquisição de bens e serviços**, que regista um **desvio negativo de 923.360,54€**, dos quais **305.627,26€** relativo aos transportes públicos de passageiros, e o valor remanescente, de **617.360,54€** é relativo à faturação do mês de dezembro.

O quadro seguinte resume na ótica da classificação económica, o total da despesa orçamental contabilizada pelo município, comparando os valores previstos com os realmente pagos, enquanto o gráfico a seguir é elucidativo da respetiva estrutura.

Comparando a estrutura do orçamento final e assumida, com a da sua efetiva realização, constata-se que aquela sofreu alterações substanciais, nomeadamente, no tocante à distribuição entre despesas correntes e despesas de capital.

QUADRO 15- COMPARAÇÃO DA DESPESA ORÇADA COM A DESPESA PAGA

Designação	Despesa Orçamentada		Despesa Assumida		Despesa paga		Desvio	Taxa de Execução Paga (%)	Taxa de Execução - despesa assumida (%)
	[1]		[2]		[3]		[2]-[3]		
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor		
Despesas Corrente	18.092.665,00	69,6	16.498.192,72	69,4	15.502.196,99	69,4	-995.995,73	85,7	91,2
01 Despesas com o Pessoal	6.457.179,20	24,9	6.313.406,38	26,5	6.293.883,91	28,2	-19.522,47	97,5	97,8
02 Aquisição de bens e serviços	9.557.412,80	36,8	8.337.154,13	35,0	7.413.793,59	33,2	-923.360,54	77,6	87,2
03 Juros e outros serviços	603.500,00	2,3	557.458,31	2,3	554.130,40	2,5	-3.327,91	91,8	92,4
04 Transferências correntes	1.109.648,00	4,3	950.729,91	4,0	920.704,03	4,1	-30.025,88	83,0	85,7
05 Sociedades e quase Soc. não Financeiras	11.925,00	0,0	11.925,00	0,1	11.925,00	0,1	0,00	100,0	100,0
06 Outras despesas correntes	353.000,00	1,4	327.518,99	1,4	307.760,06	1,4	-19.758,93	87,2	92,8
Despesas de Capital	7.888.435,00	30,4	7.288.942,81	30,6	6.839.467,74	30,6	-449.475,07	86,7	92,4
07 Aquisição de bens de capital	4.201.056,00	16,2	3.632.562,85	15,3	3.210.337,21	14,4	-422.225,64	76,4	86,5
08 Transferências de Capital	566.030,00	2,2	536.043,67	2,3	516.043,67	2,3	-20.000,00	91,2	94,7
09 Ativos Financeiros	58.849,00	0,2	58.849,00	0,2	58.849,00	0,3	0,00	100,0	100,0
10 Passivos financeiros	2.662.000,00	10,2	2.661.020,31	11,2	2.653.770,88	11,9	-7.249,43	99,7	100,0
11 Outras despesas de Capital	400.500,00	1,5	400.466,98	1,7	400.466,98	1,8	0,00	100,0	100,0
Total Geral	25.981.100,00	100,0	23.787.135,53	100,0	22.341.664,73	100,0	-1.445.470,80	86,0	91,6

“**↙ dos compromissos assumidos e não pagos**”

Com efeito, em termos de **execução das despesas de capital, assumida correspondeu a 92,4% e 86,7% da despesa paga**. Assim, a taxa de **execução orçamental global da despesa assumida (compromisso) traduz uma taxa de realização de 91,6% e 86% despesa paga**. Transitou para o ano seguinte, **compromisso assumido o montante de 1.445.470,80€, o que traduz uma diminuição de 69%, em relação ao ano anterior, que incluía a dívida às Águas do Norte (4.670.181€)**.

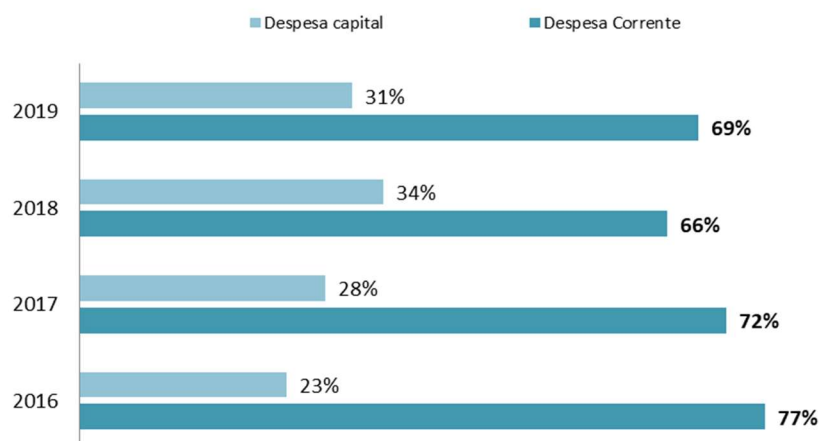
“**Taxa de execução da despesa global (paga) de 86%**”

Não obstante a diminuição dos compromissos assumidos e não pagos verificados em 31.12.2019, este continua a traduzir um **desequilíbrio das contas municipais no ano seguinte**, contrariando negativamente a trajetória da sustentabilidade prevista no Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), conforme relatado nos relatórios de gestão anteriores.

O **desequilíbrio financeiro** tem sido colmatado, nos últimos anos, com a celebração de acordos de regularização de dívidas com Águas do Norte, S.A, já por duas vezes, num espaço-tempo muito curto (2016 e 2019), obrigando a reprogramar passivo de curto prazo para longo prazo. No entanto, este mecanismo legal, não resolve a situação financeira “grave” de curto prazo, com tendência agravar a dívida de médio e longo prazo, comprometendo os orçamentos futuros.

É imperativa adoção de medidas urgentes e austeras na política financeira do Município de Lamego, medidas estas, que passa pela revisão do Plano de Ajustamento Financeiro a médio e longo prazo, concertado com todos os quadrantes políticos, que compõe a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, do interesse superior da gestão pública institucional-Município de Lamego.

GRÁFICO 11- EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA DESPESA (PAGA) (%)



Tanto a despesa corrente como de capital sofrido variações na estrutura da despesa no quadriênio, sublinhando, no entanto, a **tendência para a despesa corrente assumir maior peso na despesa total. O aumento do peso da despesa corrente deve-se à diminuição da despesa de capital com investimento compartilhado no âmbito do NORTE2020.**

“81,2% da receita corrente está afeta a despesa corrente assumida”

Também um aspeto importante, o gráfico acima traduz a evolução da estrutura do peso da **despesa paga e não com os compromissos assumidos, o que deixa de ser um indicador relevante** quando, conforme se evidenciou anteriormente, existe um desequilíbrio com a despesa corrente, se tivermos em conta o montante de compromissos transitados.

Efetivamente, conforme se poderá verificar no quadro a seguir, verifica-se a tendência para as despesas correntes do Município **assumir-se como despesas fixas e permanentes cada vez maior**, essencialmente porque o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços ser rígida e tendencialmente a aumentar, sendo, conforme mencionado anteriormente, razão pela qual, a situação de desequilíbrio conjuntural em que o Município se encontra desde 2013, tem tendência a agravar-se, contrariando o PAF.

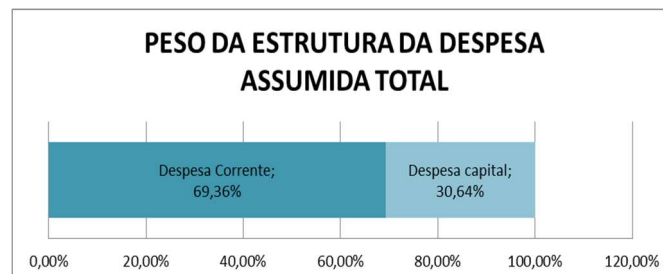
Atualmente, o aumento da despesa corrente é compensado com o aumento da cobrança da receita corrente, nomeadamente dos impostos diretos e transferências. No entanto, ainda assim, em 2019, face aos compromissos assumidos e não pagos, **não foram suficientes para garantir o equilíbrio orçamental.**

Neste contexto, podemos concluir a margem reduzida do Município ter capacidade para **efetuar despesas de investimento com recursos próprios, inclusive investimento com participação comunitária não compartilhado com fonte de**

“↙ 2,6% na
despesa
PAGA”

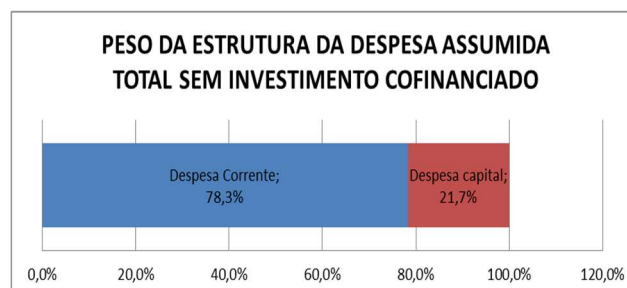
financiamento externo a 100%, uma vez que, a despesa corrente aumenta acentuadamente, com especial destaque para as despesas de pessoal, conforme se poderá analisar a seguir.

O quadro a seguir evidencia o peso da estrutura da despesa assumida total em 2019, aí sim, com a real dimensão de **peso com a despesa corrente, esta atinge 69,36% da despesa assumida (16.498.192,72€).**



Recordamos que a receita corrente foi de 19.098.989,87€, o que representa, 86% da receita cobrada é afetada para a despesa corrente. O gráfico considera os compromissos totais do ano em análise, que ascenderam em 23.787.135,53€.

A seguir o gráfico evidencia o peso da estrutura da **despesa sem considerar o investimento cofinanciado**, o que altera substancialmente a estrutura de peso com a despesa corrente, passando de 69,36% para 78,3%.



4.2.2.2. Evolução da despesa paga no quadriênio

QUADRO 16- EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA NO PERÍODO ENTRE 2016 E 2019

Despesa por Capítulos	2016		2017		2018		2019		Valor Variação	Variação %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %		
Despesas Correntes	16.089.163	57,3	14.923.125	76,79	15.113.511	65,9	15.502.197	69,4	388.686	2,6
01 Despesas com o pessoal	4.768.780	22,8	5.177.846	25,1	5.944.961	25,9	6.293.884	28,2	348.923	5,9
02 Aquisição de bens e serviços	8.963.862	42,8	7.318.393	35,5	7.328.508	32,0	7.413.794	33,2	85.286	1,2
03 Juros e outros encargos	575.575	2,7	722.235	3,5	526.617	2,3	554.130	2,5	27.513	5,2
04 Transferências correntes	1.642.514	7,8	1.377.240	6,7	1.112.103	4,8	920.704	4,1	-191.399	-17,2
05 Soc.quase Soc. não Financeiras	25.925	0,1	45.925	0,2	11.925	0,1	11.925	0,1	0	0,0
06 Outras despesas correntes	112.506	0,5	281.485	1,4	189.397	0,8	307.760	1,4	118.363	62,5
Despesas de Capital	4.861.698	42,7	5.668.319	23,21	7.818.657	34,1	6.839.468	30,6	-979.190	-12,5
07 Aquisição de bens de capital	1.399.880	6,7	1.661.545	8,1	3.622.876	15,8	3.210.337	14,4	-412.538	-11,4
08 Transferências de capital	274.552	1,3	349.748	1,7	309.717	1,4	516.044	2,3	206.327	66,6
09 Ativos financeiros	117.698	0,6	117.698	0,6	88.274	0,4	58.849	0,3	-29.425	-33,3
10 Passivos financeiros	3.060.484	14,6	3.539.328	17,2	3.797.792	16,6	2.653.771	11,9	-1.144.021	-30,1
11 Outras despesas de capital	9.084	0,0	0	0,0	0	0,0	400.467	1,8	400.467	0,0
TOTAL DA DESPESA PAGA	20.950.861	100,0	20.591.444	100,0	22.932.168	100,0	22.341.665	100,0	-590.503	-2,6
TOTAL COMPROMISSO ASSUMIDO	22.650.887		26.195.525		27.602.348		23.787.136			

“↘ 14% nos
compromissos
assumidos em
relação ano
anterior”

A despesa paga com pessoal regista **um aumento de 5,9% (348.923€), se comparamos com o ano anterior**, derivado das alterações de posições remuneratórias e encargos com a saúde.

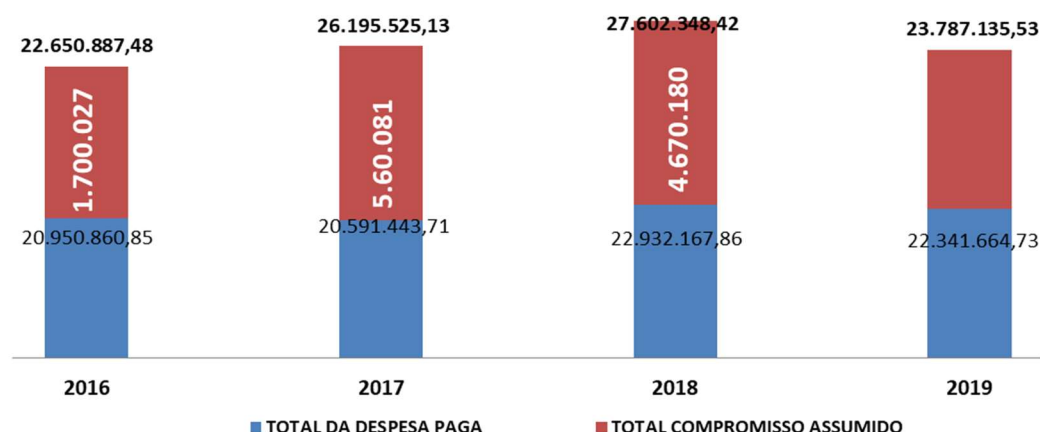
O quadro assinala **um ligeiro aumento da despesa na ótica do pagamento com aquisição de bens e serviços correntes em 1,2%**, só possível devido à diminuição acentuada da despesa na ótica do **compromisso assumido (8.337.154€), que se traduziu em -25%**, em relação ao ano anterior (11.183.338€). Significa uma descida de 2.846.184€, que aliviou o desequilíbrio “crónico”.

No quadro em referência, podemos destacar o alívio sentido na tesouraria com a diminuição dos **pagamentos com o serviço de dívida à banca, que se traduziu num descida de 14,3%, ou seja, 444.021€, em relação ao ano anterior**, devido ao término do **empréstimo PREDE**, o Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, teve como principal objetivo a redução dos prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços por parte de entidades públicas, estabelecendo medidas destinadas a melhorar o ambiente de negócios, reduzindo custos de financiamento e de transação, ao qual o Município de Lamego aderiu em 27 de setembro de 2009, contratado por 2.599.200€, e que representava uma amortização anual de 519.000€.

“↗ 2,6% no
pagamento
da despesa
corrente”

O gráfico a seguir evidencia a evolução **dos compromissos assumidos com a despesa paga**. A diferença entre ambos reflete os compromissos assumidos e não pagos (não faturados e faturados).

GRÁFICO 12- EVOLUÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS VS DESPESA PAGA ENTRE 2016 E 2019 (€)



**“↘ 2,6%
nos
pagamentos
em relação
ano
anterior”**

O gráfico evidencia que em 2019, foram assumidos compromissos no montante total de 23.787.135,53€ e foram pagos 22.341.664,73€. Significa que, **transitaram para o ano seguinte, 1.445.471€ de compromissos assumidos e não pagos**. Uma diminuição de 3.224.710€ (69%) em relação ao ano anterior, devido ao acordo de pagamento com as Águas do Norte, S.A, mas ainda assim, excessivo para o equilíbrio orçamental.

Conforme já referido anteriormente, atendendo a diminuição dos compromissos assumidos e não pagos verificados em 31.12.2019, em relação ao ano anterior, ainda assim, continua-se a verificar um **desequilíbrio das contas municipais**.

Realçar que, em março de 2019 foi celebrado um acordo de regularização de dívidas com a empresa Águas do Norte, S.A, por um período de 15 anos no montante total de 2.251.457€ de faturas e 89.191€ de notas de débito vencidas, o que permitiu consolidar a dívida de curto prazo a médio prazo e diminuir os compromissos assumidos no ano.

4.2.3. Despesas correntes na ótica dos pagamentos

As despesas correntes, compostas pelas despesas com pessoal, pela aquisição de bens e serviços, juros do serviço de dívidas e transferências, assumem um comportamento pouco flexível face às pressões que sobre elas possam ser praticadas, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento que tendencialmente aumentam.

Assim, a **despesa corrente paga totalizou 15.502.197€**, registando-se um aumento de 348.686€, apresentando uma **taxa de variação de 2,6%** em relação ao ano anterior.

“↘ de 17,2%
das despesas
com
transferências
correntes”

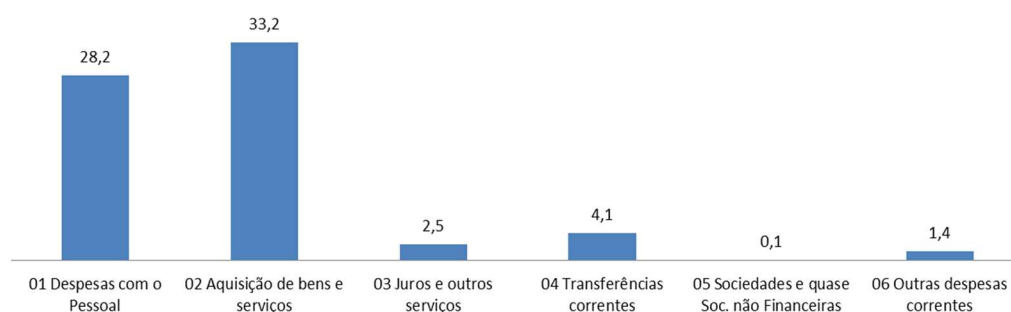
O gráfico evidencia a estrutura e a execução das despesas correntes, realçando o peso do **pagamento das despesas com pessoal** (6.293.884€), as quais representam 41% do total das despesas correntes pagas, com uma execução de 97,5% e 28,2% do peso no total das despesas.

Nas aquisições de bens e serviços foi pago o montante de 7.413.793,59€, representativo de 48,0% do total das despesas correntes pagas, com uma execução de 77,6% e 33,2% do peso no total das despesas. Assim em termos comparativos com o ano anterior, verificamos que houve um **aumento nas despesas com o pessoal em 5,9%**, e nos pagamentos com **aquisições de bens e serviços 1,2%**, não apresentando relevância atendendo aos compromissos assumidos e não pagos transitados para o ano seguinte (1.445.471€).

No capítulo 02- aquisição de bens e serviços não houve aumento substancial nos pagamentos, isto porque o aumento das despesas paga com pessoal 348.923€ em relação ao ano anterior, desviou em termos de tesouraria, o aumento verificado da receita com as transferências correntes, recordamos 443.434,91€, para aumentar o pagamento no capítulo em referência, diminuindo assim as despesas assumidas e não pagas transitadas para ano seguinte, causador justamente do desequilíbrio orçamental. Tal casualidade não se verificou, pela dificuldade de monitorizar as despesas com pessoal.

Considerando tratar-se de uma despesa relevante na estrutura da despesa corrente do Município, de seguida aprofundaremos as despesas corrente com aquisição de bens e serviços.

GRÁFICO 13- PESO % DA DESPESA CORRENTE (PAGA) NA DESPESA TOTAL



As transferências correntes diminuíram 17.2% em relação ao ano anterior e correspondem a 4,1% da despesa total paga.

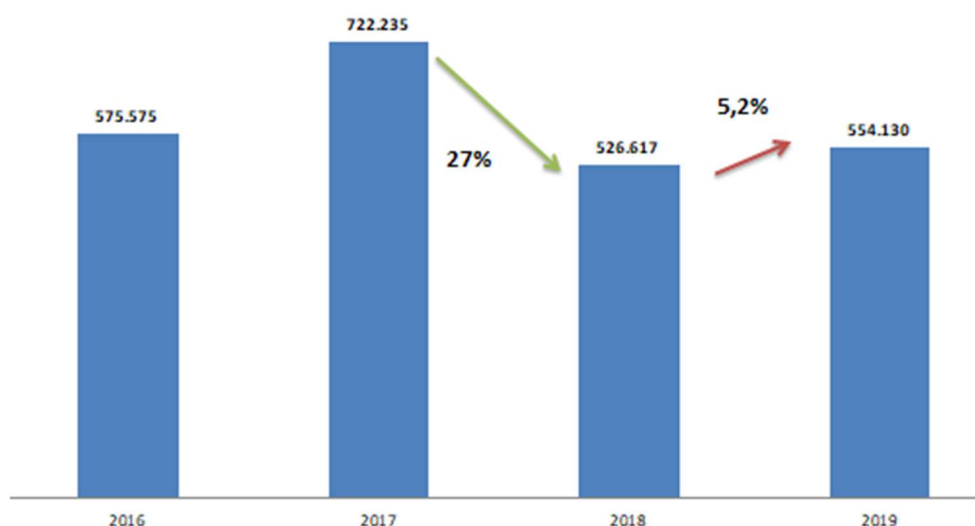
“↗ 6,81%
com
Quadros-
regime de
Função
Pública”

“↗ de 5,2%
das
despesas
com juros e
outros
encargos”

As transferências correntes são traduzidas pelas transferências às instituições sem fins lucrativos e outras, em que a diminuição verificada pela redução de protocolos com Associações Culturais, recreativas e desportivas, **com um decréscimo de (91.098€), em relação ao ano anterior. As transferências para as Associações de Municípios aumentaram 12.311€,** com a regularização de quotas e participação nos projetos.

O pagamento dos encargos financeiros reporta a juros e a despesas relacionadas com empréstimos de médio e longo prazo, bem como situações de juros de mora. O mapa de empréstimos da prestação de contas apresenta discriminadamente estes encargos por natureza e finalidade. No ano económico em análise os **juros totalizaram 554.130€** ou seja, **+27.513€ que o pago na gerência anterior**, o que traduz um aumento de 5,2%.

GRÁFICO 14- EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS COM JUROS E OUTROS ENCARGOS



4.2.3.1. Despesas com a execução do pessoal

O valor total executado, no ano económico em análise, foi de 6.293.884€, isto é, + 348.923€ em relação ano anterior. **Este acréscimo de despesas com pessoal correspondeu uma taxa de 5,9%. Mas também representa um aumento de 1.116.038€ comparado com 2017, ou seja, um aumento de 21,5%, nos últimos 2 anos.**

Conforme já referido anteriormente, o aumento do capítulo pessoal é justificado pela contratação de pessoal em regime de tarefa e avença dada a impossibilidade de contratação de pessoal para os quadros devido ao município se encontrar em saneamento financeiro.

“↗ 3,4%
com
Pessoal
contratado
a termo”

Também referir que em 2018, o governo procedeu ao descongelamento das carreiras, sendo que, em 2019, o reposicionamento foi totalmente reposto, o que permitiu que os trabalhadores do sector público recebessem um aumento dos respetivos vencimentos.

De acordo com o quadro a seguir, o subagrupamento “Remunerações do Pessoal”, absorveu em 2019, 57,9% da despesa total com pessoal. Neste agrupamento, assumem especial relevo as despesas com pessoal dos “Quadros- regime de Função Pública”, às quais se destinaram 2.616.677€, que representaram 41,6% do total dos encargos com pessoal e corresponde a um aumento de 7%.

“↗ 37%
com
Pessoal em
regime de
tarefa ou
avença”

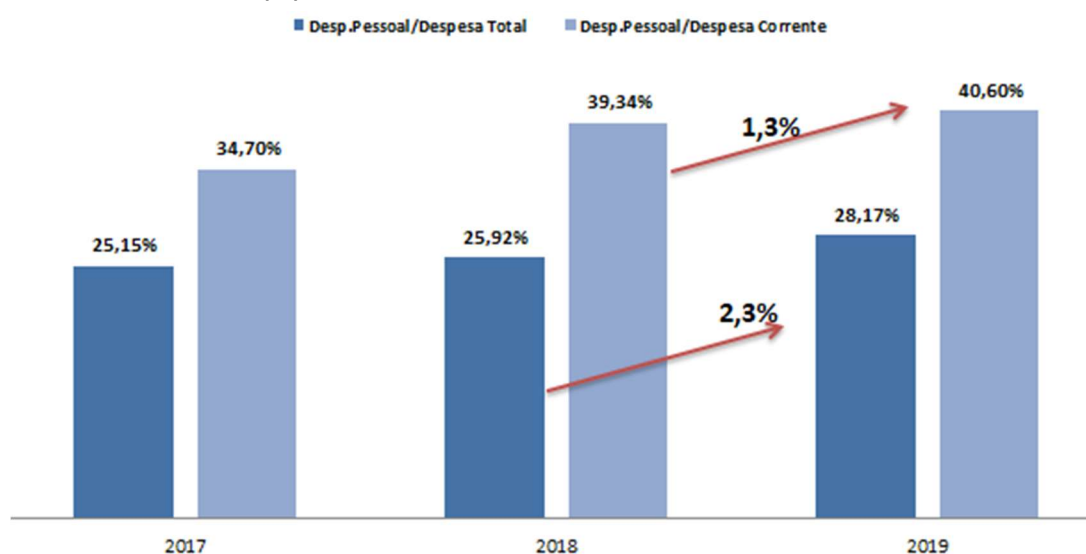
Em comparação com o ano anterior, na rubrica “Pessoal contratado a termo”, verificamos um aumento de 14.389€ (3,4%). Na rubrica “Pessoal em regime de tarefa ou avença” um aumento acentuado, no montante de 56.148€ (+37%). Assim, no total os gastos com o subcapítulo remunerações do pessoal aumentaram 7%. Salientar que, os gastos do pessoal em qualquer outra situação têm participação parcial do Instituto Emprego e Formação Profissional, na integração de programas profissionais no Município. Este registou uma diminuição de 8.968€ (2%), em relação ano anterior, sem considerar a participação da receita.

“↗ 1%
subsídio de
refeições

Realçar que, os Municípios estão sujeitos a fortes restrições de contratação de pessoal e contratos de aquisição de serviços na modalidade de Tarefa e Avença a celebrar com Pessoas Singulares, nomeadamente com a emissão de parecer prévio vinculativo por parte do Presidente da Câmara, no cumprimento da LTFP, n.º 2 do artigo 32.º e LOE 2019, n.º 1 do artigo 62.º.

“↗ 5% com
Sub. Férias
e de Natal”

GRÁFICO 14- RELAÇÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL COM DESPESAS TOTAL/CORRENTE (%)



“↗ 4% com encargos sobre remunerações”

“↘ 2% com Pessoal em qualquer outra situação”

“40,6% da despesa corrente paga”

“↗ 7% com encargos com a saúde”

As despesas com pessoal são as constantes no quadro seguinte, onde se constata igualmente a sua evolução de 2017 a 2019:

QUADRO 17- EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA NO CAPÍTULO DO PESSOAL

Despesas com pessoal	2017		2018		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações membros Órgãos Autárquicos	137.712	2,7	139.303	2,3	138.722	2,2	-580	0%
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	101.723	2,0	101.786	1,7	101.698	1,6	-88	0%
Representação	35.988	0,7	37.517	0,6	37.024	0,6	-493	-1%
Remunerações do Pessoal	3.015.721	58,2	3.415.214	57,4	3.643.643	57,9	228.428	7%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	2.386.131	46,1	2.451.810	41,2	2.618.677	41,6	166.866	7%
Pessoal contratado a termo	253.822	4,9	423.898	7,1	438.287	7,0	14.389	3%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	83.400	1,6	152.140	2,6	208.288	3,3	56.148	37%
Pessoal aguardando aposentação	0	0,0	6	0,0	0	0,0	-6	0%
Pessoal em qualquer outra situação	292.369	5,6	387.360	6,5	378.392	6,0	-8.968	-2%
Suplementos de Remunerações	872.828	16,9	961.860	16,2	1.004.864	16,0	43.004	4%
Subsídio de refeição	287.084	5,5	328.281	5,5	333.042	5,3	4.761	1%
Subsídio de férias e de Natal	505.454	9,8	560.764	9,4	588.941	9,4	28.176	5%
Horas extraordinárias	25.998	0,5	24.729	0,4	21.713	0,3	-3.015	-12%
Ajudas de custo	6.596	0,1	4.361	0,1	5.542	0,1	1.181	27%
Abono para falhas	9.255	0,2	10.664	0,2	14.045	0,2	3.381	32%
Indemnizações por cessações de funções	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	
Outros suplementos e prémios	24.433	0,5	28.502	0,5	40.075	0,6	11.573	41%
Outros	14.009		4.559		1.506		-3.053	-67%
Prestações Sociais Diretas	26.706	0,5	27.221	0,5	26.872	0,4	-350	-1%
Subsídio familiar a criança e jovens	21.263	0,4	24.212	0,4	25.855	0,4	1.642	7%
Outras prestações familiares	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0%
Outras pensões	5.443	0,1	3.009	0,1	1.017	0,0	-1.992	-66%
Encargos sobre Remunerações	838.078	16,2	924.913	15,6	965.650	15,3	40.736	4%
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações	838.078	16,2	924.913	15,6	965.650	15,3	40.736	4%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	80.995	1,6	102.421	1,7	113.183	1,8	10.763	11%
Seguros acidentes pessoais	80.995	1,6	102.421	1,7	113.183	1,8	10.763	11%
Outros custos com pessoal	205.806	4,0	374.029	6,3	400.951	6,4	26.921	7%
Encargos com a saúde	175.159	3,4	279.187	4,7	334.850	5,3	55.663	20%
Outros encargos com a saúde	30.647	0,6	94.842	1,6	66.100	1,1	-28.742	-30%
Total	5.177.846	100,0	5.944.961	100,0	6.293.884	100,0	348.923	5,87%
Total da Execução da Despesa Orçamental	20.591.444	25,1	22.932.168	25,9	22.341.665	28,2		
Total da Execução da Despesa Corrente	14.923.125	34,7	15.113.511	39,3	15.502.197	40,6		

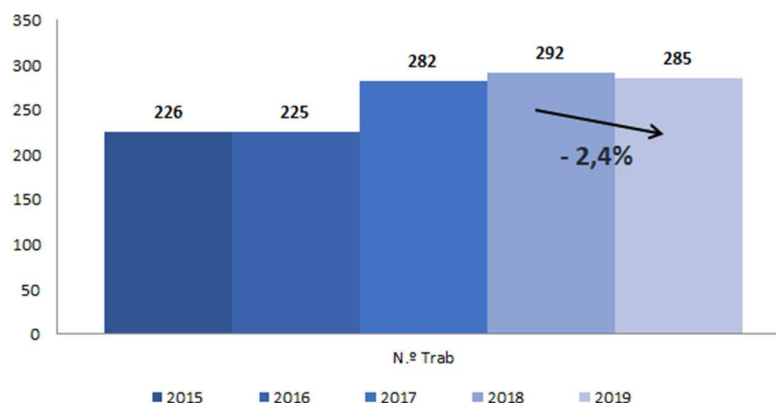
4.2.3.2. Indicadores recursos humanos⁷

De seguida apresenta-se alguns indicadores dos 285 trabalhadores efetivos do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Lamego.

De seguida apresenta-se indicadores dos recursos humanos:

- EVOLUÇÃO DO N.º DE TRABALHADORES 2015-2019**

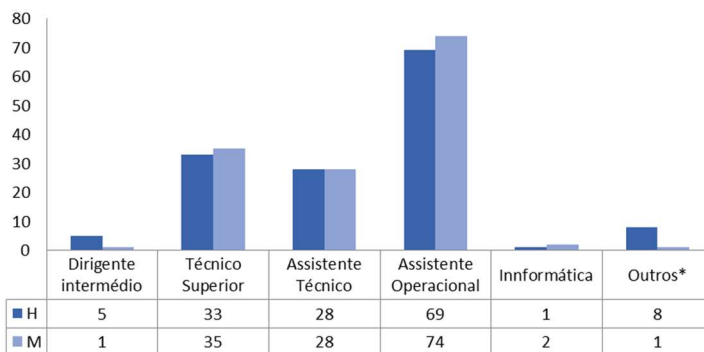
No final de 2019, o efetivo municipal (número de trabalhadores ao serviço excluindo os contratos de prestação de serviço), era de 285 trabalhadores, número que representa uma diminuição de **2,4% em relação ao ano anterior**.



- REPARTIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPO DE PESSOAL/GÉNERO**

Na distribuição dos trabalhadores por género 285 trabalhadores, manteve-se a tendência similar aos anos anteriores, designadamente, quanto ao predomínio, embora menor que no ano anterior, global do sexo masculino, 51% / 144 trabalhadores e sexo feminino 49% / 141 trabalhadoras.

N.º Trabalhadores por carreira/género



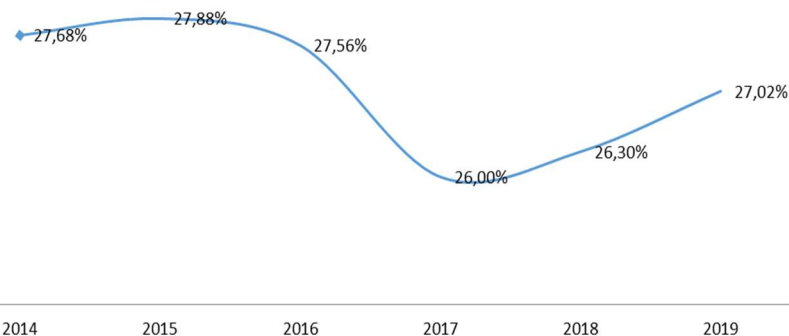
Da análise por carreira, conclui-se que as mulheres são agora o género predominante nas carreiras de técnico superior, 24,8% do total dos postos ocupados pelas mulheres, e na carreira de assistente operacional, com um peso de 52,5% no total dos postos deste género. Na carreira de assistente técnico há uma igualdade nos géneros.

⁷Fonte: Divisão Administrativa e Coordenação /Serviços recursos humanos

TAXA DE TECNICIDADE ANUAL

Como podemos observar no quadro abaixo, desde 2017 a taxa de tecnicidade tem aumentado. O Índice de Tecnicidade verificado foi de 27,02%.

Evolução da taxa de Tecnicidade anual (2014-2019)



DISTRIBUIÇÃO DO EFETIVO POR ORGÂNICA

Distribuição dos trabalhadores por orgânica	Carreira						Total
	Dirigentes	Técnico Superior	Informática	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Outros	
Divisão Ambiente e Serviços Urbanos	1	9	-	10	40	-	60
Divisão Educação e Ação Social e cultural	1	19	-	10	85	-	115
Divisão Administrativa e Coordenação	1	9	3	10	6	-	29
Divisão de Obras e Urbanismo	1	12	-	11	-	-	24
Divisão de Finanças e Património	1	7	-	7	2	-	17
Gabinete de Atividade Económicas e Turismo	-	3	-	4	4	-	11
Serviço Veterinário Municipal	1	4	-	1	6	-	12
Gabinete de Apoio às Freguesias	-	1	-	1	-	-	2
Gabinete de Fiscalização	-	1	-	-	-	6	7
Gabinete Comunicação e Imagem	-	1	-	-	-	-	1
Serviços de Proteção Civil	-	1	-	1	-	-	2
Gabinete de Apoio à Presidência	-	-	-	-	-	3	3
Auditor Interno	-	1	-	-	-	-	1
Comissão de Protecção e Crianças e Jovens	-	-	-	1	-	-	1
Total	6	68	3	56	143	9	285

Neste universo têm maior expressividade a Divisão Educação e Ação Social e cultural com 40%, seguida da Divisão Ambiente e Serviços Urbanos com 21% do efetivo, a Divisão Administrativa e Coordenação com 10%, Divisão de Obras e Urbanismo com 8%, e Divisão de Finanças e Património com 6%.

ESTRUTURA HABILITACIONAL DOS TRABALHADORES

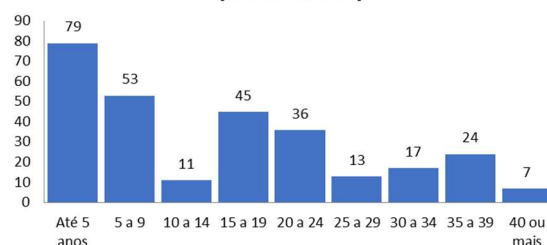
O nível de escolaridade médio do efetivo municipal é baixo: cerca de 36% apresenta habilitações iguais ou inferiores ao 9.º ano e, cerca de 12%, iguais ou inferiores ao 4.º ano.



ESTRUTURA PESSOAL POR ANTIGUIDADE

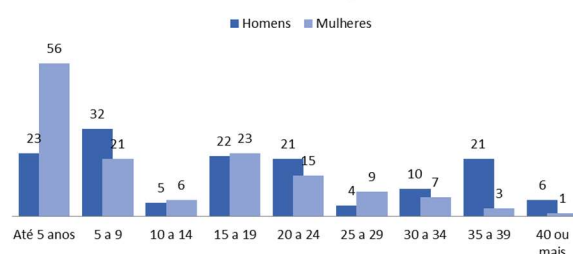
Cerca de 34% (97 trabalhadores) do efetivo municipal tem uma antiguidade na função pública igual e superior a 20 anos e 38,2% (109 trabalhadores) perfaz entre 5 e menos de 20 anos de antiguidade. Menos de 5 anos representam 27,7% (79 trabalhadores).

Estrutura da antiguidade
(31.12.2019)



Cerca de 43% dos homens e 25% das mulheres do efetivo municipal tem uma antiguidade na função pública superior a 20 anos e 41% dos homens e 35% das mulheres entre 5 e 20 anos de antiguidade.

Estrutura da antiguidade

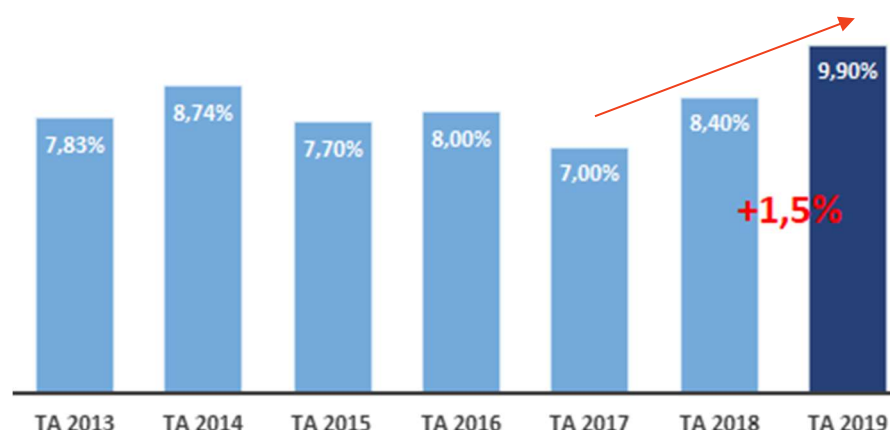


• ABSENTISMO

Absentismo é o índice que mede **as faltas dos trabalhadores do Município**. Foram considerados para absentismo as ausências devido a doença, baixa médica, assistência a família, acidentes de trabalho, consultas médicas e suspensões por processos disciplinares.

A taxa de absentismo verificada em 2019, **situa-se nos 9,9%**, uma subida significativa em comparação ao ano anterior.

“Taxa de absentismo 9,9% superior a média da taxa nacional na função pública”.



Se comparamos com a média nacional da taxa de absentismo na função pública em 2018, cerca de 7%, constatamos que, 9,90% no Município de Lamego, é superior a média.

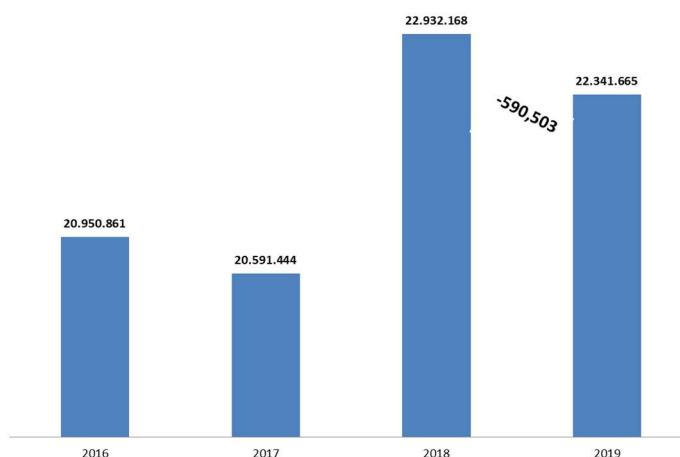
4.2.4. Despesas estruturais e evolução

4.2.4.1. Evolução das despesas estruturais / despesas de investimento

A despesa global efetuada em 2019 totalizou 22.341.665€, uma diminuição de 590.503,13€ em relação a 2018, que corresponde em termos percentuais, a uma descida de 2,6%.

O gráfico a seguir análise da despesa foi elaborada, através do agrupamento das suas rubricas em função da sua aplicação, obtendo-se os dados que se plasmam no quadro seguinte:

GRÁFICO 15- EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO GLOBAL (€)



QUADRO 18- EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA ESTRUTURAIS/ ATIVIDADES E DE INVESTIMENTO

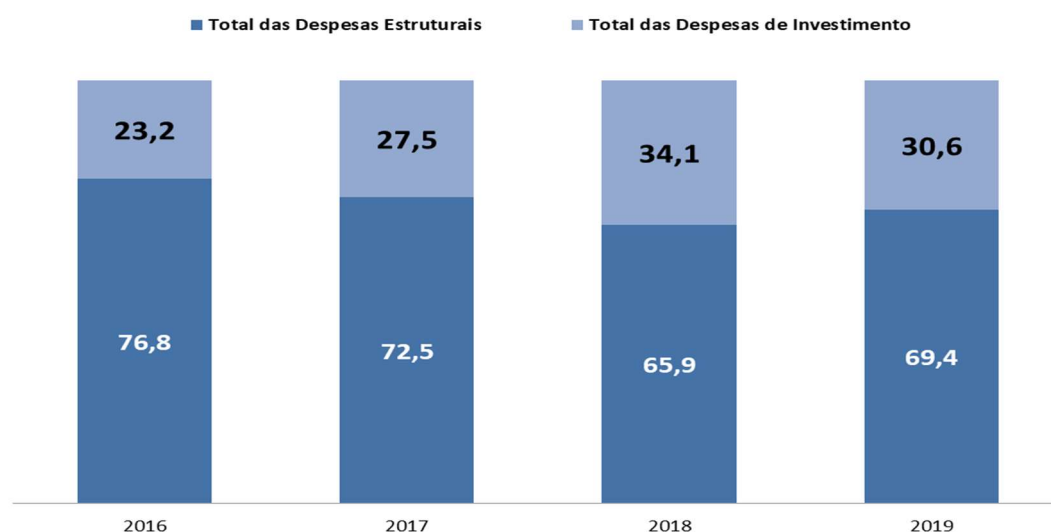
Despesa paga	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Δ% 2016/2019
DESPESAS ESTRUTURAIS /ATIVIDADES									
Pessoal	4.768.780	22,8	5.177.846	25,1	5.944.961	25,9	6.293.884	28,2	32,0
Juros e Outros Encargos	575.575	2,7	722.235	3,5	526.617	2,3	554.130	2,5	-3,7
Aquisição de Bens e Serviços	8.963.862	42,8	7.318.393	35,5	7.328.508	32,0	7.413.794	33,2	-17,3
Outras Despesas Estruturais	1.780.945	8,5	1.704.651	8,3	1.313.425	5,7	1.240.389	5,6	-30,4
Total das Despesas Estruturais	16.089.163	76,8	14.923.125	72,5	15.113.511	65,9	15.502.197	69,4	-3,6
DESPESAS DE INVESTIMENTO									
Despesas de Capital	4.861.698	23,2	5.668.319	27,5	7.818.657	34,1	6.839.468	30,6	28,9
Total das Despesas de Investimento	4.861.698	23,2	5.668.319	27,5	7.818.657	34,1	6.839.468	30,6	28,9
DESPESA PAGA GLOBAL	20.950.861	100,0	20.591.444	100,0	22.932.168	100,0	22.341.665	100,0	6,2

“↘ de 3,6%
dos
pagamentos
as despesas
estruturais
entre 2016 e
2019”

69,4% dos
pagamentos
com
despesas
estruturais”

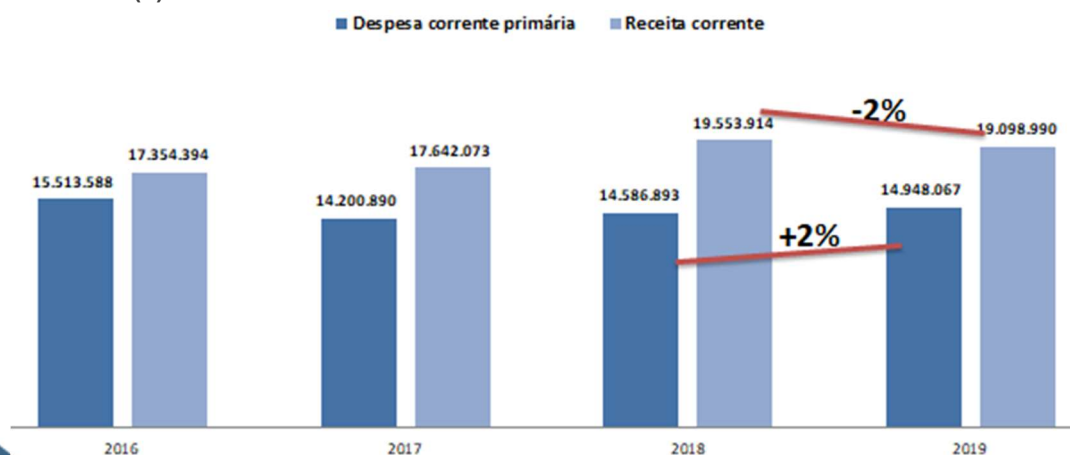
Entre 2016 e 2019, **as despesas estruturais pagas verificaram uma diminuição de 3,6%** (586.966€). As despesas de investimentos pagas, em 2019, quando comparado com 2016, registaram um aumento de 1.977.770€, correspondendo em termos percentuais a um acréscimo de 41%. Em relação ao ano anterior, verifica-se uma diminuição do investimento pago de 979.190€ (13%). Assim, concluímos que, **em média, nos últimos 4 anos foram efetuados 6.297.036€ em pagamentos de investimentos.**

GRÁFICO 16- RELAÇÃO DAS DESPESAS PAGAS ESTRUTURAIS VS INVESTIMENTO (%)



O gráfico a seguir evidencia a evolução da **despesa corrente primária**, ou seja, a **despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos**. Assim, permite analisar o comportamento da despesa corrente no financiamento das despesas de funcionamento, atividades desenvolvimento diretamente pelo Município e transferências corrente para entidades públicas e privadas.

GRÁFICO 17- EVOLUÇÃO DA DESPESA CORRENTE PRIMÁRIA VS RECEITA CORRENTE (€)



4.2.4.2. Plano de atividades municipais na ótica dos pagamentos

As despesas de funcionamento e atividades registaram em 2019 uma execução financeira de 8.337.154€ com compromissos assumidos, sendo 7.413.794€ com despesa paga. **Significa que transitam para ano seguinte 923.361€ de compromissos assumidos e não pagos, como já referido anteriormente.**

As transferências correntes para as Associações de Freguesia e freguesias, instituições sem fins lucrativos e outras transferências **diminuíram cerca de 20,8%** em relação ao ano anterior, o que equivale a -191.399€, justificado pela diminuição de despesa com protocolo de funcionamento centros escolares com as Associações de Freguesias, com os protocolos com as associações culturais e desportivas que não foram pagos e com as outras transferências como o enxoval bebé e bolsas de estudo.

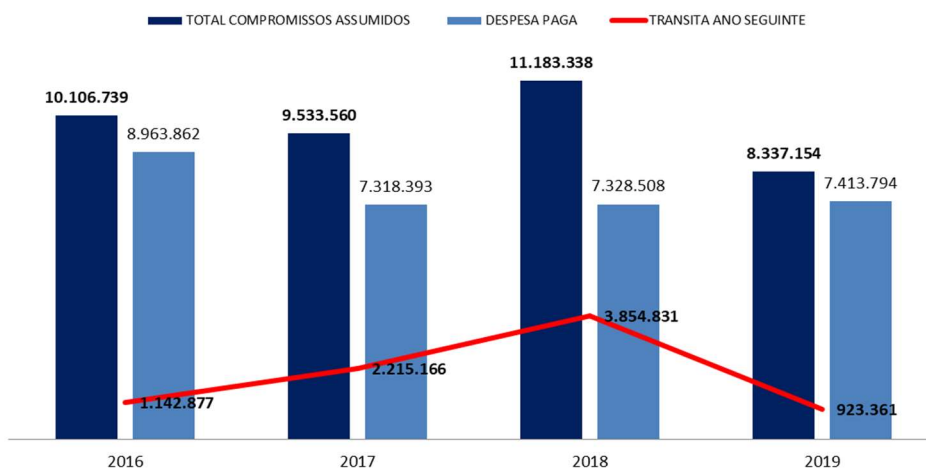
“↘ de 18,5%
dos
pagamentos
com
Instituições
sem fins
lucrativas”

QUADRO 19- EVOLUÇÃO DA DESPESA (PAGA) COM ATIVIDADES/FUNIONAMENTO E TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	Despesa (paga)	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Δ% 2018/2019
ATIVIDADES MUNICIPAIS		8.963.862	100,00	7.318.393	100,00	7.328.508	100,00	7.413.794	100,00	1,2
Aquisições de Bens e Serviços		8.963.862	100,00	7.318.393	100,00	7.328.508	100,00	7.413.794	100,00	1,2
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.642.514	100,00	1.377.240	100,00	1.112.103	100,00	920.704	100,00	-20,8
• Freguesias e Associações Freguesias		1.071.717	65,25	793.309	57,60	424.303	57,60	353.843	38,43	-19,9
• Instituições sem fins lucrativos		493.189	30,03	512.662	37,22	582.981	37,22	491.882	53,42	-18,5
• Outras		77.607	4,72	71.269	5,17	104.819	5,17	74.979	8,14	-39,8

“↘ 76% dos
compromi-
ssos não
pagos com
actividades
para ano
seguinte”

Da análise do quadro, verifica-se que, em comparação com o ano de 2016, as despesas pagas com funcionamento e atividades municipais, na rubrica **aquisição de bens e serviços correntes, diminuíram cerca de 17%, o que equivale a -1.550.399€.**

GRÁFICO 17- EVOLUÇÃO DA DESPESA COM ATIVIDADES MUNICIPAIS



4.2.4.3. Despesa de capital na ótica dos pagamentos

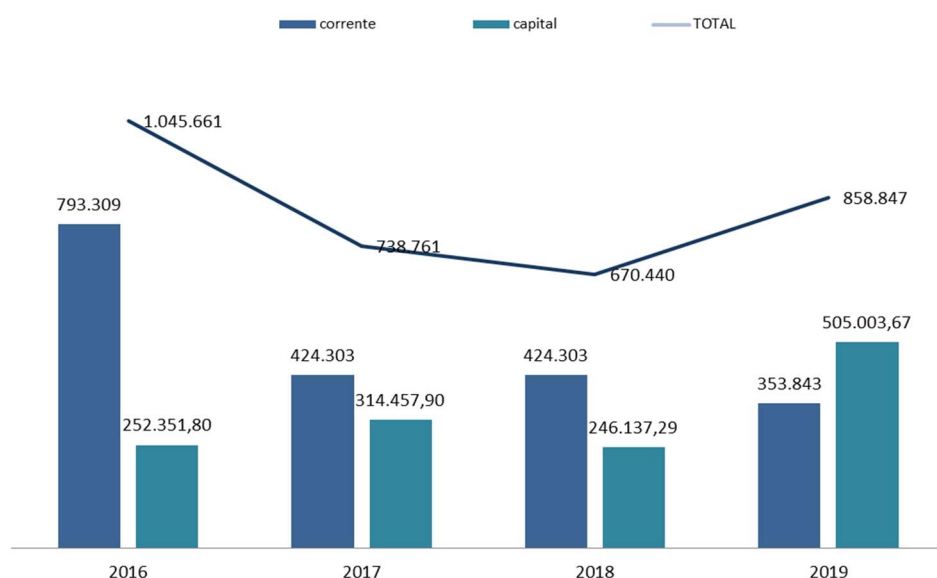
O plano plurianual de investimentos absorveu 6.839.467,74€, no exercício económico de 2019 com despesa paga, incluindo amortização com empréstimos, sendo que **46,9% traduziu-se em investimentos diretos da autarquia, e 7,55% investimentos indiretos**, através de transferências para investimentos de com Administrações públicas e privadas sem fins lucrativas.

QUADRO 20- EVOLUÇÃO DA DESPESA PAGA DE INVESTIMENTO COM TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

Despesa	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	Δ% 2018/2019
CAPITAL / PPI	4.861.698,00	100,00	5.660.819,00	100,00	7.818.657,26	100,00	6.839.467,74	100,00	-3,1
- Investimentos/Capital	1.399.880,17	28,79	1.661.545,40	29,35	3.622.875,56	46,34	3.210.337,21	46,94	-11,4
- Transferências Administrações Públicas e Privadas	274.551,80	100,00	349.747,90	100,00	309.716,61	100,00	516.043,67	7,55%	0,7
• Freguesias	252.351,80	91,91	314.457,90	89,91	246.137,29	89,91	505.003,67	7,38%	105,2
• Instituições sem fins lucrativos	22.200,00	8,09	35.290,00	10,09	63.579,32	10,09	11.040,00	0,16%	-82,6

“↗ 28% nas transferências com as Freguesias”

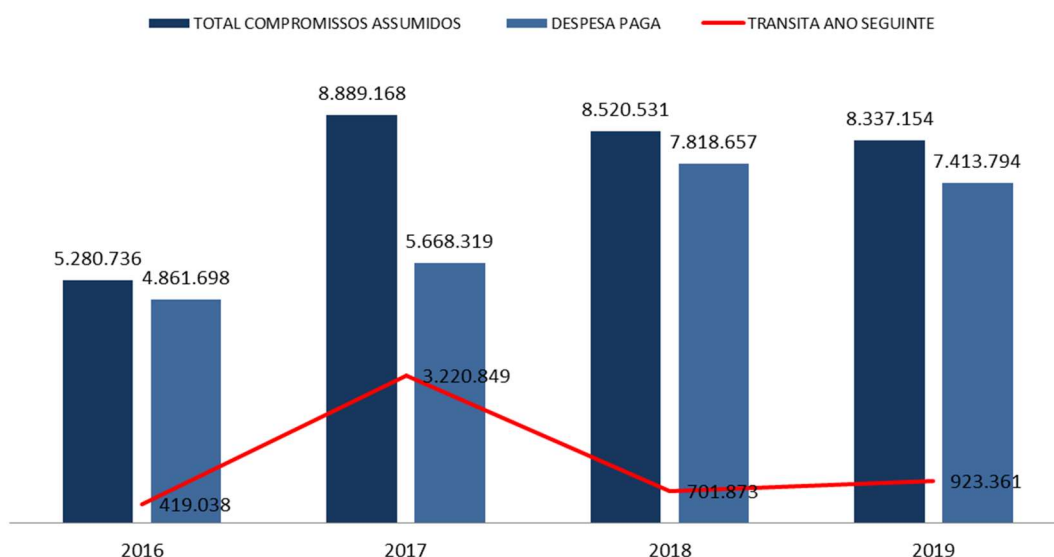
GRÁFICO 17- EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CAPITAL PARA FREGUESIAS.



O gráfico evidencia um aumento das **transferências para as freguesias de 28%**, justificado pelos contratos interadministrativos para delegação de competências para

execução de projetos de investimento nas juntas de freguesia

GRÁFICO 18- EVOLUÇÃO DA DESPESA COM INVESTIMENTO



“Taxa de realização de 86,5% de execução por domínios

O gráfico evidencia que em 2019, foram assumidos compromissos em investimento no montante total de 8.337.154€ e foram pagos 7.413.794€. Significa que, **transitaram para o ano seguinte, 923.361€ de compromissos assumidos e não pagos em despesas com investimento. Um aumento de 221.487€ (32%) em relação ao ano anterior.**

Tendo por base o constante no quadro que se segue, verifica-se que as componentes de investimento mais relevante e que mais contribuíram para a execução deste agregado da despesa de capital foi a rubrica **“Edifícios”**, a qual representou 90,8% do investimento realizado e 87,8% investimento pago, e, **“Bens de domínio público”**, que representou 81% do investimento realizado e 58,24% de investimento pago.

QUADRO 21- EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR DOMÍNIOS DO PPI

Domínios	Orçado Final		Realizado		Pago		Desvio	Taxa de Pagamento %	Taxa de Realização %
	Valor	%	Valor	%	Valor	%			
Habitacões	9.121,70	0,2	3.347,57	0,1	3.347,57	0,1	-5.774,13	36,7	36,7
Edifícios	2.551.020,00	60,7	2.316.603,72	63,8	2.238.645,39	69,7	-312.374,61	87,8	90,8
Construções diversas	5.000,00	0,1	0,00	0,0	0,00	0,0	-5.000,00	0,0	0,0
Material de transporte	47.000,00	1,1	39.833,69	1,1	39.833,69	1,2	-7.166,31	84,8	84,8
Equipamento informático	139.600,00	3,3	109.545,07	3,0	109.299,07	3,4	-30.300,93	78,3	78,5
Software informático	77.614,30	1,8	50.565,98	1,4	50.565,98	1,6	-27.048,32	65,2	65,2
Equipamento administrativo	15.000,00	0,4	5.794,53	0,2	5.794,53	0,2	-9.205,47	38,6	38,6
Equipamento básico	86.260,00	2,1	79.776,36	2,2	21.217,22	0,7	-65.042,78	24,6	92,5
Ferramentas e utensílios	10.700,00	0,3	7.831,00	0,2	7.361,20	0,2	-3.338,80	68,8	73,2
Outros investimentos	6.200,00	0,1	4.172,78	0,1	4.172,78	0,1	-2.027,22	67,3	67,3
Bens de domínio público	1.253.540,00	29,84	1.015.092,15	27,9	730.099,78	22,74	-523.440,22	58,24	81,0
Total Geral	4.201.056,00	100,00	3.632.562,85	100,0	3.210.337,21	100,0	-990.718,79	76,4	86,5

Na coluna “realizado” permite aferir o investimento comprometido, com uma taxa de realização de 86,5%, em relação ao orçado e 76,4% da despesa paga.

O quadro a seguir evidenciado permite visualizar, que, relativamente à evolução das diferentes componentes do investimento, a variação em termos de valor pago, constata-se a variação (+/-) é função do investimento proveniente de fonte financiamento externo.

QUADRO 22- EVOLUÇÃO NA ÓPTICA DO PAGAMENTO POR DOMÍNIOS DO PPI

Domínios	Executado [Pago]				△ 2018/2019
	2016	2017	2018	2019	
Terrenos	3.674	445	0	0	0
Habitacões	0	4.194	3.855	3.348	-507
Edifícios	710.337	540.305	2.408.831	2.238.645	-170.185
Construções diversas	0	0	0	0	0
Material de transporte	44.472	0	0	39.834	39.834
Equipamento informático	13.502	4.211	25.162	109.299	84.137
Software informático	35.697	38.194	65.400	50.566	-14.834
Equipamento administrativo	41.129	4.310	6.847	5.795	-1.053
Equipamento básico	56.203	23.363	35.265	21.217	-14.047
Ferramentas e utensílios	2.947	2.912	16.214	7.361	-8.853
Artigos e objetos de valor/Invest. Incorpóreos	0	0	0	0	0
Outros investimentos	29.289	7.180	6.125	4.173	-1.953
Bens de Domínio Público	462.629	1.036.432	1.055.176	730.100	-325.076
TOTAL	1.399.880	1.661.545	3.622.876	3.210.337	-412.538

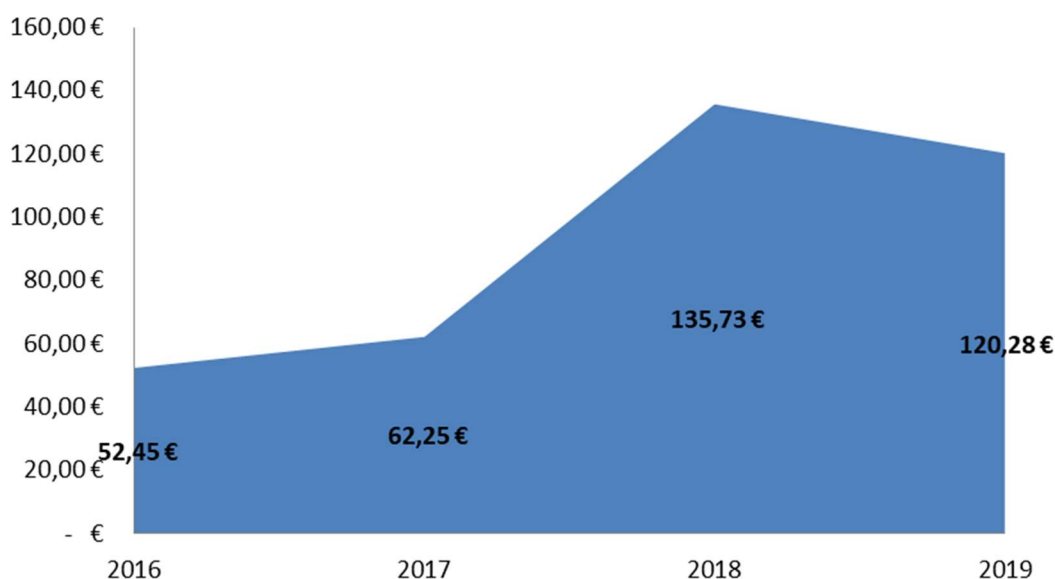
A classificação funcional das despesas permite obter informação sobre o esforço financeiro desenvolvido pela autarquia, em diversas áreas de intervenção, associando-as a funções pré-determinadas para a globalidade das despesas públicas.

A afetação efetuada, segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas direções municipais procedendo-se à imputação direta das respetivas despesas à sua área de intervenção, de acordo com o classificador funcional.

QUADRO 23- EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR OBJECTIVOS DO PPI

Objectivos	Definido		Comprometido		Pago		Desvio	Taxa de Execução Paga	Taxa de Execução Realizado
	Valor	%	Valor	%	Valor	%			
Administração Geral	753.789,30	6,7	741.346,83	10,0	678.365,17	9,9	-75.424,13	90,0	98,3
Proteção civil e luta contra incêndios	37.500,00	0,3	15.222,55	0,2	15.222,55	0,2	-22.277,45	40,6	40,6
Educação	2.831.600,00	25,3	1.913.746,41	25,8	1.907.096,17	27,9	-924.503,83	67,4	67,6
Segurança e acção sociais - acção social	5.000,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0	-5.000,00	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	2.138.416,70	19,1	831.386,85	11,2	587.626,22	8,6	-1.550.790,48	27,5	38,9
Serviços culturais recreativos e religiosos	591.500,00	5,3	275.314,16	3,7	225.928,40	3,3	-365.571,60	38,2	46,5
Indústria e Energia	100.000,00	0,9	0,00	0,0	0,00	0,0	-100.000,00	0,0	0,0
Transportes e comunicações	1.019.845,00	9,1	256.619,69	3,5	159.174,43	2,3	-860.670,57	15,6	25,2
Outras funções económicas	468.500,00	4,2	140.326,75	1,9	48.431,25	0,7	-420.068,75	10,3	30,0
Outras Funções de investimento autárquico	3.263.849,00	29,1	3.244.872,98	43,7	3.217.623,55	47,0	-46.225,45	98,6	99,4
TOTAL GERAL	11.210.000,00	100,0	7.418.836,22	100,0	6.839.467,74	100,0	-4.370.532,26	61,0	66,2

Como se poderá avaliar pela análise do quadro acima representado, com a distribuição efetuada de toda a **despesa paga por funções**, a maior parte dos investimentos deu-se nas seguintes áreas funcionais: outras funções de investimento autárquico (98,6%); Educação (67,4%); e, administração geral (90%).

GRÁFICO 18- EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO PAGO POR HABITANTES RESIDENTES NO CONCELHO (€)


O Concelho de Lamego é sede de um município com 165,39 km² de área e 26 691 habitantes (censos 2011), subdividido em 18 freguesias. Em 2019, **o investimento pago correspondeu a 120,28€ por habitante**, uma diminuição de 11,4%.

4.2.5. Serviço de dívida

4.2.5.1. Análise da dívida direta do Município

4.2.5.1.1. Serviço de dívida

No ano 2019 e à semelhança dos anos anteriores, fruto da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA) e do cumprimento do Plano de Ajustamento Financeiro (PAF), houve um acompanhamento rigoroso em cumprir com a redução dos atrasos de pagamento superior a 90 dias, da data de vencimento, e acompanhamento da gestão e controlo da despesa do Município, com reporte ao órgão executivo e deliberativo.

O serviço de dívida é apresentado em várias vertentes, ou seja, numa perspetiva de dívida total onde não é incluindo as dívidas em litígio, estas incluídas nas provisões para riscos e encargos e numa ótica de comparabilidade com o ano anterior.

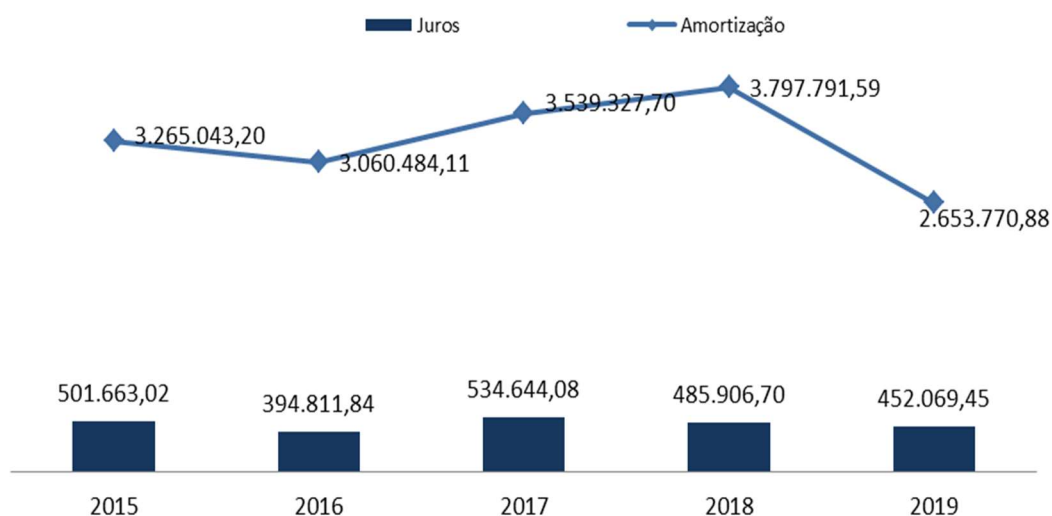
4.2.5.1.2. Serviço de dívida – Stricto sensu

Deste modo faz-se uma apreciação circunstanciada do serviço da dívida do município, salientando uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, fazendo uma apreciação global às dívidas de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

Assim, plasma-se a seguir algumas considerações sobre a dívida do município. Pelo que, relativamente à gestão financeira do exercício de 2019, houve uma diminuição significativa no pagamento das **amortizações dos empréstimos bancários no montante de -1.144.020,71€, que corresponde a 30,5%**. Também se constata uma diminuição **dos juros com o serviço de dívida à banca, com uma diminuição no montante de 33.837,25€, a que corresponde -7%**.

“↙ 27,5%
com
pagamento
em
amortizações
e juros de
empréstimos”

GRÁFICO 20- EVOLUÇÃO DO PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA



“ Diminuição
9,25% da
dívida MLG
com
empréstimos
”

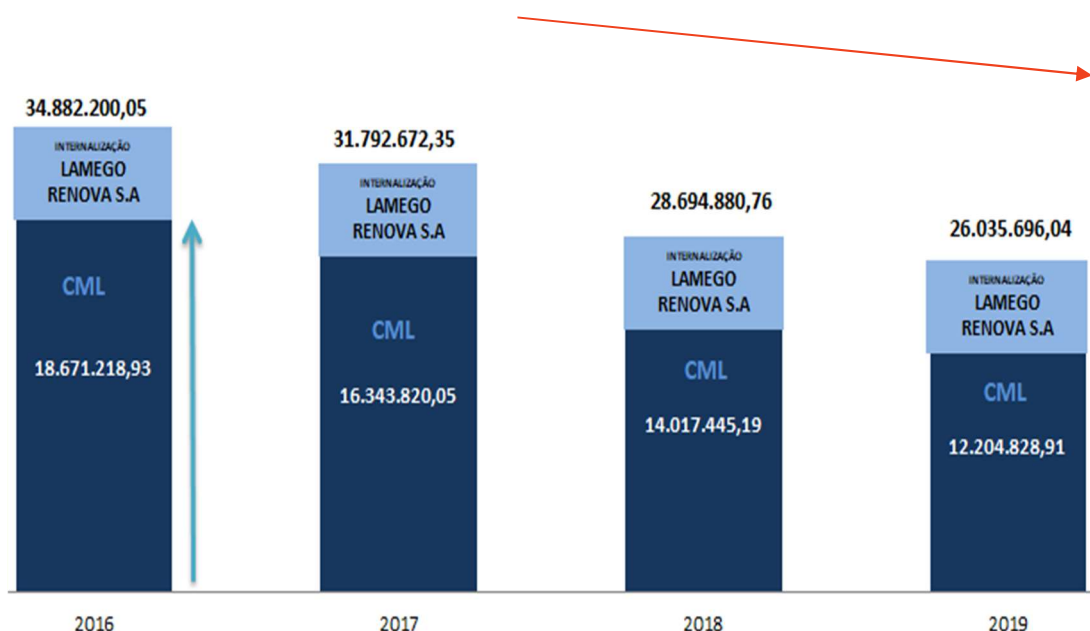
4.2.5.1.3. Empréstimos bancários

Associada à crescente intervenção social exigida aos municípios devidos não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do concelho, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo face à insuficiência de receitas, dentro dos limites impostos, de modo a alcançarem os níveis de investimento desejados pelos municípios.

A dívida da Câmara Municipal de Lamego no que concerne a este ponto **ascendia em 31 de Dezembro de 2019 a 26.035.696,04€, o que corresponde a uma diminuição da dívida à banca no montante de 2.653.770,88€, -9,25%.**

A seguir, o gráfico evidencia a dívida à banca exigível à médio e longo prazo, ou seja, para o **período de 2020 a 2035.**

GRÁFICO 21- EMPRÉSTIMOS EXIGÍVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO [2020 – 2035]



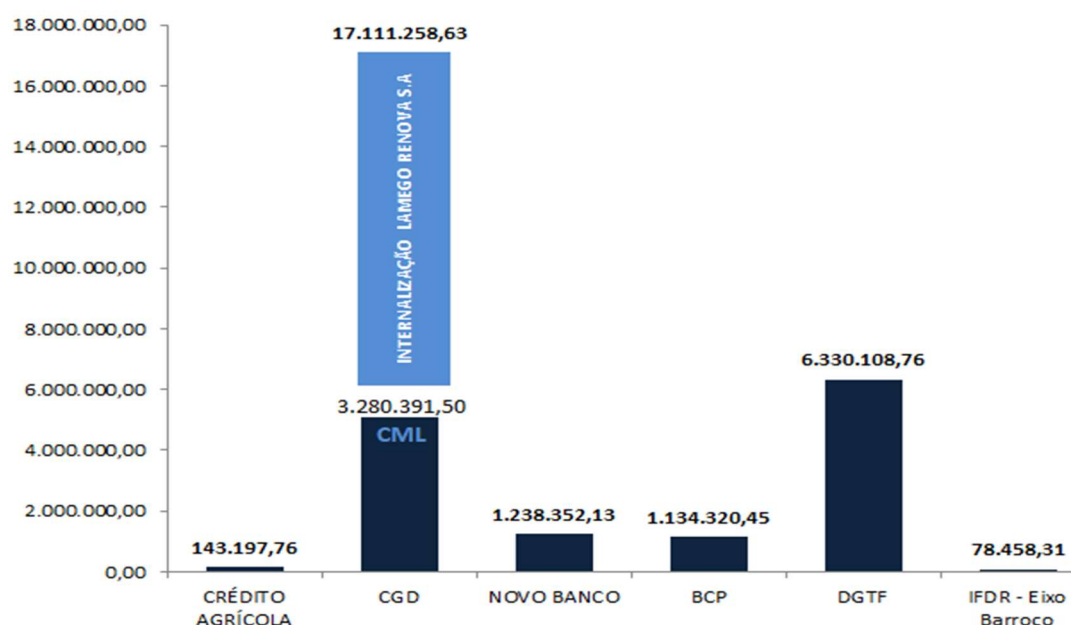
“ Montante em dívida à banca, com Internalização da empresa Lamego Renova, S.A”

A dívida exigível à banca de curto prazo para 2020 será de 2.499.012,84€, conforme evidenciado no quadro 24.

Por efeito da dissolução e internalização aprovada pelo órgão deliberativo, Assembleia Municipal, passou para a esfera jurídica do Município todo o passivo da sociedade, nomeadamente a transmissão do empréstimo a Médio Longo/Prazo (CGD), contraído por contrato de financiamento celebrado a 30 de dezembro de 2008, **com um montante de € 16.210.981,12€, por um período remanescente de 20 anos.**

De todo o processo de internalização da empresa Lamego Renova, S.A, assumiu maior impacto nas contas do Município, a questão do mútuo hipotecário do qual é credora a Caixa Geral de Depósitos. **Em 31 de dezembro o montante em dívida ascendia em 13.830.867,13€, o que significa, que o Município amortizou o montante de 846.568,44€.**

GRÁFICO 22- DISTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA À BANCA EM 31.12.2019 POR ENTIDADE (€)



De acordo com o gráfico acima em evidência, verificamos que os empréstimos cujo a origem foram a consolidação de dívidas à fornecedores de curto prazo (DGTF), são os que tem maior componente (6.330.108,76€), seguido da Caixa Geral de depósitos (3.280.391,50€), sem a internalização do empréstimo da extinta Lamego Renova, S.A. **Com internalização do empréstimo, a dívida com Caixa Geral de Depósito ascende em 17.111.258,63€.**

4.2.5.1.4. Dívida a terceiros – Curto, médio e longo prazo

Em respeito pela característica qualitativa de melhoria, nomeadamente da comparabilidade: é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles

Relativamente à dívida aos fornecedores e outros credores, **ascendia em 31 de Dezembro de 2019 em 5.280.836€**. Assim, verificamos uma **diminuição acentuada da dívida neste grupo de -1.229.203€, que representa -18,9% em relação ao ano anterior**.

QUADRO 24- DÍVIDA A FORNECEDORES E OUTROS CREDITORES

	2016	2017	2018	2019
MUNICÍPIO DE LAMEGO	4 805 556	4 962 083	6 510 039	5 280 836
DÍVIDA FORNECEDORES C/C	451 238	1 329 687	2 893 795	759 160
DÍVIDA FORNECEDORES C/C EM ACORDO MLP (1)	2 618 704	1 996 736	1 451 708	2 975 257
FORNECEDORES EM CONFERÊNCIA	648 991	949 773	1 711 861	1 043 900
DÍVIDA FORNECEDORES IMOBILIZADO	244 907	183 816	159 288	161 632
DÍVIDA OUTROS CREDITORES + FAM (2)	774 415	433 711	220 209	195 031
ESTADO E OUTROS ENTE PÚBLICOS	67 300	68 359	73 178	145 856

(1) – O saldo inclui o **acordo de transição celebrado com Águas do Norte, S.A.**, aprovado em 22 de fevereiro de 2016, e por deliberação da Assembleia Municipal de Lamego, em 29 de fevereiro de 2016, por um período de 5 anos, no montante total de € 3.025.910,02. Este acordo foi celebrado ao abrigo do disposto do artigo 89.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro. No final de 2019, encontram-se por liquidar 715.412,39€

- Inclui o novo acordo celebrado com **Águas do Norte, S.A.**, aprovado em 25 de fevereiro de 2019, e por deliberação da Assembleia Municipal de Lamego, em 28 de fevereiro de 2019, por um período de 15 anos, no montante total de € 2.340.648,52. Este acordo é regulado pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro. No final de 2019, encontram-se por liquidar 2.223.820,94€

- Inclui acordo de pagamento processo inspeção em sede de IVA em 2017 pela Administração Tributária e Aduaneira com saldo de 89.066€. No final de 2019, encontram-se por liquidar 36.023,60€

(2) - Com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, foi alterado o artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital social do FAM foi alterada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos municípios, para um montante total de €417.857.175. O saldo "dívidas outros credores" inclui o **Fundo de Apoio Municipal (FAM)**, fundo participado em partes iguais pelo Estado e pela totalidade dos municípios portugueses, dotado de autonomia administrativa e financeira, e que tem por objetivo prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em situação de rutura financeira. Este fundo foi instituído pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto e tem um prazo de maturidade 7 anos.

SUBSCRIÇÃO DE CAPITAL (Art.º 303.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro)

Ano	Valor nominal subscrito - inicial	Valor ajustado	Valor nominal subscrito - ajustado	Valor nominal acumulado até 2017	Valor nominal ajustado 2018	Valor nominal ajustado 2019	Valor nominal ajustado 2020	Total da subscrição de Capital
Amortização				353.094	88.274	58.849	29.425	529.641
Saldo Final de ano	823.888	-294.247	529.641	176.547	88.274	29.425	0	

“Diminuição
de 18,9% da
dívida a
fornecedores e
outros
credores”

(3) **RECONHECIMENTO DA DÍVIDA COM FORNECEDOR TRANSDEV, S.A (VISTO RECUSADO - ACORDÃO N.º 5/2018 DO TRIBUNAL DE CONTAS) :**

Resumo:

- No âmbito foi celebrado em 20 de setembro de 2017, entre o Município de Lamego e a Transdev Interior, S.A., contrato denominado como de "Prestação de serviço público de transporte escolar em carreira pública e atribuição de compensação financeira, para o ano letivo de 2017/2018 (01/09/2017 a 31/08/2018)", com um valor contratualmente previsto de 856.633,14 € (acrescido de IVA), correspondendo 484.252,71 € à atribuição da referida "compensação financeira" pelas obrigações de serviço público nele consagradas, e 372.380.43 € ao transporte de alunos em carreira pública de passageiros (passes escolares).

- O referido contrato celebrado em 20/09/2017 viu o visto ser-lhe recusado pelo Douto Tribunal de Contas (cfr. Acórdão nº 5/2018, proferido em Subsecção da 1ª Secção e Acórdão nº 12/2018 de 25/07/2018, proferido em recurso pelo plenário da 1ª Secção). A recusa de visto teve por maior fundamento o que o Tribunal de Contas declarou ser a ilegalidade da compensação atribuída, ilegalidade.

- Conta do referido acórdão que, "a compensação atribuída assume a natureza de "auxílio do Estado", violando o disposto no artigo 25º do RJSPTP o que constitui violação de normas financeiras, sendo nulas as deliberações de qualquer órgão das autarquias locais que determinem a autorização de despesas não permitidas por lei (art.º 4º, nº 2 da Lei nº 73/2013) e constituindo fundamento de recusa de visto nos termos das alíneas a) e b) do nº 3 do artigo 44º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTDC)".

- Em sessão ordinária realizada no dia 02 de dezembro de 2019, foi aprovada a declaração de nulidade, que veio reconhecer nulo o contrato denominado "Acordo de Colaboração de Transporte Público Rodoviário de Passageiros "celebrado em 03/09/2018 entre o Município de Lamego e a Transdev Interior, SA, pelo valor de 509.998,44 euros, com o prazo de execução de 03/09/2018 a 31/08/2019;

- Por Despacho superior, em 06 de dezembro de 2019, através da informação N.º 9134 / 2019, foi determinado proceder-se ao estorno das faturas mencionadas no ofício n.º 2313, datado de 28 de dezembro de 2019 no montante total de 545.679,92€, bem como notificar a empresa TRANSDEV, S.A da deliberação tomada, acompanhada devolução de todas as faturas associadas ao ato de nulidade, com carta registada e aviso de receção;

- O montante estornado foi reconhecido no passivo em conta corrente de fornecedores c/c;

“↙ 21% da
dívida com
fornecedores
c/c”

Inclui saldo
do FAM
29.425€ até
2020

GRÁFICO 23- EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COM FORNECEDORES C/C

Em 31.12.2019 a **dívida com fornecedores c/c**, incluindo os acordos de pagamento celebrado com a empresa Águas do Norte, S.A (Exigível de médio e longo prazo é **4.778.317€**, que comparativamente ao ano anterior, significa **uma diminuição de 21% (1.279.047€)**.

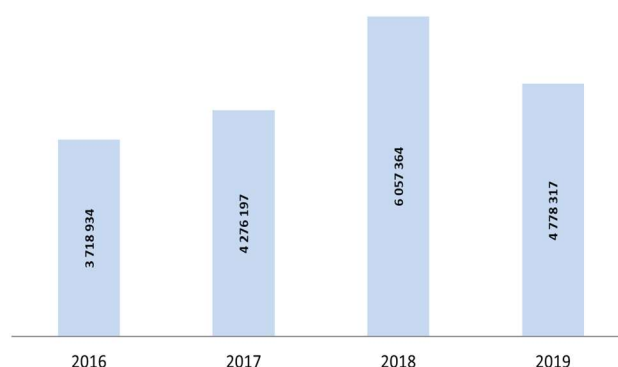


GRÁFICO 24- EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COM FORNECEDOR IMOBILIZADO

Relativamente à dívida aos credores de imobilizado, ascendia em 31 de dezembro de 2019 em 161.632€. Assim, verificamos **um aumento da dívida neste grupo de cerca 2.344€** em relação ao ano anterior. Sublinha-se que o gráfico não evidencia faturas de imobilizado em conferência. Esta incluídas na análise com fornecedores c/c.

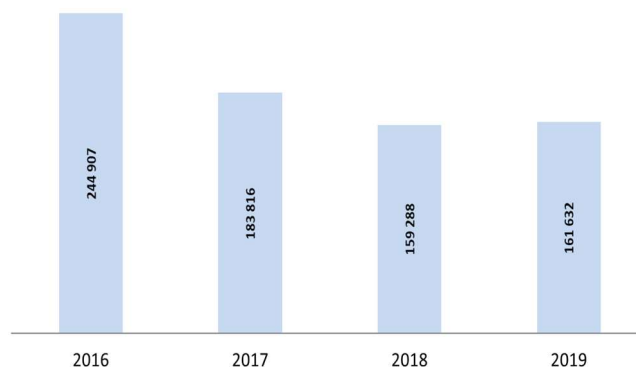
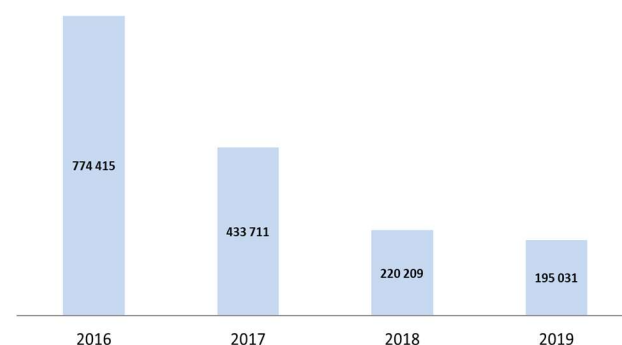


GRÁFICO 25- EVOLUÇÃO DA DÍVIDA COM OUTROS CREDITORES (€)

Relativamente á dívida com outros credores, ascendia em 31 de dezembro de 2019 em 195.031€. Assim, verificamos **uma diminuição da dívida neste grupo de 25.178€** em relação ao ano anterior. Recordando que, em 2017, verificou-se um ajustamento da subscrição do Fundo Apoio Municipal (FAM) em -294.247€.



4.2.6. Endividamento municipal – Dívida total ao abrigo do RFALEI

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, eliminou os conceitos de “Endividamento líquido municipal”, de “Limite ao endividamento líquido municipal” e de “Limite geral dos empréstimos dos municípios” previstos na anterior Lei das Finanças Locais e criou o conceito de “**Limite da dívida total**”.

Esse limite, conforme está definido no art.º 52º, nº 1, do atual diploma, é o seguinte:

“A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no art.º 54º [entidades participadas] não pode ultrapassar, em 31 de

dezembro, de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios anteriores”.

Conforme referido anteriormente, as empresas locais e participadas relevam para a dívida total, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08⁸;

Nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25/08, aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), e procede à primeira alteração à Lei n.º 50/2012, de 31/08, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, é referido no art.º 65.º-A o seguinte:

- 1- O limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/019, não prejudica a assunção da dívida da empresa local, **no caso de integração ou internalização da respetiva atividade ao abrigo dos artigos anteriores.**
 - 2- Caso a integração ou internalização da atividade cause a ultrapassagem do limite de dívida referido no número anterior, **o município fica obrigado a cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09.**
 - 3- Aos municípios que ultrapassem os fundos disponíveis e aumentem os seus pagamentos em atraso em resultado da assunção dos compromissos da empresa local cuja atividade tenha internalizado não é aplicável o disposto no artigo 11.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, alterada pelas Leis n.º 20/2012, de 14/05, 64/2012, de 20/09 e 66-B/2012, de 31/12.
- 3- Sempre que um município:
- a) - Não cumpra o limite previsto no n.º 1, **deve reduzir**, no exercício subsequente, **pelo menos 10% do montante em excesso**, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
 - b) – Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

⁸ - *Equilíbrio de contas (art.º 40 da Lei n.º 50/2012, de 31/08) – n.º 2 Sem prejuízos do disposto n.º 5, no caso de resultado líquido antes de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência financeira a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participação social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa; n.º 3- Os sócios de direito público prevêm nos seus orçamentos anuais o montante previsional necessário à cobertura dos resultados líquidos antes de impostos, proporção da respetiva participação social. n.º 4- No caso do orçamento anual do ano em causa não conter a verba suficiente para cobertura dos prejuízos referidos no número anterior, os sócios de direito público deverão proceder a uma alteração ou revisão do mesmo, por forma a contemplar o montante necessário, e proceder à transferência no mês seguinte à apreciação das contas da empresa local, nos termos e nos prazos da lei comercial).*

4- Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Nos termos do legalmente estabelecido não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013:

1. A contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal (Lei do Orçamento do Estado de 2015 a 2018).

2. O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro. A exceção referida no n.º 5 do artigo 52.º aplicar-se-á exclusivamente a novos contratos celebrados no decorrer do ano de 2016, posteriormente à entrada em vigor do OE 2016, ano em que foi alterado o artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 contemplando esta exceção, tendo ainda em consideração, os contratos celebrados ao abrigo do QREN. Esta exceção mantém-se para os anos de 2018 e 2019.

4.2.6.1 Limite da Dívida Total [Margem/Excesso do Endividamento Municipal]

Recordamos que, o Município de Lamego, com vista a solucionar o desequilíbrio financeiro conjuntural que se enquadrava em 31 de dezembro de 2011, aderiu ao programa II definido no PAEL, conjuntamente com uma operação de Saneamento Financeiro (SF), ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março.

Neste sentido, em consequência da adesão ao PAEL e SF, fica obrigado no cumprimento do plano de ajustamento financeiro (PAF) aprovado pela Assembleia Municipal e a reduzir, anualmente, o endividamento.

Ano término PAEL: 2027 - Saneamento Financeiro: 2025

PAEL	SF	PAF (Tempo restante)	
14			
ANOS	12 ANOS	↓	ANOS
2027	2023	2027	8

O Município de Lamego em 31.12.2013 enquadrava-se na situação de **SANEAMENTO FINANCEIRO**, antes da entrada da Lei n.º 73/2013, de 03/19 (RFALEI).

Assim, a seguir é calculado o limite da dívida total para verificação do cumprimento da redução da dívida total previsto na alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013.

Perante o que estipula a Lei, o Município de Lamego obriga-se, para além do cumprimento do PAF, dado que à data de 31.12.2013 se encontrava já em situação de saneamento financeiro, **a reduzir pelo menos 10% do montante em excesso**, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo, no caso de não reduzir, reconhecer recuperação financeira municipal, **no caso de ultrapassar 3 vezes a média da receita corrente (57.203.981,00€), em 2020**.

Salienta-se que cumprimento do PAF obriga à **redução significativa da despesa corrente e de capital**, de forma a não aumentar a dívida total em final de cada ano, para além das amortizações com empréstimos, e evitar as penalizações previstas na Lei.

É importante referir, na base de cálculo a seguir, o montante da dívida total apurado em 01.01.2019 e 31.12.2019, **não inclui as Provisões para outros riscos e encargos, contabilizadas no balanço em 9.134.177,99€** uma vez que este não releva para efeitos da dívida total, nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013. As provisões para riscos e encargos estão **discriminadas na nota 8.2.34. Passivos Contingentes**.

É fator determinante, para a redução da dívida total abaixo das 1,5 vezes média da receita corrente cobrada líquida dos últimos 3 anos (28.601.991€), antes do término do PAF (2027), de forma a potenciar o equilíbrio das contas municipais e, por essa via, possibilitar a estabilidade e crescimento ao investimento.

– INTERNALIZAÇÃO LAMEGO RENOVA, S.A.–

Com a internalização da empresa Lamego Renova, S.A, a Assembleia Municipal, em sessão ordinária de 29.11.2016, aprovar “ (...) o plano de internalização das atividades da empresa Lamego Renova, S.A, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2013, de 31/08, bem como aprovar a consequente liquidação da empresa Lamego Renova, S.A, conforme estatuído nos artigos 61.º, 62.º e 65.º, do referido diploma legal, com efeitos a partir do dia seguinte à data desta deliberação (...)”.

Assim, a dissolução e liquidação da empresa Lamego Renova, S.A, cujo o Município de Lamego detinha uma participação de 49% do capital social, deixa de contribuir para a dívida total como empresa participada, mas sim, integra todo o passivo, à data de 21

de dezembro de 2016, de acordo com o relatório de encerramento e liquidação da empresa.

Tendo por base a informação financeira relativa a 31-12-2019, procedeu-se ao **cálculo do limite ao endividamento municipal [Dívida Total]**, tendo por referência a dívida total de operações orçamentais apurada na referida data.

A dívida total do MLG não inclui as entidades participadas, de acordo com o conceito de endividamento municipal, art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado RFALEI).

O montante com a contribuição das entidades participadas assinalado no quadro a seguir, teve com referência o pedido efetuadas as mesmas relativamente às contas finais de 31.12.2019, no entanto para as entidades em que não obtivemos resposta, o valor tem como referência ao do ano anterior.

Para o cálculo da dívida total, de acordo com o conceito de endividamento municipal, art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **não estão refletidos os passivos contingentes, com referência à nota 8.2.34. do ponto 6.4. Anexo às demonstrações financeiras.**

Assim, a incerteza temporal dos processos em litígio, não afasta, no entanto, a ocorrência de responsabilidades contingentes, razão pela qual foi registado como provisão na conta 29.2.1- **Provisões para riscos e encargos- Processos judiciais, o montante total de 9.134.177,99€, uma diminuição de 6.306.387,58€ em relação ao ano anterior**, mas que não entra para o cálculo da dívida total do Município de Lamego. No entanto, apresenta especial preocupação a lista extensa e montante dos processos em litígio judicial.

QUADRO 27- CÁLCULO DA DÍVIDA TOTAL EM 31.12.2018

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
28 438 955	01/01/2019						
	35 204 920	1 646 599	36 851 519	36 559 526	8 120 571		
	31/12/2019						
	31 316 532	1 526 229	32 842 761	32 551 780	4 112 825		
Variação da Dívida %							-10,96%
Variação do Excesso da Dívida %							-49,35%
Margem Disponível por Utilizar							
Dívida em excesso							

**Dados provisórios uma vez que aguardamos resposta de entidades participadas, relativo à participação da dívida em 31.12.2019, que não obtivemos resposta a solicitação efetuada do reporte de contas.*

O Município de Lamego enquadra-se no intervalo do conceito de dívida total, **entre > 1,5 e < 2,25** (Deve ir ao Saneamento Financeiro), em 31.12.2019.

QUADRO 28 - INTERVALOS DA DÍVIDA TOTAL:

INTERVALOS LIMITE ART.º 52.º [ANO 2019]			Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
$\geq 1 \text{ e } \leq 1,5$	18 959 303,00 €	28 438 954,50 €	PODE	-
$> 1,5 \text{ e } < 2,25$	28 438 954,50 €	42 658 431,75 €	DEVE	-
$\geq 2,25 \text{ e } \leq 3$	42 658 431,75 €	56 877 909,00 €	OBRIGATÓRIO	PODE
> 3			-	OBRIGATÓRIO

4.3 CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DA DESPESA E ENDIVIDAMENTO.

As medidas económicas e financeiras expressas no PAF previam a ocorrência de forte impacto ao nível do equilíbrio orçamental, de acordo com o estipulado no artigo 4.º, n.º 2 alínea g), do DL n.º 38/2008, a diminuição progressiva anual superior a 10% do endividamento líquido e de MLP, de acordo com o estipulado no n.º 2, alínea d), do referido artigo 4.º, bem como a diminuição do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

O Município, no final de 2013, na sequência de medidas tomadas pelo executivo, necessárias e fundamentais ao equilíbrio e legalidade das suas finanças, apresentou indicadores económicos financeiros e de endividamento municipal com uma tendência favorável, para o cumprimento dos objetivos definidos no PAF.

No decorrer dos anos, são bem visíveis as dificuldades financeiras do Município, em garantir a sustentabilidade das finanças, fruto das medidas previstas do PAF não serem adequadas à situação das dificuldades financeira nos últimos anos, isto porque, sistematicamente, a receita corrente não é suficiente para cobrir a despesa corrente e serviço de dívida, o que inviabiliza fomentar novos investimentos estruturantes no Concelho, em harmonia com o equilíbrio orçamental e a sustentabilidade das finanças públicas do Município de Lamego.

Pela análise do quadro do cálculo da dívida total, verifica-se que a variação da dívida **foi de -10,96% (- 4.008.757€)**, aproximando-se do desejado. Assim, conclui-se que a despesa está a diminuir, conforme se evidenciou anteriormente. No entanto continua a sua contribuição nas entidades participadas a pesar significativamente na dívida total, aproximadamente 5% (1.526.229€)

Já o excesso inicial da dívida total (8.120.571€) do **Município diminui em -49,35% em relação ao ano anterior**, para um excesso de 4.112.825,00€ cumprindo com a redução prevista na alínea a) do n.º 3 do art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. **No entanto, continuamos a afirmar, existe a necessidade de adoção de medidas do lado da receitas, para atenuar a situação de desequilíbrio orçamental e dívida a fornecedores c/c no curto prazo.**

Esta página foi intencionalmente deixada em branco



ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO

**Balanço e Demonstrações de
Resultados**



Município
LAMEGO

5. Endividamento líquido do Município

5.1. Balanço

5.1.1. Ativo

5.1.1.1. Imobilizado

Em 2019, regista-se uma diminuição do ativo líquido de 1.898.637,10€, o que representa uma variação de 1,56%. Esta diminuição reflete-se principalmente no imobilizado, com uma variação negativa de 1,5%, e é constituído pelos Bens de Domínio Público, Imobilizações Incorpóreas e Corpóreas e pelos Investimentos Financeiros. O imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser parcelas com maior expressão, apossando-se de 62,4% e de 36,2%, respetivamente, do valor total do ativo líquido imobilizado.

QUADRO 29 – Estrutura e evolução patrimonial da autarquia – Balanço sintético.

Descrição	2018		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	121 701 849,99	100%	119 803 212,89	100%	-1 898 637,10	-1,56%
Imobilizado	119 517 775,42	98,21%	117 721 301,78	98,26%	-1 796 473,64	-1,50%
Circulante						
Existências	115 560,56	0,09%	107 332,06	0,09%	-8 228,50	-7,12%
Dívidas de Terceiros - Curto Praz	506 520,02	0,42%	487 814,55	0,41%	-18 705,47	-3,69%
Disponibilidades	1 213 371,11	1,00%	1 055 766,42	0,88%	-157 604,69	-12,99%
Acréscimos e Diferimentos	348 622,88	0,29%	430 998,08	0,36%	82 375,20	23,63%
Passivo	85 194 051,51	100%	75 304 407,87	100%	-9 889 643,64	-11,61%
Provisões para riscos e encargos	15 440 565,57	18,12%	9 134 177,99	12,13%	-6 306 387,58	-40,84%
Dívidas a terceiros						
Médio e Longo Prazo	27 617 751,27	32,42%	26 541 364,63	35,25%	-1 076 386,64	-3,90%
Curto Prazo	7 587 168,60	8,91%	4 775 167,86	6,34%	-2 812 000,74	-37,06%
Acréscimos e Diferimentos	34 548 566,07	40,55%	34 853 697,39	46,28%	305 131,32	0,88%
Fundos Próprios	36 507 798,48	100%	44 498 805,02	99%	7 991 006,54	21,89%
Património	46 856 123,36	128,35%	46 856 123,36	105,30%	0,00	0,00%
Reservas	1 923 964,69	5,27%	1 923 964,69	4,32%	0,00	0,00%
Resultados transitados	-5 954 482,13	-16,31%	-12 272 289,57	-27,58%	-6 317 807,44	106,10%
Resultado Líquido	-6 317 807,44	-17,31%	7 991 006,54	17,05%	14 308 813,98	-226,48%

Encerra-se a apreciação da rubrica do imobilizado com a inserção de quadro demonstrativo das referências anteriormente efetuadas.

QUADRO 30 – Ativo líquido imobilizado

No que respeita à variação comparativa 2018-2019, os itens que merecem atenção é a variação negativa dos bens de domínio público de 3,99% e do investimento corpóreo de 0,03%.

Rubricas	2018		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	119 517 775,42	100,00%	117 721 301,78	100,00%	-1 796 473,64	-1,50%
Bens de Domínio Público	44 441 625,40	37,18%	42 668 265,59	36,25%	-1 773 359,81	-3,99%
Imobilizações Incorpóreas	287 957,59	0,24%	287 103,08	0,24%	-854,51	-0,30%
Imobilizações Corpóreas	73 480 694,68	61,48%	73 458 435,36	62,40%	-22 259,32	-0,03%
Investimentos Financeiros	1 307 497,75	1,09%	1 307 497,75	1,11%	0,00	0,00%

5.1.1.2. Circulante

O ativo circulante, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 1,4% do ativo líquido. Os maiores agregados continuam a ser as Dívidas de Terceiros, que são de curto prazo, e as Disponibilidades, cabendo igualmente a estes dois agrupamentos as maiores variações registadas no final de 2019 face ao ano anterior. Pela sua significância, segue-se apreciação particularizada da componente “Dívidas de Terceiros”.

QUADRO 31 – Dívida de terceiros – Ativo líquido

Rubricas	2018		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Ativo Líquido	506 520,02	100%	487 814,55	100%	-18 705,47	-3,83%
Clientes, contribuintes e utentes de c/c	500 206,77	98,75%	476 536,22	97,69%	-23 670,55	-4,73%
Outros devedores	6 313,25	1,25%	11 278,33	2,31%	4 965,08	78,65%

Relativamente à rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes de c/c, agregou no final do exercício **uma diminuição de 23.670,55€**.

5.1.1.3. Acréscimos e Diferimentos

A observância dos princípios contabilísticos no POCAL, na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos Acréscimos e Diferimentos que, no ativo, se desdobram em Acréscimos de Proveitos e Custos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2019.

QUADRO 32 – Acréscimo e diferimentos

Acréscimos e Diferimentos	430 998,08
27.1 Acréscimos de Proveitos	403 457,90
27.1.3 Renda Parques Eólicos	118 849,22
27.1.9 Outros acréscimos de proveitos	284 608,68
27.2 Custos diferidos	27 540,18
27.2.5 Seguros	27 540,18

5.1.2. Dívida a terceiros

Na globalidade, a dívida a terceiros registou no final de 2019 **uma diminuição de 3.888.387,38, que representa 12,42%** relativamente ao ano transato. O quadro a seguir evidenciado, distingue a dívida a fornecedores com prazo de exigibilidade (ou de maturidade) seja inferior a um ano e de exigibilidade de médio e longo prazo seja superior a um ano, razão pela qual, as diminuições e aumento registados, não podem ser analisadas em comparação ao ano anterior.

A desagregação da maturidade da dívida a fornecedores e outros credores no balanço tem como finalidade melhorar a leitura da dívida a terceiros.

Conforme já referido anteriormente no ponto 5.2.5.1.4. Dívida a Terceiros – Curto, Médio e Longo Prazo.

Conclui-se que as dívidas a terceiros de **médio e longo prazo, tiveram uma diminuição de 3,90%**, o correspondente a 1.076.386,64€, e a dívida de curto prazo uma descida acentuada de 37,06%, o correspondente a 2.812.000,74€. Esta diminuição é verificada pelo

pagamento dos empréstimos de médio e longo prazo (2.599.935,56) e redução nas outras dívidas em **1.288.451,82**.

QUADRO 33 – Passivo: Dívida a terceiros

Rubricas	2018		2019		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Dívida a Terceiros	35 204 919,87	21,64%	31 316 532,49	15,34%	-3 888 387,38	-11,05%
Médio e Longo Prazo	27 617 751,27	0,08%	26 541 364,63	0,09%	-1 076 386,64	-3,90%
Empréstimos MLP	26 136 618,76	74,24%	23 536 683,20	75,16%	-2 599 935,56	-9,95%
Fornecedores em acordos	1 451 708,01	4,12%	2 975 256,93	9,50%	1 523 548,92	104,95%
Outros credores MLP	29 424,50	0,08%	29 424,50	0,09%	0,00	0,00%
Curto Prazo	7 587 168,60	21,55%	4 775 167,86	15,25%	-2 812 000,74	-37,06%
Empréstimos Obtidos - Amort. Exigíveis CP	2 558 262,00	7,27%	2 499 012,84	7,98%	-59 249,16	-2,32%
Fornecedores c/c incluindo faturas em receção e conferência	4 605 655,98	13,08%	1 803 059,87	5,76%	-2 802 596,11	-60,85%
Fornecedores imobilizado incluindo faturas em receção e conferência	159 288,25	0,45%	161 632,15	0,52%	2 343,90	1,47%
Estado outros entes públicos	73 177,58	0,21%	145 856,20	0,47%	72 678,62	99,32%
Outros credores	190 784,79	0,54%	165 606,80	0,53%	-25 177,99	-13,20%

5.1.2.1. Empréstimos de médio e longo prazo

Tema tratado anteriormente no ponto **4.2.5.1.3. empréstimos bancários**.

5.1.2.2. Acréscimos e Diferimentos

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal-qualmente ao verificado no ativo, surge no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos, sendo a seguinte a sua composição em 2019.

A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar no exercício seguinte, que representa 2,25%, cujo custo onera o exercício em análise. São exemplo disso, os pagamentos a efetuar no ano seguinte referentes ao mês e ao subsídio de férias, incluindo os respetivos abonos e encargos sociais. Do lado dos **Proveitos Diferidos**, a expressividade de valores continua a ser espelhada em **subsídios para investimentos associados a ativos amortizáveis, representada na sua totalidade por 97,68%** do total dos Acréscimos e Diferimentos pelo lado do passivo, estes investimentos a título de participações de projetos recebidos, no âmbito dos Quadros Comunitários de Apoio e amortizados pela taxa de amortização do CIBE.

QUADRO 34 – Acréscimos e deferimentos

Acréscimos e Diferimentos	34 853 697,39
27.3 Acréscimos de Custos	809 835,18
27.3.2 Remunerações a liquidar	782 702,34
27.3.3 Juros a liquidar	27 132,84
27.4 Proveitos diferidos	34 043 862,21
27.4.5 de obras comparticipadas	34 043 862,21

(1) NOTA EXPLICATIVA SATAPOCAL (ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS):**SUBSÍDIOS/TRANSFERÊNCIAS PARA INVESTIMENTOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS:**

Os subsídios/transferências são verbas atribuídas às autarquias, provenientes de entidades exteriores, constituindo **receitas orçamentais correntes ou de capital**. Os subsídios atribuídos às autarquias podem ter finalidades distintas, sendo a sua contabilização efetuada em função do objeto a que destina o seu fim. Assim, podem existir subsídios/transferências para investimentos associados a ativos e não associados a ativos. Os subsídios/transferências para investimentos associados a ativos podem assumir dois tipos: associados a ativos amortizáveis e a ativos não amortizáveis. Os primeiros, suscetíveis de serem amortizados em mais do que um ano, incluem-se na conta 2745 – Subsídios para investimentos da classificação patrimonial do POCAL, devendo esta conta ser desagregada de acordo com a classificação económica (Receitas de capital/transferências de capital). Os segundos, por não se destinarem a investimentos amortizáveis, devem ser contabilizados na conta 575 – Subsídios. Estas receitas são auferidas pelas autarquias sem qualquer contrapartida e destinam-se a financiar despesas de capital.

Os subsídios para investimentos associados a ativos assumem especial relevo na componente de prestação de contas, sendo a sua contabilização como proveito diferido fundamental para o apuramento da situação real do Balanço e da Demonstração de Resultados do Município. Na verdade, e uma vez que os investimentos não são suportados na totalidade pela autarquia local, dado serem cofinanciados através de fundos, nacionais e/ou comunitários, o custo da sua depreciação é “corrigido”. Assim, anualmente, tal correção é transferida numa base sistemática para a conta 7983 “Proveitos e ganhos extraordinários - Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital”, à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, na proporção do cofinanciamento.

5.1.2.3. Fundos próprios

Os fundos próprios evidenciaram uma descida no decorrer do exercício económico findo, **totalizando no final de 2019 o valor de 44.498.805,02€, verificando-se um aumento de 21,8%** relativamente ao verificado no período antecedente. A variação quanto à reserva e património foi nula. Destaca-se igualmente a variação positiva de **7.991.007€, no**

Resultado Líquido, causado em grande parte pelas diminuições nas provisões para riscos em encargos.

5.2. Demonstração de resultados

A interferência da **atividade operacional** do Município permanente como fator determinante na formação do resultado, tendo o respetivo ciclo gerado um resultado **positivo**. Este aumento substancial dos resultados operacionais prende-se com a **diminuição das provisões registadas, onde se reflete estimativa dos riscos com processos litigiosos que estão a decorrer**, com a seguir se discrimina. Em 31.12.2019, regista-se 742.185,85€ na conta 67- Provisões do exercício e 6.808.170,85€ na conta 79.6.2 – Provisões, sendo esta a conta que reflete as anulações de provisões.

QUADRO 35 – Síntese da demonstração dos resultados

Custos e Perdas	Exercícios		
	2018	2019	Variação %
Total de Custos Operacionais (A)	27 817 767,96	19 447 470,95	-30,09%
Total de Custos Financeiros (C)	524 326,80	559 171,52	6,65%
Total de Custos Extraordinários	1 004 516,28	1 010 506,65	0,60%
Total dos Custos	29 346 611,04	21 017 149,12	-28,38%

Resultados	Exercícios		
	2018	2019	Variação %
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-7 830 362,31	655 847,47	-108,38%
Resultados Financeiros: (D) - (C)	-358 720,17	-446 454,10	24,46%
Resultados Correntes: (B+D) - (A+C)	-8 189 082,48	209 393,37	-102,56%
Resultados Líquido do Exercício:	-6 317 807,44	7 991 006,54	226,48%

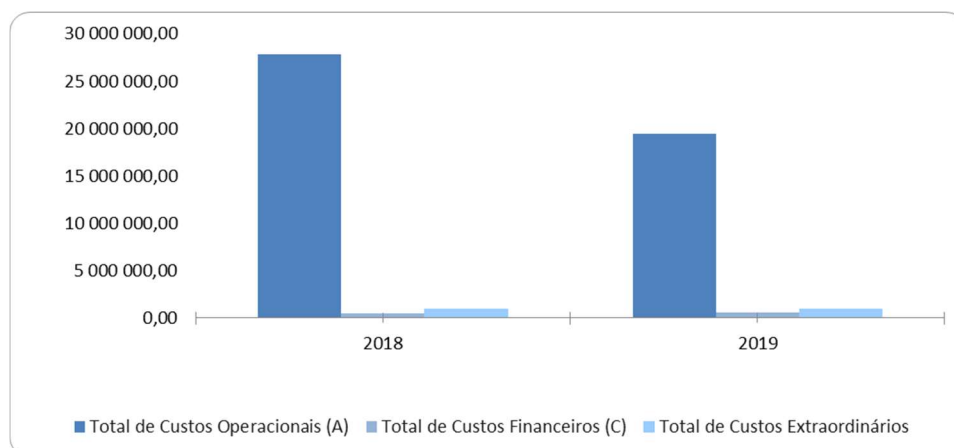
Proveitos e Ganhos	Exercícios		
	2018	2019	Variação %
Total de Proveitos Operacionais (B)	19 987 405,65	20 103 318,42	0,58%
Total de Proveitos Financeiros (D)	165 606,63	112 717,42	-31,94%
Total de Proveitos Extraordinários	2 875 791,32	8 792 119,82	205,73%
Total dos Proveitos	23 028 803,60	29 008 155,66	25,96%

Verifica-se uma **diminuição, no que diz respeito aos custos operacionais**, em 2019, quando comparado com o ano transato, **de 8.370.297,01€ (30,09%)**, com incidência nas rubricas de Fornecimento e Serviços Externos com uma diminuição de 375.723,77€ (5%), constatando-se um aumento acentuado na rubrica de Pessoal de 536.733,43€ (9,5%) e diminuição nas Transferências e Subsídios Correntes no valor de 211.284,63€ (18,79%).

O ciclo de Resultados Financeiros negativos aumenta em 2019, em 34.844,72€ nos custos financeiros face ao ano precedente.

Relativamente ao ciclo de Resultados Extraordinários, verificou-se um aumento dos custos extraordinários no montante de 5.990,37€.

GRÁFICO 26- Evolução da demonstração de resultados



5.3. Evolução dos Balanços e Demonstração de Resultados desde 2016

No que diz respeito ao Balanço demonstra-se, neste ponto, a sua evolução nas suas diferentes rubricas, para o período de 2016 a 2019, onde se salienta que do ponto de vista contabilístico o Município tem grande riqueza patrimonial, conforme pode ser observado nas rubricas de ativo, que no entanto evidenciou neste quadriénio um decréscimo de 3.972.310€ (3,2%). O património municipal tem tido um **crescimento nas imobilizações corpóreas de 1,5%**.

QUADRO 36 – Evolução dos balanços nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019	Variação 2016-2019
Ativo Líquido					
Bens de Domínio Público	47 111 685	45 650 668	44 441 625	42 668 266	-4 443 420 -9,4%
Imobilizações Incorpóreas	288 715	288 812	287 958	287 103	-1 612 -0,6%
Imobilizações Corpóreas	72 367 384	71 589 518	73 480 695	73 458 435	1 091 052 1,5%
Investimentos Financeiros	1 601 745	1 307 498	1 307 498	1 307 498	-294 247 -18,4%
Existências	134 046	129 747	115 561	107 332	-26 714 -19,9%
Dívidas de Terceiros	1 095 637	655 779	506 520	487 815	-607 823 -55,5%
Depósitos Inst. Fin. e Caixa	653 183	523 897	1 213 371	1 055 766	402 583 61,6%
Acréscimos e Diferimentos	523 128	213 841	348 623	430 998	-92 129 -17,6%
Total Ativo	123 775 523	120 359 760	121 701 850	119 803 213	-3 972 310 -3,2%

Fundos Próprios e Passivo

Fundos Próprios	42 714 095	42 825 606	36 507 798	44 498 805	1 784 710 4,2%
Provisões para Riscos e Encargos	6 627 463	6 797 605	15 440 566	9 134 178	2 506 715 37,8%
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	34 423 188	30 144 980	27 617 751	26 541 365	-7 881 823 -22,9%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	5 453 003	6 759 775	7 587 169	4 775 168	-677 835 -12,4%
Acréscimos e Diferimentos	34 557 774	33 831 794	34 548 566	34 853 697	295 923 0,9%
Total Fundos Próprios e Passivo	123 775 523	120 359 760	121 701 850	119 803 213	-3 972 310 -3,2%

Em relação à Demonstração de Resultados e Resultado Líquido para o período 2016-2019, torna-se importante proceder à análise dos fluxos financeiros, tendo em conta a evolução dos proveitos adjacentes à atividade municipal e os respetivos custos de exploração, sendo agora complementada com uma descrição da posição financeira do Município.

A análise às demonstrações de resultados, para o período em análise é fundamental, pois permite apreciar a evolução dos Proveitos versus Custos Operacionais que estão inerentes à atividade municipal, que permite fazer a avaliação de desempenho (e benefício) e um controle efetivo sobre os custos de todas as ações.

Se comparando o período de 2016-2019, no que diz respeito à venda de produto assistimos a um crescimento de 118.036,34€ (+13%), enquanto o valor da Prestação de Serviços teve uma ligeira descida de € 7.886,58 (0,6%). Destaca-se igualmente as rubricas de impostos e taxas e transferências e subsídios obtidos, que em conjunto aumentaram 1.108.367,12€ (13,2%). No que concerne ao total dos resultados de exploração verifica-se uma diminuição de 8.486.209,78€ em relação ao ano anterior, justificado pelas diminuições nas provisões bem como pelo aumento dos proveitos e diminuição nos custos do exercício.

QUADRO 37 – Evolução da demonstração dos resultados nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019	Varição 2016-2019
Proveitos					
Venda de Produto	909 818,46	974 426,67	1 006 722,79	1 027 854,80	118 036,34 13,0%
Prestação de Serviços	1 429 572	1 385 847	1 460 895	1 421 685	-7 886,58 -0,6%
Outros prov. e ganhos operac.	0	0	0	0	0,00
Proveitos Suplementares	1 263 532	1 220 417	1 307 582	1 329 504	65 972,63 5,2%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0	0,00
Impostos e Taxas	6 443 909	6 520 369	7 187 176	6 581 232	137 323,11 2,1%
Transferências e Sub. Obtidos	8 771 998	8 950 153	9 025 029	9 743 042	971 044,01 11,1%
Total dos proveitos	18 818 829	19 051 212	19 987 406	20 103 318	1 284 490 6,8%
Custos de exploração					
Fornec. S. Externos	7 474 364	6 454 438	6 958 358	6 582 635	-891 729 -11,9%
Custo M.V.M.Consumidas	1 212 248	1 260 656	1 203 420	1 101 464	-110 784 -9,1%
Amortizações Exercício	3 960 376	4 081 297	3 630 958	3 784 345	-176 030 -4,4%
Provisões do Exercício	936 154	2 350 216	9 210 630	742 186	-193 968 -20,7%
Custo c/ Pessoal	4 742 297	5 311 121	5 634 235	6 170 969	1 428 672 30,1%
Transf. e subs. Correntes	1 645 800	1 440 843	1 124 270	912 985	-732 815 -44,5%
Outros C. Explor.	22 365	208 414	55 897	152 887	130 522 583,6%
Total dos custos de exploração	19 993 603	21 106 984	27 817 768	19 447 471	-546 132 -2,7%
Resultados de exploração	-1 174 774	-2 055 772	-7 830 362	655 847	1 830 621 -155,8%
Prov. G. Extraord.	1 577 203	2 919 610	3 605 896	8 792 120	7 214 917 457,5%
Custos P. Extraord.	2 482 695	1 571 604	2 112 842	1 010 507	-1 472 188 -59,3%
Resultados antes de impostos	-2 080 266	-707 766	-6 337 308	8 437 461	10 517 727 -505,6%
Prov.G. Financ.	165 839	119 229	89 175	112 717	-53 122 -32,0%
Juros Suport.	741 336	584 828	820 495	559 172	-182 165 -24,6%
Outros	0	0	0		0 0,0%
Custos e Perdas Financeiras	741 336	584 828	820 495	559 172	-182 165 -24,6%
Resultado antes de impostos	-2 655 764	-1 173 365	-7 068 629	7 991 007	10 646 770 -400,9%
Resultado Líquido do Exercício	-2 655 764	-1 173 365	-7 068 629	7 991 007	10 646 770 -400,9%

5.4. Indicadores / Rácios de Gestão

Os indicadores / rácios de gestão e atividade revestem-se de extrema importância para uma gestão mais racional das autarquias locais, pois constituem um instrumento de apoio aos gestores e consubstanciam-se em coeficientes cujos valores constituem uma via de análise sintética das diversas atividades, permitindo avaliação de estratégias e o controlo da gestão. Para uma melhor análise da situação financeira do Município, apresentam-se alguns indicadores económicos e financeiros:

5.4.1. Indicadores de liquidez

QUADRO 38 – Rácios de liquidez nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019
Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo CP)	57,4%	60,5%	52,3%	67,2%
Liquidez Geral (Circulante/Dívida CP)	0,44	0,23	0,29	0,44
Liquidez Reduzida (Circulante-Exist./Dívida CP)	0,32	0,17	0,23	0,32
Fundo Maneio	-3 570 136	-5 450 353	-5 751 717	-3 124 255
Autonomia Financeira	34,5%	35,6%	30,0%	37,1%
Cobertura (capitais permanentes/Imobilizado)	0,92	0,90	0,83	0,90

Os principais indicadores de liquidez que constam do quadro acima, **dá-nos a ideia da capacidade do Município para satisfazer os seus compromissos de curto prazo.**

Os rácios financeiros de curto prazo indicam a liquidez do Município, ou seja, a facilidade com que o Município pode dispor de fundos (dinheiro em caixa ou depósitos) para fazer face aos compromissos, isto é, uma medida de saúde financeira de curto prazo, sendo o mesmo positivo se este for superior a 1. Pela análise ao período de 2016 a 2019, verifica-se que se apresenta **valores negativos (fundo de maneio) ou valores muito insuficientes**, como é o caso da **liquidez geral e reduzida**, demonstrando, desde logo dificuldades de tesouraria, com tendência a melhorar, uma vez que passou de **0,29 em 2018 para 0,44 em 2019**, sendo ainda insuficiente, para a solvência dos seus compromissos.

Salienta-se que, terá de existir contenção da despesa, de modo a que, de forma gradual este rácio se aproxime do valor 1, o valor que corresponde à saúde financeira de uma qualquer organização, solver os seus compromissos de curto prazo.

O rácio de solvabilidade permite avaliar a tendência quanto à capacidade de solver os seus compromissos de médio e longo prazo (solvabilidade) e analisar a sua dependência face a terceiros. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do Município, quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

A **Autonomia Financeira** expressa a participação do capital próprio no financiamento do Município, pretendendo-se averiguar qual a sua dependência perante os capitais alheios. Analisando a Autonomia Financeira do Município de Lamego para o período em análise verifica-se que o mesmo tem vindo a aumentar novamente, passando de **30% em 2018 para 37,1% em 2019, o que significa que a dependência que o município tem de capitais alheios diminuiu ao longo do período em análise.**

A **Cobertura do Imobilizado** determina se o Município está a financiar os seus investimentos recorrendo a capitais permanentes. Por norma, de modo a cumprir a regra do equilíbrio financeiro mínimo, este indicador deverá apresentar um valor superior a um, cifrando-se no ano de **2019 em 0,90.**

No que respeita a este indicador, este apresenta um valor, desde 2016, um valor ligeiramente inferior a um, o que significa que os capitais permanentes do Município se revelam insuficientes para financiar os investimentos realizados.

5.4.2. Indicadores de cobertura e de estrutura

QUADRO 39 – Grau de cobertura global da despesa nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019
Receita Total / Despesa Total	100,7%	99,3%	103,0%	99,0%
Receita Corrente / Despesa Corrente	116,6%	125,1%	129,4%	123,2%
Receita Capital / Despesa Capital	47,6%	31,4%	51,8%	44,2%
Receitas Próprias / Despesa Total	50,9%	50,6%	49,3%	46,6%
Fundos Municipais / Despesa Total	45,8%	46,2%	49,1%	51,6%

Através dos indicadores inerentes ao grau de cobertura global da despesa, verifica-se que a **Receita Corrente em 2019 foi superior à Despesa Corrente (paga), cifrando-se em 123,2%, diminuindo o seu peso relativamente a 2018, passando esse montante para despesas de capital que apresenta um rácio de 44,2%.**

QUADRO 40 – Grau de cobertura da estrutura da receita nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019
Receitas Próprias / Receita Total	50,5%	51,0%	47,9%	47,0%
Receita Cobrada Localmente / Receita Total	28,9%	29,8%	28,4%	28,1%
Impostos Directos / Receita Total	20,5%	21,3%	20,7%	19,6%
Fundos Municipais / Receita Total	45,4%	46,5%	47,7%	52,1%
Receitas Fiscais / Receitas Correntes	23,8%	25,3%	26,9%	24,5%

Por outro lado, verifica-se que as Receitas Próprias representam 47% das Despesas Totais do Município, uma ligeira diminuição de 0,9%, o que significou que as receitas próprias diminuíssem ligeiramente. (salienta-se que os valores dizem respeito à receita efetivamente cobrada)

Através dos indicadores inerentes ao grau de **cobertura da estrutura da receita**, verifica-se que das Receitas cobradas localmente, que o Município recebeu diminuiu, cifrando-se em 28,1% são pertencentes a Receitas Próprias da atividade municipal. Destaca-se, no entanto, o decréscimo nos impostos diretos, que representa 19,6%.

O peso dos **Fundos Municipais**, ou seja, as transferências oriundas do Orçamento do Estado para o município, continuam a aumentar o peso em relação as Receitas Totais, cifrando-se em 52,1%.

QUADRO 41 – Grau de cobertura da estrutura da despesa nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019
Despesa de Capital / Despesa Total	23,2%	27,5%	34,1%	30,6%
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	6,7%	8,1%	15,8%	14,4%
Pessoal / Despesa Total	22,8%	25,1%	25,9%	28,2%

Da análise do quadro referente ao **Grau de Cobertura da Estrutura da Despesa**, constata-se que as Despesas de Capital para o período em análise representaram 30,6% da despesa total, uma diminuição de 3,5%.

Outra nota a retirar é que o peso da **despesa com o pessoal** nas despesas totais em 2019 se cifra em 28,2, % e 14,4% no que concerne às despesas com a aquisição de bens e serviços.

QUADRO 42 – Grau Rácios / Indicadores que relacionam as receitas e despesas com indicadores de território.

Descrição	2016	2017	2018	2019
Receita Total Per Capita	751	728	841	877
Receita Total Por Km ²	127 553	123 625	142 731	133 757
Despesa Total Per Capita	746	733	817	886
Despesa Total Por Km ²	126 652	124 479	138 629	135 059
Receitas Próprias Per Capita	217	217	239	247
Receitas Próprias Por Km ²	36 841	36 815	40 604	37 636
Fundos Municipais Per Capita	341	339	401	458
Fundos Municipais Por Km ²	57 946	57 472	68 051	69 748
Investimentos Per Capita	50	59	129	127
Investimentos Por Km ²	8 463	10 044	21 901	19 407

Os rácios relativos a indicadores que relacionam as receitas e despesas com indicadores de território, permite-nos analisar o volume das receitas arrecadadas, das despesas efetuadas, as receitas próprias, os fundos decorrentes da participação dos impostos do estado que cabe à autarquia, o imposto de despesas de investimento pagos, quer em termos per capita, quer em termos da área geográfica abrangida pela autarquia em Km².

QUADRO 43 – Estrutura do ativo nos últimos 4 anos

Descrição	2016	2017	2018	2019
Imobilizado/Ativo	98,1%	98,7%	98,2%	98,3%
Existências/Ativo	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Dívidas de terceiros/Ativo	0,9%	0,5%	0,4%	0,4%
Disponibilidades/Ativo	0,5%	0,4%	1,0%	0,9%
Acréscimos e diferimentos/Ativo	0,4%	0,2%	0,3%	0,4%

QUADRO 44 – Estrutura do passivo

Descrição	2016	2017	2018	2019
Dívidas a Terc. Médio e Longo Prazo/Passivo	46,2%	42,6%	39,6%	40,1%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo/Passivo	7,3%	9,6%	10,9%	7,2%
Acréscimos e Diferimentos/Passivo	46,4%	47,8%	49,5%	52,7%

QUADRO 45 – Peso dos custos de exploração / operacionais vs proveitos operacionais

Descrição	2016	2017	2018	2019
Fornec. S. Externos	39,7%	33,9%	34,8%	32,7%
Custo c/ Pessoal	25,2%	27,9%	28,2%	30,7%
Amortizações Exercício	21,0%	21,4%	18,2%	18,8%
Transf. e subs. Correntes	8,7%	7,6%	5,6%	4,5%
Custos P. Extraord.	0,1%	1,1%	0,3%	0,8%
Transf. e subs. Correntes	13,2%	8,2%	10,6%	5,0%
Custos e Perdas Financeiras	3,9%	3,1%	4,1%	2,8%
	-0,3%	2,7%	0,3%	2,5%

QUADRO 46– Outros indicadores de estrutura do balanço

<u>Fundos Próprios e Passivo</u>					
Fundos Próprios	42 714 095	42 825 606	36 507 798	44 498 805	1 784 710 4,2%
Provisões para Riscos e Encargos	6 627 463	6 797 605	15 440 566	9 134 178	2 506 715 37,8%
Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazo	34 423 188	30 144 980	27 617 751	26 541 365	-7 881 823 -22,9%
Dívidas a Terceiros de Curto Prazo	5 453 003	6 759 775	7 587 169	4 775 168	-677 835 -12,4%
Acréscimos e Diferimentos	34 557 774	33 831 794	34 548 566	34 853 697	295 923 0,9%
Total Fundos Próprios e Passivo	123 775 523	120 359 760	121 701 850	119 803 213	-3 972 310 -3,2%

QUADRO 47 – EVOLUÇÃO DA RECEITA

Descrição	2016	2017	2018	2019	Variação 2016-2019
Impostos diretos	4 321 098	4 356 326	4 879 963	4 340 567	19 468 0,5%
Impostos indiretos	148 668	366 386	374 865	338 035	189 367 127,4%
Taxas, multas e outras penalidades	701 908	799 949	693 454	682 189	-19 719 -2,8%
Rendimentos de propriedade	41 967	10 319	5 454	2 900	-39 067 -93,1%
Transferências correntes	8 090 506	8 243 257	8 249 190	8 692 625	602 119 7,4%
Vendas de bens e serviços correntes	4 984 338	4 848 663	5 299 800	5 023 727	39 389 0,8%
Outras receitas correntes	463 527	46 500	51 188	18 947	-444 580 -95,9%
Venda de bens de investimento	217 351	64 695	92 373	178 964	-38 386 -17,7%
Transferências de capital	1 494 983	1 263 863	3 007 864	2 845 237	1 350 254 90,3%
Passivos financeiros	600 000	450 000	700 000	0	-600 000 -100,0%
Outras receitas de capital	0	0	250 831	0	0 #DIV/0!
Reposições não abatidas nos pagamentos	35 692	274	5 692	3 032	-32 661 -91,5%
Total	21 100 039	20 450 233	23 610 674	22 126 223	1 026 184 4,9%
Receitas correntes	18 752 013	18 671 400	19 553 914	19 098 990	346 977 1,9%
Receitas de capital	2 312 334	1 778 558	4 051 068	3 024 201	711 867 30,8%
Outras receitas	35 692	274	5 692	3 032	-32 661 -91,5%



**Notas ao Balanço e
às Demonstrações
de Resultados**



Município
LAMEGO

6. Balanço e demonstração de resultados

6.1. Balanço analítico

CÓD.	ATIVO	2019			2018
		AB	APA	AL	AL
IMOBILIZADO					
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO					
451	Terrenos e recursos naturais	14 452 563,76	0,00	14 452 563,76	14 452 563,76
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	68 408 940,86	43 490 998,97	24 917 941,89	25 725 939,11
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
459	Outros bens de domínio público	2 519 724,07	189 274,56	2 330 449,51	2 349 863,21
445	Imobilizações em curso	967 310,43	0,00	967 310,43	1 913 259,32
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		86 348 539,12	43 680 273,53	42 668 265,59	44 441 625,40
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	287 130,23	2 885,85	284 244,38	284 734,43
433	Propriedade industrial e outros direitos	4 625,22	1 766,52	2 858,70	3 223,16
443	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		291 755,45	4 652,37	287 103,08	287 957,59
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e recursos naturais	11 359 939,20	0,00	11 359 939,20	11 359 939,20
422	Edifícios e outras construções	72 106 253,69	15 349 786,55	56 756 467,14	57 897 464,12
423	Equipamento básico	3 083 167,31	2 823 292,10	259 875,21	317 435,02
424	Equipamento de transporte	606 576,92	491 066,52	115 510,40	108 223,92
425	Ferramentas e utensílios	157 537,11	146 753,88	10 783,23	9 148,81
426	Equipamento administrativo	2 273 243,14	2 044 181,76	229 061,38	228 312,23
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	1 022 645,91	817 468,49	205 177,42	226 565,67
442	Imobilizações em curso	4 521 621,38	0,00	4 521 621,38	3 333 605,71
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		95 130 984,66	21 672 549,30	73 458 435,36	73 480 694,68
CÓD.	ATIVO	2019			2018
		AB	APA	AL	AL
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
411	Partes de capital	106 925,00	0,00	106 925,00	106 925,00
412	Obrigações e títulos de participação	1 250 572,75	50 000,00	1 200 572,75	1 200 572,75
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		1 357 497,75	50 000,00	1 307 497,75	1 307 497,75

Continuação (ATIVO):

		2019			2018
CIRCULANTE		AB	APA	AL	AL
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	107 332,06	0,00	107 332,06	115 560,56
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		107 332,06	0,00	107 332,06	115 560,56
Dividas de Terceiros - Médio e longo prazos: a)					
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes, c/c	448 049,88	0,00	448 049,88	449 203,51
212	Contribuintes, c/c	26 853,88	0,00	26 853,88	49 190,80
213	Utentes, c/c	182,00	0,00	182,00	362,00
217	Clientes e Utentes com cauções	857 914,06	857 914,06	0,00	0,00
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	1 450,46	0,00	1 450,46	1 450,46
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	11 278,33	0,00	11 278,33	6 313,25
SUBTOTAL		1 345 728,61	857 914,06	487 814,55	506 520,02
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participações	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00
DEP. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
12	Depósitos em instituições financeiras/Depósitos bancários	1 052 525,90		1 052 525,90	1 210 524,31
11	Caixa	3 240,52		3 240,52	2 846,80
SUBTOTAL		1 055 766,42	0,00	1 055 766,42	1 213 371,11
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acréscimos de proveitos	403 457,90		403 457,90	339 172,95
272	Custos diferidos	27 540,18		27 540,18	9 449,93
SUBTOTAL		430 998,08	0,00	430 998,08	348 622,88
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES			65 357 475,20		
TOTAL DE PROVISÕES / AJUSTAMENTOS			907 914,06		
TOTAL DO ATIVO		186 068 602,15	66 265 389,26	119 803 212,89	121 701 849,99

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO:

CÓD.	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2 019	2 018
FUNDOS PRÓPRIOS / CAPITAL PRÓPRIO			
51	Património/capital	46 856 123,36	46 856 123,36
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas / ativos financeiros	0,00	0,00
56	Reservas de reavaliação / excedentes de revalorização	0,00	0,00
Reservas:			
571	Reservas legais	486 696,29	486 696,29
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Outras Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	0,00	0,00
576	Doações	1 437 268,40	1 437 268,40
577	Reservas decorrentes de transferência de activos	0,00	0,00
578+579	Outras reservas	0,00	0,00
59	Resultados transitados	-12 272 289,57	-5 954 482,13
Subtotal		36 507 798,48	42 825 605,92
88	Resultado Líquido do exercício	7 991 006,54	-6 317 807,44
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS / CAPITAL PRÓPRIO		44 498 805,02	36 507 798,48
PASSIVO			
Provisões para Riscos e Encargos		9 134 177,99	15 440 565,57
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		26 541 364,63	27 617 751,27
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	23 536 683,20	26 136 618,76
223	Fornecedores em Acordos	2 975 256,93	1 451 708,01
224	Dívida não reconhecida	0,00	0,00
268	Outros credores MLP	29 424,50	29 424,50
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
2311	Empréstimos de médio e longo prazo no curto prazo	2 499 012,84	2 558 262,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221	Fornecedores, c/c	759 159,55	2 893 795,12
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1 043 900,32	1 711 860,86
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611 a 2618	Fornecedores de imobilizado	161 632,15	159 288,25
24	Estado e outros entes públicos	145 856,20	73 177,58
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	165 606,80	190 784,79
217	Clientes e utentes com cauções	0,00	0,00
Subtotal		40 450 710,48	50 645 485,44
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
273	Acréscimos de custos	809 835,18	822 968,27
274	Proveitos diferidos	34 043 862,21	33 725 597,80
Subtotal		34 853 697,39	34 548 566,07
TOTAL DO PASSIVO		75 304 407,87	85 194 051,51
OTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS/CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		119 803 212,89	121 701 849,99

AB - Ativo Bruto

AP - Amortizações e Provisões Acumuladas

AL - Ativo Líquido

6.2. Demonstração de Resultados

Cód.	DESIGNAÇÃO DE CONTAS	EXERCÍCIOS			
		2019		2018	
Custos e Perdas					
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 101 464,39		1 203 419,55	
62	Fornecimentos e serviços externos	6 582 634,57		6 958 358,34	
Custos com o pessoal					
641+642	Remunerações	4 610 185,80		4 288 212,30	
643 a 648	Encargos sociais	1 560 782,94		1 346 023,01	
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	912 984,87	14 768 052,57	1 124 269,50	14 920 282,70
66	Amortizações do exercício/imobilizado corpóreo e incorpóreo	3 784 345,26		3 630 958,32	
67	Provisões do exercício	742 185,85	4 526 531,11	9 210 629,79	12 841 588,11
65	Outros custos e perdas operacionais		152 887,27		55 897,15
(A) Custos e perdas operacionais		19 447 470,95		27 817 767,96	
68	Custos e perdas financeiros		559 171,52		524 326,80
(C) Custos e perdas correntes		20 006 642,47		28 342 094,76	
69	Custos e Perdas Extraordinárias		1 010 506,65		1 004 516,28
(E) Custos e perdas do exercício		21 017 149,12		29 346 611,04	
i) Custos e perdas+Impostos sobre o rendimento do exercício		21 017 149,12		29 346 611,04	
88	Resultado líquido consolidado do exercício		7 991 006,54		-6 317 807,44
Custos Totais		29 008 155,66		23 028 803,60	
Proveitos e Ganhos					
Vendas e prestações de serviços					
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	1 027 854,80		1 006 722,79	
712	Prestações de serviços	1 421 685,17	2 449 539,97	1 460 895,41	2 467 618,20
72	Impostos e taxas	6 581 231,76		7 187 176,15	
a)	Variação da produção			0,00	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	1 329 504,40		1 307 581,87	
74	Transferências e subsídios obtidos/Subsídios à exploração	9 743 042,29		9 025 029,43	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	17 653 778,45	0,00	17 519 787,45
(B) Proveitos e ganhos operacionais		20 103 318,42		19 987 405,65	
78	Proveitos e ganhos financeiros		112 717,42		165 606,63
(D) Proveitos e ganhos correntes		20 216 035,84		20 153 012,28	
79	Proveitos e ganhos extraordinários	0,00	8 792 119,82	0,00	2 875 791,32
(F) Proveitos totais		0,00	29 008 155,66	0,00	23 028 803,60
Resultados Operacionais (B) - (A) =		655 847,47		-7 830 362,31	
Resultados Financeiros (D-B) - (C-A) =		-446 454,10		-358 720,17	
Resultados Correntes (D) - (C) =		209 393,37		-8 189 082,48	
Resultados antes de impostos (F) - (E) =		7 991 006,54		-6 317 807,44	
Resultado Líquido Consolidado do Exercício (F) - (G) =		7 991 006,54		-6 317 807,44	

6.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa - 01/01/2019 - 31/12/2019

Operações correntes	
Recebimentos correntes	
IMPOSTOS DIRECTOS	4 340 567
IMPOSTOS INDIRECTOS	338 035
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	682 189
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	2 900
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 692 625
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	5 023 727
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18 947
	19 098 990
Despesas correntes	
DESPESAS COM O PESSOAL	6 293 884
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	7 413 794
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	920 704
SUBSÍDIOS	11 925
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	307 760
	14 948 067
Resultados de operações correntes	4 150 923
Operações de capital	
recebimentos de capital	
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	178 964
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2 845 237
Recebimentos de capital	3 024 201
Despesas de capital	
AQUISIÇÃO BENS DE CAPITAL	3 210 337
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	516 044
ATIVOS FINANCEIROS	58 849
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	400 467
Pagamentos de capital	4 185 697
Resultado de operações de investimento	-1 161 496
Operações financeiras	
Recebimentos financeiros	
PASSIVOS FINANCEIROS	0
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	3 032
Recebimentos Financeiros	3 032
Pagamentos financeiros	
PASSIVOS FINANCEIROS (amortizações)	2 653 771
JUROS E OUTROS ENCARGOS	554 130
Pagamentos Financeiros	3 207 901
Resultado das operações financeiras	-3 204 870
Variação de caixa e equivalentes	-215 442
Caixa e equivalentes no início	1 009 652
Caixa e equivalentes no fim	794 210
	-215 442

6.4. Anexo às demonstrações financeiras (Ponto 8 do POCAL)

INTRODUÇÃO

Estabelece o POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a Resolução n.º 4/2001, do Tribunal de Contas, como peça integrante dos documentos de prestação de contas os Anexos às Demonstrações Financeiras.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com a numeração definida no ponto 4.6 do POCAL, para apresentação das contas, e visam facultar a informação necessária ao conhecimento da atividade autárquica, permitindo uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo.

As notas que se encontrem omissas não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a análise das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em harmonia com os princípios contabilísticos previstos no ponto 3.2 do POCAL. Concentrado no princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2018 e de 2019.

NOTA 8.1 - Caracterização da entidade

Ponto n.º 4 da Prestação de Contas.

NOTA 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados

NOTA 8.2.1. DERROGAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO POCAL

A presente prestação de contas é constituída, para além dos documentos que se encontram definidos no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL, – por um conjunto de outros não previstos no diploma legal supra referido, mas impostos pela Resolução n.º 04/2001- 2.º Secção do Tribunal de Contas.

A informação contida nas demonstrações financeiras reflete a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira (apresentada no Balanço), do desempenho (apresentado na demonstração dos resultados), e dos fluxos de caixa e das operações orçamentais.

NOTA 8.2.2. VALORES COMPARATIVOS

Ao longo do exercício de 2019, não foram alterados procedimentos, regras e políticas contabilísticas, relativamente aos critérios definidos para o exercício anterior, que torne incomparáveis as contas do Balanço e Demonstração de Resultados,

NOTA 8.2.3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE ÀS VÁRIAS RUBRICAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS, BEM COMO MÉTODOS DE CÁLCULO RESPEITANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES.**8.2.3.1.0 – Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da autarquia e de acordo com as normas vertidas no POCAL- Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais, regulado pelos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, aprovou o atual sistema contabilístico das autarquias locais (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL), que entrou em vigor em 1 de janeiro do ano 2002, de 11 de setembro.

BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DESMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**8.2.3.1 – Imobilizações****8.2.3.1.1 Imobilizações corpóreas próprias
Mensuração**

O ativo imobilizado corpóreo, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

- a) Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.
- b) Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das **quotas constantes**.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado

8.2.3.1.2 Imobilizações incorpóreas **Mensuração**

O ativo imobilizado incorpóreo, é valorizado ao custo de aquisição.

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

As despesas de instalação, bem como as de investigação e de desenvolvimento, são amortizadas no prazo máximo de cinco anos.

8.2.3.1.3 Imobilizações Financeiras

Mensuração

Os investimentos financeiros, são valorizados ao custo de aquisição.

Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Imparidades

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada. Esta não deve subsistir logo que deixe de se verificar a situação indicada.

8.2.3.1.4 Bens de domínio publico

Os bens de domínio público são incluídos no ativo imobilizado da autarquia se esta for responsável pela sua administração ou controlo, estejam ou não afetos à sua atividade operacional.

A valorização destes bens será efetuada, sempre que possível, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, conforme descrito no ponto 8.2.3.1.1

Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na portaria nº 671/2000 CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

8.2.3.1.5 – Critérios genéricos

8.2.3.1.5.1 Aquisições a título gratuito

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito deverá considerar-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequam à natureza desses bens. O critério de valorimetria aplicado deverá ser explicitado e justificado no anexo adequado (nota 8.2.3).

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero, até ser objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.2 Transferências de ativos

No caso de transferências de ativos entre entidades abrangidas pelo presente Plano ou por este e pelo POCP, o valor a atribuir será o valor constante nos registos contabilísticos da entidade de origem, desde que em conformidade com os critérios de valorimetria estabelecidos no presente Plano, salvo se existir valor diferente do fixado no diploma que autorizou a transferência ou, em alternativa, valor acordado entre as partes e sancionado pelos órgãos e entidades competentes.

Na impossibilidade de aplicação de qualquer das alternativas referidas, será aplicado o critério definido no n.º 8.2.3.1.5.1.

8.2.3.1.5.3 – Imparidades

Quando à data do balanço os elementos do ativo imobilizado corpóreo e incorpóreo, seja ou não limitada a sua vida útil, tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, devem ser objeto de amortização correspondente à diferença, se for de prever que a redução desse valor seja permanente. Aquela amortização extraordinária não deve ser mantida se deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.1.5.4 – Avaliação inicial

No caso de inventariação inicial de ativos cujo valor de aquisição ou de produção se desconheça, na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, devem ser identificados em anexo e justificada aquela impossibilidade (nota 8.2.14).

8.2.3.1.5.5 – Reavaliações

Como regra geral, os bens de imobilizado não são suscetíveis de reavaliação, salvo se existirem normas que a autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização

8.2.3.1.5.6 – Capitalização de juros

Sem prejuízo do princípio geral de atribuição dos juros suportados aos resultados do exercício, quando os financiamentos se destinarem a imobilizações, os respetivos custos poderão ser imputados à compra e produção das mesmas, durante o período em que elas estiverem em curso, desde que isso se considere mais adequado e se mostre consistente.

Se a construção for por partes isolável, logo que cada parte estiver completa e em condições de ser utilizada cessará a imputação dos juros a ela inerentes.

8.2.3.2 – Existências

8.2.3.2.1- Mensuração

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção

Considera-se como custo de aquisição de um bem a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Considera-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretos consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

Se o custo de aquisição ou o custo de produção for superior ao preço de mercado, será este o utilizado.

Quando na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, deverá ser utilizado o critério referido no n.º 3.

Os subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos são valorizados, na falta de critério mais adequado, pelo valor realizável líquido.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

Entende-se como custo de reposição de um bem o que a entidade teria de suportar para o substituir nas mesmas condições, qualidade, quantidade e locais de aquisição e utilização.

Considera-se como valor realizável líquido de um bem o seu esperado preço de venda deduzido dos necessários custos previsíveis de acabamento e venda.

As existências são controladas informaticamente através do sistema de inventário permanente, utilizando-se o custo médio padrão como método de custeio de saída.

O economato é contabilizado da mesma forma.

O controlo informático aos registos contabilísticos, documentação sobre as entradas e saídas dos bens, é efetuado diariamente.

Trimestralmente, o aprovisionamento efetue uma contagem física aos armazéns e uma contagem de fim de ano, garantindo a segregação de funções e controlo do stock final.

8.2.3.2.2 - Provisões

Relativamente às situações previstas nos n.ºs 3 e 4 do ponto 8.3.2.2.1, as diferenças serão expressas pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

8.2.3.2.3 – Métodos de custeio

Os métodos de custeio das saídas de armazém a adotar são o custo específico ou o custo médio ponderado.

8.2.3.3 - Dívidas de e a terceiros

8.2.3.3.1 – Mensuração

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, não existindo dívidas em moeda estrangeira.

As dívidas de cobrança duvidosa correspondem a valores sobre os quais existe incerteza de cobrança efetiva e são provisionadas tendo em conta a probabilidade de perda que lhe está associada.

8.2.3.3.2 - Provisões

Os riscos de incobrabilidade relativos a dívidas de terceiros, são provisionados.

As provisões que respeitem a riscos e encargos resultantes de dívidas de terceiros não devem ultrapassar as necessidades.

8.2.3.4 - Disponibilidades

8.2.3.4.1 – Mensuração

Os depósitos em instituições de crédito e as disponibilidades em caixa são expressas pelos saldos de todas as contas de depósitos e pelos montantes dos meios de pagamento, respetivamente, não existindo disponibilidades em moeda estrangeira

8.2.3.4.2 - Provisões

Na situação prevista no ponto anterior de o preço de mercado, ser inferior ao custo de aquisição deve constituir-se ou reforçar a provisão pela diferença entre os respetivos preços de aquisição e de mercado. A provisão será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que levaram à sua constituição.

8.2.3.5 – Provisões (2.7.1 POCAL)

A constituição de provisões deve respeitar apenas às situações a que estejam associados riscos e em que não se trate de uma simples estimativa de um passivo certo, não devendo a sua importância ser superior às necessidades.

Não se deve proceder à anulação e sequente constituição de uma provisão.

São consideradas situações a que estejam associados riscos as que se referem, nomeadamente, às aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Provisões para cobranças duvidosas

Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

As dívidas que tenham sido reclamadas judicialmente ou em que o devedor tenha pendente processo de execução ou esteja em curso processo especial de recuperação da empresa ou de falência são tratadas como «Custos e perdas extraordinários», quando resulte do respetivo processo judicial a dificuldade ou impossibilidade da sua cobrança e sejam dadas como perdas.

- Provisões para outros riscos e encargos

Provisão: é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões para outros riscos e encargos são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

- Passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Autarquia como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidos porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

- Ativos contingentes

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Autarquia não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua

divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

8.2.3.6 – Amortizações (ponto 2.7.2 POCAL)

O método para o cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

Para efeitos de aplicação do método das quotas constantes, a quota anual de amortização determina-se aplicando aos montantes dos elementos do ativo imobilizado em funcionamento as taxas de amortização definidas na lei.

O valor unitário e as condições em que os elementos do ativo imobilizado sujeitos a depreciação ou o deperecimento possam ser amortizados num só exercício são os definidos na lei.

A fixação de quotas diferentes das estabelecidas na lei, para os elementos do ativo imobilizado corpóreo adquirido em 2.^a mão, é determinada pelo órgão deliberativo da autarquia local sob proposta do órgão executivo, acompanhada de justificação adequada.

NOTA 8.2.4. Todas as operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

Não aplicável.

NOTA 8.2.5. O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no capítulo 4 «Critérios de valorimetria» do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superior às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

Não aplicável.

NOTA 8.2.6. COMENTÁRIO ÀS CONTAS 43.1 “DESPESAS DE INSTALAÇÃO” E 43.2 “DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO”

Não aplicável.

NOTA 8.2.7. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Cód	RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliações / Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
De Bens de Domínio Público:		85 887 806,86	0,00	2 112 745,50	0,00	1 652 013,24	86 348 539,12
45.1	Terrenos e recursos naturais	14 452 563,76		0,00			14 452 563,76
45.2	Edifícios	0,00		0,00			0,00
45.3	Outras construções e infra-estruturas	67 002 259,71		1 474 318,85	0,00	67 637,70	68 408 940,86
45.5	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00		0,00			0,00
45.9	Outros bens de domínio público	2 519 724,07		0,00			2 519 724,07
44.5	Imobilizações em curso	1 913 259,32		638 426,65		1 584 375,54	967 310,43
44.6	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0,00			0,00
De Imobilizações Incorpóreas:		291 755,45	0,00	0,00	0,00	0,00	291 755,45
43.1	Despesas de instalação	0,00		0,00			0,00
43.2	Despesas de investigação e desenvolvimento	287 130,23		0,00			287 130,23
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	4 625,22		0,00			4 625,22
44.3	Imobilizações em curso	0,00		0,00			0,00
44.9	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00			0,00
De Imobilizações corpóreas:		93 634 508,94	0,00	1 562 293,45	40 999,99	24 817,74	95 130 984,66
42.1	Terrenos e recursos naturais	11 359 939,20		0,00			11 359 939,20
42.2	Edifícios e outras construções	72 001 543,33		145 710,35	40 999,99		72 106 253,69
42.3	Equipamento básico	3 074 732,24		11 098,30		2 663,23	3 083 167,31
42.4	Equipamento de transporte	588 491,84		40 239,59		22 154,51	606 576,92
42.5	Ferramentas e utensílios	149 338,65		8 198,46			157 537,11
42.6	Equipamento administrativo	2 107 479,56		165 763,58			2 273 243,14
42.7	Taras e vasilhames	0,00		0,00			0,00
42.9	Outras imobilizações corpóreas	1 019 378,41		3 267,50			1 022 645,91
44.2	Imobilizações em curso	3 333 605,71		1 188 015,67			4 521 621,38
44.8	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00			0,00
De Investimentos financeiros:		1 357 497,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1 357 497,75
41.1	Partes de capital	106 925,00					106 925,00
41.1.1	Associações de Municípios - DouroAlliance	15 000,00					15 000,00
41.1.2	Fundação Museu do Douro	11 925,00					11 925,00
41.1.3	Regiefutas	80 000,00					80 000,00
41.2	Obrigações e títulos de participação	1 250 572,75					1 250 572,75
41.2.2.2	Lameirbe	50 000,00					50 000,00
41.2.2.3	Sociedade de Matadouro das Beiras	9 979,74					9 979,74
41.2.2.4	Águas do Norte, S.A	551 934,00					551 934,00
41.2.2.5	Município	4 985,01					4 985,01
41.2.2.7	Resinorte	104 033,00					104 033,00
41.2.2.9	Fundo de Apoio Municipal	529 641,00					529 641,00
TOTAL		181 171 569,00	0,00	3 675 038,95	40 999,99	1 676 830,98	183 128 776,98

Mapa das Amortizações

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de Domínio Público:	41 446 181,46	2 234 092,07	0,00	43 680 273,53
Terrenos e recursos naturais				0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	41 276 320,60	2 214 678,37	0,00	43 490 998,97
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	169 860,86	19 413,70	0,00	189 274,56
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações Incorpóreas:	3 797,86	854,51	0,00	4 652,37
Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 395,80	490,05	0,00	2 885,85
Propriedade industrial e outros direitos	1 402,06	364,46	0,00	1 766,52
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Imobilizações corpóreas:	20 153 814,26	1 549 398,68	30 663,64	21 672 549,30
Edifícios e outras construções	14 104 079,21	1 254 216,47	8 509,13	15 349 786,55
Equipamento básico	2 757 297,22	65 994,88	0,00	2 823 292,10
Equipamento de transporte	480 267,92	32 953,11	22 154,51	491 066,52
Ferramentas e utensílios	140 189,84	6 564,04	0,00	146 753,88
Equipamento administrativo	1 879 167,33	165 014,43	0,00	2 044 181,76
Taras e vasilhames	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	792 812,74	24 655,75	0,00	817 468,49
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de Investimentos financeiros:	0,00	0,00	0,00	50 000,00
Obrigações e títulos de participação	50 000,00	0,00	0,00	50 000,00
TOTAL	61 653 793,58	3 784 345,26	30 663,64	65 407 475,20

NOTA 8.2.8. DESAGREGAÇÃO DE CADA UMA DAS RUBRICAS DOS MAPAS ANTECEDENTES

Devido ao elevado número de bens já inventariados, esta informação encontra-se disponível em fichas eletrônicas, podendo a mesma ser consultadas, logo esta não se encontra disponível no presente relatório. No entanto salienta-se, que ainda existem alguns bens móveis e imóveis que não se encontram inventariados. Este tem sido um trabalho contínuo do serviço de Patrimônio.

NOTA 8.2.9. CUSTOS INCORRIDOS NO EXERCÍCIO RESPEITANTES A EMPRÉSTIMOS OBTIDOS PARA FINANCIAR IMOBILIZAÇÕES.

Encargos com Empréstimos	2017	2018	2019
	4 073 972	4 283 698	3 105 840
Juros	534 644	485 907	452 069
Amortizações	3 539 328	3 797 792	2 653 771

inclui curto prazo 2018(€700,000)

No balanço os empréstimos de curto e médio longo prazo estão contabilizados de acordo com a exigibilidade dos empréstimos de médio prazo: **Exigível no prazo de 1 ano e médio longo prazo superior a 1 ano.**

Os empréstimos obtidos estão garantidos por consignação de transferências de receitas provenientes do Orçamento de Estado.

NOTA 8.2.10. REAVALIAÇÃO DOS BENS DE IMOBILIZADO

Não aplicável

NOTA 8.2.12. IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS E IMPLANTADOS EM PROPRIEDADE ALHEIA

Imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens do domínio público cedidos por contrato de concessão, em conformidade com o estabelecido no presente diploma;

Imobilizações implantadas em propriedade alheia;

Imobilizações reversíveis;

Discriminação dos custos financeiros nela capitalizada, respeitantes ao exercício e acumulados.

Não foram incluídas no Património da Autarquia as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública, por as mesmas estarem abrangidas por um contrato de concessão com a EDP, conforme contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no município de Lamego e Decreto-Lei n.º 341/90 de 30 de Outubro.

NOTA 8.2.13. REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Nada a registar ao nível da locação financeira.

NOTA 8.2.14. BENS DO IMOBILIZADO QUE NÃO FOI POSSÍVEL VALORIZAR, COM INDICAÇÃO DAS RAZÕES DESSA IMPOSSIBILIDADE

O Município de Lamego é proprietário de um vasto património, que se encontra em grande parte inventariado, faltando bens dos quais é necessário a intervenção de serviços externos especializados, nomeadamente para desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) dos Sistemas de Abastecimento de Água em “baixa” e de Drenagem de Águas Residuais dos Concelhos de Lamego.

A Abastecimento de Água em “baixa” e de Drenagem de Águas Residuais dos Concelhos de Lamego, correspondente ao imobilizado não inventariado anterior a 2002, aquando o balanço inicial e entrada em vigor do POCAL.

A Divisão do Ambiente e Serviço Urbanos iniciou em 2016 um trabalho de inventariação, recolha e sistematização de dados de base relativos a rede de abastecimento de água, através de ferramentas SIG, que ainda se encontra em curso. Finalizado o trabalho, será aproveitado para a inventariação patrimonial, numa política de cruzamento de informação entre diferentes os serviços;

No entanto, a existência de um cadastro dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais com a informação atualizada e de fácil acesso, constitui um instrumento indispensável de apoio à gestão técnico-económica dos Serviços de abastecimento de água em “baixa” e, conseqüentemente do Património, fundamentalmente para as atividades de exploração, planeamento, renovação e ampliação das redes. Por este facto, torna-se necessário que a organização aposte estrategicamente no cadastro informatizado por parte dos Serviços de Abastecimento de Água (DASU), com o intuito de o tornar um polo aglutinador da informação e que permita uma análise rápida, cuidada e

eficaz da mesma para suporte da tomada de decisão aos mais diversos níveis e garantir um cadastro de inventário atualizado.

NOTA 8.2.15. BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO QUE NÃO SÃO OBJETO DE AMORTIZAÇÃO E INDICAÇÃO DAS RESPECTIVAS RAZÕES

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são suscetíveis de amortização os terrenos, bem como alguns dos bens afetos ao domínio público. Contudo, os bens que não foram ainda objeto de valorização, não estão considerados no imobilizado do ativo bruto da Autarquia, no qual ainda não foram sujeitos a qualquer processo de inventariação adequada, estando a aguardar pelo levantamento solicitado aos serviços a que correspondem esse bens, para que se dê o procedimento adequado que possa conduzir à elaboração dos cadastros das Redes e respetivos inventários.

NOTA 8.2.16. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARTICIPADAS

Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma das entidades, com menção desse exercício, de acordo com o seguinte quadro:

c	Capital Social (€)	Participação Detida	
		%	(€)
Águas do Norte, S.A	28.000.000	1,97%	551.934
Lameurbe - Sociedade para o Desenvolvimento de Lamego, S.A.	250.000	20,00%	50.000
Município, S.A - Emp. Cartografia e Sist. De Informação	3.236.679	0,15%	4.985
Resinorte - Val. e Trat. de Resíduos Sólidos, S.A.	8.000.000	1,30%	104.033
Fundação Museu do Douro	500.000	2,38%	11.925
Regiefrutas	506.150	15,81%	80.000
Associação Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	45.000	33,33%	15.000
Sociedade de Matadouros das Beiras	1.526.420	0,65%	9.980
Total			827.857

Dissolução e liquidação da empresa Lamego Renova, S.A:

Na sequência da proposta de deliberação nº 1146/22-A/2016 do Presidente da Câmara, aprovada pela Câmara Municipal em reunião ordinária de 18.11.2016, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, em sessão ordinária de 29.11.2016, aprovar “ (...) o plano de internalização das atividades da empresa Lamego Renova, S.A, nos termos do disposto no n.º 12 do artigo 62.º, da Lei n.º 50/2013, de 31/08, bem como aprovar a consequente

liquidação da empresa Lamego Renova, S.A, conforme estatuído nos artigos 61.º, 62.º e 65.º, do referido diploma legal, com efeitos a partir do dia seguinte à data desta deliberação, ou seja, 30 de novembro de 2016, com fundamento nas declarações de voto proferidas”.

NOTA 8.2.17. TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTRAS APLICAÇÕES DE TESOURARIA

Relativamente aos elementos incluídos nas contas “Títulos Negociáveis” e “Outras Aplicações de Tesouraria”, terão de mencionar, quando aplicável, a sua natureza, entidades, quantidades e valores do Balanço, o que na análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.

NOTA 8.2.18. INDICAÇÃO DAS MODIFICAÇÕES DA CONTA “OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS”

Não aplicável.

NOTA 8.2.19. DIFERENÇAS RELEVANTES DOS CUSTOS DE ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE

Relativamente à indicação, por categorias de bens, das diferenças relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado, e mediante a análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, tal não é aplicável.

NOTA 8.2.20. ATRIBUIÇÃO A ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE DE VALOR INFERIOR AO SEU VALOR DE MERCADO

Relativamente à fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do Ativo Circulante de um valor inferior ao, mas baixo do custo ou do mercado, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.21. INDICAÇÃO / JUSTIFICAÇÃO DAS PROVISÕES EXTRAORDINÁRIAS DE ELEMENTOS DO ATIVO CIRCULANTE

Indicação e Justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam

descidas estáveis provenientes de flutuações de valor, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.22. VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Para o valor das dívidas em mora há mais de 12 meses, excluindo dívidas do Sector Público, foi constituída provisão no montante correspondente a 100% da dívida, e para o valor das dívidas em mora há mais de 6 meses foi constituída provisão no correspondente a 50% do valor da Dívida.

Valor Global das Dívidas de Cobrança Duvidosa Incluídas em cada uma das Rubricas de Dívidas de Terceiros Constantes do Balanço, e que se demonstram no quadro seguinte:

Contas	Descrição	Saldo
2182	Cobranças em litígio	857 914
TOTAL		857 914

NOTA 8.2.23. VALOR DAS DÍVIDAS DE E AO PESSOAL DA AUTARQUIA

Após análise ao Balanço e às Demonstrações Financeiras, verifica-se que não existem dívidas de e ao pessoal da autarquia.

NOTA 8.2.24. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS EMITIDOS

Relativamente à quantidade e ao valor nominal das Obrigações e Outros Títulos emitidos pela Autarquia Local, tal não é aplicável pela análise feita e demonstrada ao Balanço e às Demonstrações Financeiras.

NOTA 8.2.25. DÍVIDAS NA CONTA “ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS”

Em 31 de dezembro de 2019, o Município de Lamego estava com processos em execução, no âmbito das inspeções em sede de IRC relacionadas com as empresas internalizadas **EX- LAMEGO CONVIDA, EEM E EX- LAMEGO RENOVA, S.A**, refletidas na conta provisões. As dívidas nesta conta, apenas dizem respeito às operações de tesouraria, a entregar no mês seguinte.

NOTA 8.2.26. DESCRIÇÃO DESAGREGADA DAS RESPONSABILIDADES, POR GARANTIAS E CAUÇÕES PRESTADAS E RECIBOS PARA COBRANÇA

Mapa incluído na prestação de conta “Contas de Ordem”:

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência anterior:	1 729 307	Garantias/Cauções e Recibos	174 194
Garantias e cauções	1 673 429	Garantias e cauções devolvidas	172 797
Recibos para cobrança	55 878	Receita virtual cobrada	1 397
		Receita virtual anulada	
Garantias e cauções prestadas	260 588	Saldo para a gerência seguinte:	1 815 701
Receita virtual liquidada	1 397	Garantias e cauções	1 759 823
Cauções e Depósitos de Garantia	259 192	Recibos para cobrança	55 878
TOTAL	1 989 896	TOTAL	1 989 896

Nota: O montante registado carece de confirmação nas contas correntes com os registos financeiros anteriores a 2007, e, com a Divisão de Obras e Urbanismo.

Descrição desagregada das responsabilidades com o Estado e outros entes públicos, de acordo com mapa anexo à prestação de contas:

Contas	Descrição	Saldo
2421	IRS - Trabalho Dependente	31 457
2422	IRS - Trabalho Independente	1 956
2426	IRS - alínea b) do n.º 1 do art. 3.º do CIRS	39
2436	IVA a pagar	3 972
2441	Imposto de Selo	11
24511	CGA - Descontos sobre Vencimentos	18 996
24531	Segurança Social - Regime Geral	12 939
2456	ADM	157
246	DGF - Receita de Caça	7
249	Outros	76 321
Total a entregar		145 856

NOTA 8.2.27. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS

O Mapa com o desdobramento da conta 29 (Provisões), explicitando os movimentos ocorridos no exercício.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291	Provisões para cobrança duvidosa	617 511	240 403	0	857 914
292	Provisões para Outros riscos e encargos	15 440 566	501 783	6 808 171	9 134 178
49	Provisões para investimentos financeiros	50 000	0	0	50 000
TOTAL		16 108 077	742 186	6 808 171	10 042 092

NOTA 8.2.28. EXPLICITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DOS MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DE CADA UMA DAS CONTAS DA CLASSE 5 – FUNDO PATRIMONIAL.

Contas	Descrição	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51	Património	46 856 123	0	0	46 856 123
56	Reservas de reavaliação	0	0	0	0
57	Reservas:	-10 348 325			
571	Reservas Legais	486 696	0	0	486 696
572	Reservas Estatutárias	0	0	0	0
573	Reservas Contratuais	0	0	0	0
574	Reservas Livres	0	0	0	0
575	Subsídios	0	0	0	0
576	Doações	1 437 268	0	0	1 437 268
577	Reservas dec. de transf. de activo	0	0	0	0
59	Resultados transitados	-5 954 482	0	0	-12 272 290
88	Resultado líquido do exercício	-6 317 807	0	0	7 991 007
TOTAL		36 507 798	0	0	44 498 805

NOTA 8.2.29. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, foi resultado de contabilização de todas as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo e do inventário físico a 31/12/2019 do Econmato, Armazém Municipal e Oficina de Viaturas.

A regularização de existências diz respeito a contagem efetuada das existências iniciais e não contabilizadas. As mercadorias dizem respeito à compra de água “em alta” para abastecimento público. Salienta-se que o controlo das existências do armazém municipal e econmato, é efetuado mensalmente, registando-se ou não as consequentes variações.

Movimentos	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	TOTAIS
Existências iniciais		115 560,56	115 560,56
Compras	974 225,32	146 085,39	1 120 310,71
Regularização de existências		-27 074,82	-27 074,82
Existências finais		107 332,06	107 332,06
Custos do exercício	974 225,32	127 239,07	1 101 464,39

NOTA 8.2.30. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Não aplicável.

NOTA 8.2.31. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS							
Códig o das Conta	Custos e Perdas	Exercícios		Códig o das Conta	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros suportados	533 062,61	504 638,29	781	Juros obtidos	11,41	65,00
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	2 888,92	5 389,44
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	109 817,09	119 952,57
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações	0,00	0,00	786	Descontos a pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	26 108,91	19 688,51	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados financeiros	-446 454,10	-358 720,17	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	40 199,62
		112 717,42	165 606,63			112 717,42	165 606,63

Unidade: Euros

NOTA 8.2.32. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS							
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de capital concedidas	498 141,13	359 716,61	791	Restituição de impostos	5 101,80	21 902,95
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	0,00	8 273,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	32 490,86	2 216,22	794	Ganhos em imobilizações	198 830,91	117 458,59
695	Multas e penalidades	0,00	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	23 982,33	21 560,91
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	6 813 584,69	204 412,48
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	43 206,48	633 361,58	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	232 285,45	770 435,00
698	Outros custos e perdas extraordinárias	35 289,70	2,21	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1 517 971,07	1 467 387,02
699	Indemnizações	401 378,48	946,66	799	Outros	363,57	272 634,37
	Resultados extraordinários	7 781 613,17	1 871 275,04				
		8 792 119,82	2 875 791,32			8 792 119,82	2 875 791,32
Unidade: Euro							

Unidade: Euros

NOTA 8.2.33. INFORMAÇÕES RELEVANTES FACE À POSIÇÃO FINANCEIRA

Conforme discriminado no ponto a seguir, existem diversos processos judiciais em curso. No entanto, por precaução, as demonstrações financeiras refletem provisão para a cobertura de eventuais riscos que daí poderão advir.

NOTA 8.2.34. PASSIVOS CONTINGENTES

A prestação de contas do município assenta num conjunto de normas e princípios contabilísticos e de relato financeiro que se consubstanciam no plano de contabilidade para as autarquias locais e que entre outros, segue:

O princípio da prudência – significa que se deve integrar nas contas um grau de precaução ao fazer as estimativas exigidas em condições de incerteza sem, contudo, quantificar passivos ou custos por excesso.

A conjugação deste princípio com o princípio da materialidade – segundo o qual as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral.

A conjugação deste princípio com o princípio da materialidade – segundo o qual as demonstrações financeiras devem evidenciar todos os elementos que sejam relevantes e que possam afetar avaliações ou decisões dos órgãos das autarquias locais e dos interessados em geral, leva-nos a relatar os processos a seguir discriminados:

- O Município não afasta, no entanto, a ocorrência de responsabilidades contingentes, por decisões judiciais, razão pela qual foi registado como provisão na conta 29.2.1- Provisões para riscos e encargos- Processos judiciais, o montante total de 9.134.177,99€.

QUADRO RESUMO DAS PROVISÕES:

AUTORES	ANO	N.º PROCESSO	Anos anteriores	(+/-)	31/12/2019	DESCRIÇÃO
ÁGUAS DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO, S.A (ÁGUAS DO NORTE, S.A)	2013	51/13.5 BEVIS				
	2013	341/13.7 BEVIS				
	2014	143/14.3 BEMDL	4 308 453,19 €	- 1 827,79 €	4 306 625,40 €	VALORES MINIMOS GARANTIDOS (CONTRATO CONCESSÃO)
	2015	25/15.1BEMDL				
	2015	431/15.1BEMDL				
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201601031406	312 359,22 €	20 814,75 €	333 173,97 €	EXTINTA LAMEGOCONVIDA EEM - IRC 2011 (PE N.º 2542201601031406) - SUSPENSO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201801005871	250 712,31 €	13 134,10 €	263 846,41 €	EXTINTA LAMEGO CONVIDA EEM - IRC 2012 - SUSPENSO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201801069403	225 912,60 €	8 899,52 €	234 812,12 €	EXTINTA LAMEGO CONVIDA EEM - IRC 2013- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201801037102	130 280,34 €	7 683,27 €	137 963,61 €	EXTINTA LAMEGO CONVIDA EEM - IRC E IVA 2014- SUSPENSO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201701062956	- €	72 747,54 €	72 747,54 €	EXTINTA LAMEGO CONVIDA EEM - IVA 2013 E 2014- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2015	2542201801056824	204 412,48 €	- 204 412,48 €	- €	MUNICÍPIO DE LAMEGO - IVA (ACORDO PAGAMENTO)
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801010115	127 043,19 €	7 390,79 €	134 433,98 €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IRC 2013- SUSPENSO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801010115	1 921,16 €	- 1 921,16 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IRC 2013- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801056808	16 246,22 €	- 16 246,22 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IVA 1T 2013- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801056794	103 470,84 €	- 103 470,84 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IVA 2T 2013- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801056816	38 202,82 €	- 38 202,82 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IVA 3T 2013- ATIVO
ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	2016	2542201801054694	2 407,10 €	- 2 407,10 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - IVA 4T 2013- ATIVO
PROCESSOS BANIF (SANTANDER) - IRMÃOS CAVACO, S.A	2014	3669/15.8T8VIS	822 062,74 €	- 822 062,74 €	- €	EXTINTA LAMEGO RENOVA S.A - CEDÊNCIA DE CRÉDITOS
LAMEURBE - Sociedade Para O Desenvolvimento de Lamego S.A			43 019,99 €	- €	43 019,99 €	PARTICIPAÇÃO NA PROPORÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
MASSA INSOLVENTE CONSTRUÇÕES COUTO E COUTO LDA			95 065,54 €	- €	95 065,54 €	JUROS DE MORA DA OBRA AV. AFONSO HENRIQUES
MASSA INSOLVENTE CONSTRUÇÕES COUTO E COUTO LDA			40 570,70 €	- €	40 570,70 €	JUROS DE MORA DA OBRA AV. AFONSO HENRIQUES
TERRALAMEGO LDA	2017	50/18.0BEVIS	62 143,62 €	- €	62 143,62 €	SERVIÇOS EFETUADOS SEM NÚMERO DE COMPROMISSO
GRANITOS LAMECENSE, Lda	2017	93081/17.5YIPRT	15 728,32 €	- €	15 728,32 €	SERVIÇOS EFETUADOS SEM NÚMERO DE COMPROMISSO
M. COUTO ALVES S.A	2018	2193/18.1BEBRG	96 498,52 €	- €	96 498,52 €	GARANTIAS OBRA AV. 5 DE OUTUBRO, 2193/18.1BEBRG
ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO SUDESTE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO	2018	334/18.8BEVIS	15 352,80 €	- 15 352,80 €	- €	INDEMNIZAÇÃO, 334/18.8BEVIS
ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO SUDESTE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO	2018	510/18.3 BEVIS	124 546,27 €	- €	124 546,27 €	CAMPOS DE FUTEBOL, 510/18.3 BEVIS
SANDRA PAULA LUIÍS, UNIPESSOAL LDA.	2017	122/17.4T8LMG	54 560,57 €	5 000,00 €	59 560,57 €	ENCAMINHAMENTO ÁGUAS PLUVIAIS 1122/17.4T8LMG
SEBASTIÃO PAIVA, UNIPESSOAL, LDA	2015	685/15.3 BEVIS	400 000,00 €	- €	400 000,00 €	RENDAS 4 ESTAÇÕES 685/15.3 BEVIS
TECDOR II Lda	2015	321/15.8BEVIS	50 000,00 €	- 50 000,00 €	- €	LOTE DA ZONA INDUSTRIAL DE LAMEGO
JOSÉ GUEDES PINTO			8 000,00 €	- €	8 000,00 €	LOTEAMENTO 2/78
CRISTINA AUGUSTA LOPES	2006	705/6.4 BEVIS	5 000,00 €	- €	5 000,00 €	PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DEVIDO A QUEDA CAUSADA POR OBRAS NÃO SINALIZADAS 705/6.4 BEVIS
PAULO JORGE NAZARÉ CORREIA	2016	195/16.1 BEVIS	12 089,77 €	5 000,00 €	17 089,77 €	PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR CESSAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO NA LAMEGO CONVIDA, 195/16.1 BEVIS
E.T.I. - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A.	2016	327/16.0 BEVIS	4 770 445,98 €	- 4 770 445,98 €	- €	SUPRIMENTOS LAMEURBE 327/16.0 BEVIS
E.T.I. - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A.	2017	52/17.4 BEVIS	974 794,48 €	- 974 794,48 €	- €	EQUILIBRAR RESULTADOS 52/17.4 BEVIS
MANUEL DE JESUS	2017	206/17.3 T8LMG	13 000,00 €	- €	13 000,00 €	MINI ETAR 206/17.3 T8LMG
MARIA SOFIA	2017	82/17.2 BEVIS	50 000,00 €	- €	50 000,00 €	DEPÓSITO DE ÁGUA 182/17.2 BEVIS
TRIATHLON	2019			6 120,64 €	6 120,64 €	
HORTO CASIMIRO	2019			3 788,83 €	3 788,83 €	
ANTÓNIO DE JESUS LIMA	2019			9 466,85 €	9 466,85 €	
PROCESSOS ADVOGADOS	2019			182 600,00 €	182 600,00 €	
ANA SOFIA OLIVEIRA REBELO E RAQUEL DOS SANTOS						
BARROS GUEDES	2017	401/17.5 BEVIS	32 955,20 €	- €	32 955,20 €	POSIÇÃO REMUNERATÓRIA 401/17.5 BEVIS
ASSOCIAÇÃO DE FREGUESIAS DO SUDESTE DO MUNICÍPIO DE LAMEGO	2017	417/17.1 BEVIS	89 136,14 €	- €	89 136,14 €	FALTA PAGAMENTO PROTOCOLO 417/17.1 BEVIS
SANDRA SOUSA	2018	14/18.4 BEVIS	4 629,31 €	- 4 629,31 €	- €	DANOS MOTOCICLO 14/18.4 BEVIS
Mit - Make It Happen - Branding And Communication, Lda	2018	55/18.1 BEVIS	62 000,00 €	- €	62 000,00 €	INCUMPRIMENTO CONTRATO 55/18.1 BEVIS
LUIS MAURITA REIS	2018	81/18.7 BEVIS	42 235,00 €	- €	42 235,00 €	QUEDA NA VIA 181/18.7 BEVIS
LAMEURBE - Sociedade Para O Desenvolvimento de Lamego S.A	2018	437/18.9 BEVIS	2 192 049,00 €	- €	2 192 049,00 €	RECLAMA CONCESSÃO ESTACIONAMENTO PÚBLICOS
TOTAL PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			15 797 305,42 €	- 6 663 127,43 €	9 134 177,99 €	
ORIGEM DOS PRINCIPAIS PROCESSOS			Anos anteriores	(+/-)	31/12/2019	
EX. LAMEGO CONVIDA, EEM			919 264,47 €	123 279,18 €	1 042 543,65 €	
EX- LAMEGO RENOVA, S.A			1 111 354,07 €	- 976 920,09 €	134 433,98 €	
LAMEURBE - Sociedade Para O Desenvolvimento de Lamego S.A			2 235 068,99 €	- €	2 235 068,99 €	
E.T.I. - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS E IMOBILIÁRIOS, S.A.			5 745 240,46 €	- 5 745 240,46 €	- €	
TOTAL PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS			10 010 927,99 €	- 6 598 881,37 €	3 412 046,62 €	

No ano de 2019, o município pagou 400.000,00€, relativo à cedência de créditos da extinta LAMEGO RENOVA, S.A., ao SANTANDER, obtendo um perdão de dívida de 422.062,74€.

No relatório & Contas 2017 estão explanados a descrição dos processos com a Administração Tributária e Aduaneira.



RESPONSABILIDADES CONTINGENTES



Município
LAMEGO

Responsabilidades Contingentes

Tal como previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o relato de responsabilidades contingentes, pretende informar a Ex.ma Assembleia Municipal de consequências relevantes face aos processos judiciais e acontecimentos relevantes em curso, e que podem condicionar a financeira do Município.

Por outro lado, após a tomada de posse do novo executivo no dia 23 de outubro de 2018, algumas entidades apresentaram pedidos de pagamento referente à aquisição de serviços/fornecimento de bens, cujo procedimento de aquisição, em alguns casos, não foi formalizada no âmbito da contratação pública, pela falta de enquadramento orçamental e/ou por insuficiência de fundos disponíveis ou ainda, simplesmente não existe nenhum procedimento interno no município.

De acordo com os pedidos apresentados, o município terá beneficiado, no passado, de bens e/ou serviços. No entanto, dada a falta de procedimentos legais de aquisição não é possível ao município, de sua iniciativa, assumir qualquer obrigação, nos termos do art.º 5º da LCPA.

A divulgação destes factos é feita, pois caso se venha a demonstrar a existências de benefícios económicos por parte do município, então existirá um provável exfluxo de recursos, cuja quantificação nesta data se desconhece.

8. PERÍODO SUBSEQUENTE:

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações relevantes, que existissem à data de balanço, e que obrigassem a efetuar ajustamentos nas presentes demonstrações financeiras.

- Aspetos que se enquadram no contexto atual:

1- Sobre o atraso na prestação de contas: Os documentos de prestação de contas e o relatório de gestão são levados a discussão e aprovação a sessão de câmara em Março/Abril para que vão posteriormente à sessão da Assembleia municipal que ocorre normalmente em fins de Abril. Em face do surto de covid 19, foi decretado o estado de emergência de que resultou um conjunto de medidas incompatíveis com o incumprimento normal dos prazos de prestação de contas e sancionados pelo nº 4 da Lei nº 1-A/2020 de 19 de Março.

2- Sobre a questão da continuidade e futuro previsível: O município aprovou um orçamento que está em execução no ano de 2020, e que as medidas excepcionais decretadas no âmbito da resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus, não porão em causa essa execução, pois foram criadas condições legais que visam proporcionar medidas financeiras para promover a capacidade de respostas das autarquias.



APLICAÇÃO DOS RESULTADOS



Município
LAMEGO

8. Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a demonstração financeira do ano 2019, o resultado líquido do exercício foi de 7.991.006,54, valor que se encontra evidenciado tanto no Balanço como na Demonstração de Resultados.

O POCAL (ponto 2.7.2) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 11 de fevereiro, refere que no início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados». Pelo que este saldo irá diminuir os resultados transitados negativos dos últimos exercícios, até que haja um saldo positivo para repartir,

Que o resultado líquido do exercício seja transferido para a conta 59 – “resultados transitados”, e que aí se mantenha na expectativa de obter resultados transitados positivos.

Lamego, ____ de junho de 2020

ASSINATURAS

O Órgão Executivo:

O Órgão Deliberativo:

Esta página foi intencionalmente deixada em branco

RELATÓRIO &
CONTAS 2019
MUNICÍPIO de LAMEGO



Município
LAMEGO

junho, 2020

Município de Lamego
www.cm-lamego.pt